

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**

MARINA DA SILVA SCHNEIDER

**PEDAGOGIA MATERNA E ASSISTÊNCIA: FORMAÇÃO DE
MULHERES NO CENTRO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E
INFORMAÇÃO POPULAR DE CRICIÚMA (1983-1998)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. Ismael
Gonçalves Alves

CRICIÚMA 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S359p Schneider, Marina da Silva.

Pedagogia materna e assistência :
formação de mulheres no Centro de Estudos,
Documentação e Informação Popular de
Criciúma (1983-1998) / Marina da Silva
Schneider. - 2021.

163 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do
Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento
Socioeconômico, Criciúma, 2021.

Orientação: Ismael Gonçalves Alves.

Coorientação: Giovana Ilka Jacinto
Salvaro.

1. Assistência à maternidade e à
infância. 2. Mulheres - Formação. 3.
Trabalho reprodutivo. 4. Relações de
gênero. 5. Centro de Estudos, Documentação
e Informação Popular - 1983-1998 -Criciúma
(SC). I. Título.

CDD. 22. ed.
305.42

MARINA DA SILVA SCHNEIDER


PEDAGOGIA MATERNA E ASSISTÊNCIA: FORMAÇÃO DE MULHERES NO CENTRO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR DE CRICIÚMA (1983-1998)


Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico na área de Desenvolvimento Socioeconômico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 15 de abril de 2021.

BANCA EXAMINADORA

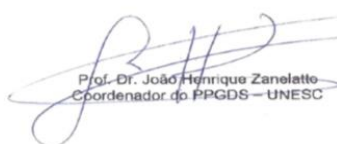

Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves
(Orientador - UNESC)


Prof. Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro
(Coorientadora - UNESC)


Prof. Dra. Silvia Maria Favero Arend
(Membro – UDESC)


Prof. Dra. Giani Rabelo
(Membro – UNESC)


Marina da Silva Schneider
Mestranda


Prof. Dr. João Henrique Zanelatto
Coordenador do PPGDS – UNESC

A todas as mulheres. A Marli e
Silvio, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desse percurso de dois anos de mestrado muitas pessoas foram importantes e especiais, ficando marcadas de forma carinhosa nas minhas vivências e memórias e também nessa escrita, em cada página. Gostaria de registrar, assim, meus agradecimentos.

A Marli e Silvio, meus amados pais, por todo amor que me deram e por estarem ao meu lado nas horas boas e nas horas ruins. Obrigada por sempre me apoiarem e idealizarem junto comigo os meus sonhos, principalmente o mestrado. Vocês são as pessoas mais maravilhosas da minha vida. Agradeço também a Maiara, minha irmã, por todo seu companheirismo e por sempre estar junto comigo. Amo vocês infinitamente.

Ao Diogo, por construir comigo uma história de companheirismo e de tantos planos. Agradeço por todo o seu carinho, amor e por ter sido compreensivo nas minhas ausências. Obrigada também por sempre me apoiar, pelos diálogos e por me incentivar a seguir meus sonhos.

Ao Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves, meu querido orientador, que mais uma vez gentilmente me acolheu como sua orientanda. Obrigada por acreditar em mim, pela humildade em ensinar e por todo o aprendizado que você me proporcionou, desde a graduação no curso de História até o mestrado. Novamente, foi uma honra ser sua orientanda.

À Prof^a Dr^a Giovana Ilka Jacinto Salvaro, minha coorientadora. Agradeço por sua atenção comigo, pelas contribuições, sugestões e diálogos que auxiliaram na construção da minha escrita.

À Prof^a Dr^a Silvia Maria Fávero Arend e à Prof^a Dr^a Giani Rabelo, por terem aceitado fazer parte da banca de qualificação e pelas enriquecedoras contribuições a esta pesquisa.

Às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC, por terem enriquecido minha vida acadêmica e como pesquisadora, com tantos diálogos pertinentes, debates e ensinamentos.

Às minhas queridas amigas que tive a oportunidade de conhecer durante o mestrado, Maristela Quartiero, Meline Vitali, Thayara Heitich e Roberta Santin. Agradeço de modo especial a Maristela, que me acompanhou durante tantas manhãs no caminho para a Universidade, sempre com muitos diálogos e bom humor. Agradeço de modo muito especial também a Roberta, minha companheira da sala de aula, de estágio docência e das angústias da pesquisa.

A Ariel Alves, que também na condição de mestranda, durante longas e diárias conversas, compartilhou comigo todos os medos e

angústias desse período desafiador, como também nossas conquistas e alegrias.

A Rayane Layra, amiga e colega do PPGDS, que dividiu comigo todos os momentos de tensões e ansiedades em sala e que foi um incentivo enorme nessa caminhada.

A Liziane Acordi, carinhosamente chamada por mim de “Lizieni”, que me auxiliou durante todo o processo da pesquisa, me recebendo para as pesquisas no CEDOC. Obrigada por ter sido um apoio fundamental na concretização desta pesquisa.

A Cintia Magnus, minha querida amiga, que além da amizade, de muitas risadas e companheirismo, compartilhou comigo as pesquisas, escrita e produção acadêmica.

A Renata Nascimento, a minha caminhada até aqui jamais teria sido a mesma sem todo o conforto e o apoio diário que você me proporcionou. Obrigada por me escolher como sua amiga.

A Fernanda Fáveri e Nathalia Búrigo, minhas amigas e parceiras. Estar ao lado de vocês, compartilhando tantos momentos felizes, foi extremamente importante para mim.

Às minhas queridas amigas de longa data, que me acompanham desde o ensino médio. São elas: Ângela Wernke, Danielle Nunes, Letícia Bez Batti e Wanessa Cândido. Vocês são daquelas amigadas que tenho a certeza de que mesmo a distância sempre estiveram torcendo por mim.

À CAPES e ao CNPq, fontes financiadoras desta pesquisa, que possibilitaram meus estudos e minha dedicação exclusiva ao mestrado.

Ao Centro de Memória e Documentação da UNESC, o CEDOC, local que possibilitou a realização desta pesquisa.

A todas e todos, meus agradecimentos.

“Todas mujeres están cautivas por el solo hecho de ser mujeres en el mundo patriarcal.”

Marcela Lagarde y de los Ríos

RESUMO

A presente pesquisa analisa as políticas sociais de assistência às mulheres a partir do acervo e das práticas do Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma (CEDIP), que funcionou de 1983 a 1998, na cidade de Criciúma, região sul de Santa Catarina. O CEDIP foi um órgão articulador de movimentos e demandas sociais surgidos no contexto de reorganização frente a políticas articuladas no fim do regime ditatorial. De maneira geral, era formado por pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores, a pastorais e movimentos de bairros. Desse modo, o CEDIP organizava, documentava e arquivava o que estivesse relacionado à militância social, promovendo ainda cursos e palestras de formação popular, política e sindical. Esse Centro funcionava e se reconhecia como uma ONG, prestando serviços e assessoria às classes populares. Para esta pesquisa, focamos nos documentos referentes aos cursos de formação pedagógica, voltados à maternidade, principalmente aqueles que se referem ao Grupo de Incentivo ao Aleitamento Materno (GIAM). Os documentos analisados consistem em imagens, relatórios, recortes de jornais, panfletos, cartilhas educativas e materiais pedagógicos pertencentes ao acervo do CEDIP. Dentre os documentos analisados, alguns são de produção própria do Centro, outros foram produzidos por seus membros e publicados e outros não são de sua produção. Esses últimos foram produzidos por outros grupos e instituições do contexto das décadas de 80 e 90, mas que tinham alguma relação com o CEDIP. Como problemática central de nossas análises, focalizamos nas questões de gênero discutindo como os discursos sobre mulheres e maternidade, produzidos no contexto específico das décadas de 80 e 90 no sul de Santa Catarina, foram utilizados por grupos e instituições como o CEDIP. Nesse sentido, identificamos que muitas práticas e discursos voltados às classes populares buscavam regular as condutas familiares através de assessorias e assistência que reproduziam a noção de maternidade ideal e tradicional, não desconstruindo as desigualdades e os estereótipos de gênero, mesmo em grupos de articulação social que buscavam, supostamente, fazer oposição ao regime e às normas vigentes.

Palavras-chave: Maternidade. Mulheres. Gênero. Assistência. CEDIP.

ABSTRACT

This research analyzes the social policies of assistance to women from the collection and practices of the Center for Studies, Documentation and Popular Information of Criciúma (CEDIP), which operated from 1983 to 1998, in the city of Criciúma, in the southern region of Santa Catarina. CEDIP was a government agency that articulated social movements and demands that arose in the context of reorganization due to of policies articulated at the end of the dictatorial regime. In general, it was formed by people linked to the Workers' Party, pastoralists and grassroots classes. In this way, CEDIP organized, documented and archived what was related to social activism, promoting courses and lectures on popular, political and union training. This Center functioned and was recognized as an NGO, providing services and advice to the popular classes. For this research, we focus on the documents referring to pedagogical training courses, focused on motherhood, mainly those that refer to the Incentive Group to Breastfeeding (GIAM). The analyzed documents consist of images, reports, newspaper clippings, pamphlets, educational booklets and teaching materials belonging to the CEDIP collection. Among the documents analyzed, some are produced by the Center, others were produced by its members and published and others are not produced by the Center. These documents were produced by other groups and institutions in the context of the 1980s and 1990s, but which had some relationship with CEDIP. As a central issue in our analysis, we focused on gender issues by discussing how the speeches about women and motherhood, produced in the specific context of the 1980s and 1990s in southern Santa Catarina, were used by groups and institutions such as CEDIP. In this sense, we identified that many practices and discourses aimed at the popular classes in order to regulate family behaviors through advice and assistance that reproduced the notion of ideal and traditional motherhood, not deconstructing gender inequalities and stereotypes, even in groups of social articulation that supposedly sought to oppose the regime and current rules.

Keywords: Maternity. Women. Gender. Assistance. CEDIP.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Sul do Estado de Santa Catarina indicando localização das atividades do complexo carbonífero.....	71
Figura 2 - O Carretel	103
Figura 3- Venham participar do centro popular	106
Figura 4 - CEDIP 6 anos na luta	109
Figura 5 - Os impasses do novo sindicalismo	111
Figura 6 - Os impasses do novo sindicalismo	113
Figura 7 - De Olho na Urna.....	125
Figura 8 - Informativo São José - Mulher A Luta Incansável	141
Figura 9 - Logo do Grupo de Incentivo ao Aleitamento Materno.....	155

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CBCA	Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá
CEDIP	Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular
CEDOC	Centro de Memória e Documentação da UNESCO
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DASP	Departamento Autônomo de Saúde Pública
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GIAM	Grupo de Incentivo ao Aleitamento Materno
IBFAN	Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG	Organização Não Governamental
PAISMC	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança
PT	Partido dos Trabalhadores
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	23
2 MULHERES, MATERNIDADE E CUIDADOS: UM DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS HUMANAS.....	33
2.1 ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO: REPENSANDO O LUGAR DA MULHER E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO... 34	
2.2 AS MATERNIDADES COMO DESTINO: REFLEXÕES, CONFLITOS E DEBATES	46
2.3 CUIDADOS, TRABALHO REPRODUTIVO E ASSISTÊNCIA .58	
3 ASPECTOS MÉDICO-SANITÁRIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: MULHERES, MATERNIDADES E INFÂNCIAS.....	70
3.1 A MINERAÇÃO NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE	70
3.2 AS DIFICULDADES MÉDICO-SANITÁRIAS: A PROBLEMÁTICA DA MÃE E DA CRIANÇA.....	80
3.3 A FORMAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR	95
4 OS DEVERES MATEERNOS E A IDEOLOGIA NATURALISTA: DESIGUALDADE DE GÊNERO E A PAUTA SECUNDÁRIA DAS MULHERES.....	116
4.1 ENTENDENDO O LUGAR DAS MULHERES NO CENTRO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR.....	116
4.2 CONCEBENDO A MISSÃO DAS MULHERES ATRAVÉS DA MATERNIDADE E DA AMAMENTAÇÃO	133
4.3 EDUCANDO AS MÃES: O GRUPO DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO (GIAM).....	153
5 CONCLUSÃO.....	173

1 INTRODUÇÃO

Minha aproximação com a história das mulheres e com os estudos de gênero, assim como talvez tenha ocorrido com outras mulheres, partiu de minhas vivências como uma integrante desse coletivo, que cotidianamente é exposto a uma série de mecanismos de poder que nos impõe um lugar de subordinação, contra o qual constantemente lutamos e subvertemos. Essa reflexão, muitas vezes, é difícil e delicada, pois não ocorre sem incômodos, uma vez que problematizar aspectos naturais e construções sociais de gênero, em grande medida, significa desconstruir argumentos solidificados na cultura, nos discursos e nas instituições. Assim, conforme aponta Joan Scott (1995), este conjunto de instituições e práticas sociais perpetuam normas de gênero designando como biológico aquilo que é socialmente construído.

Meu interesse no campo surgiu de forma mais articulada durante meu processo formativo no curso de História quando em dois momentos estudei e pesquisei, como iniciação científica, as violências de gênero. Nesta minha construção como pesquisadora pude me aproximar academicamente das discussões relativas às relações de gênero e a história das mulheres, campos fundamentais para entender a complexidade das relações sociais nas quais estamos compulsoriamente incluídas. A partir desta experiência decidi construir minha trajetória acadêmica atrelada aos estudos de gênero, primeiramente realizando um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e agora uma Dissertação.

Durante a pesquisa de graduação, na qual estudei os discursos de feminilidade presentes nos jornais que circulavam na região de Araranguá, entre 1930 e 1950, pude perceber como a questão da maternidade era um potente elemento, frequentemente utilizado para enquadrar as mulheres em um padrão normativo de feminilidade. A maternidade determinava o lugar da mulher na família e na comunidade na qual estava inserida. Foi a partir da pesquisa citada que os estudos sobre a maternidade passaram a fazer parte do meu cotidiano acadêmico, resultando na pesquisa que ora apresento.

Com a maternidade ocupando espaço central nesta investigação, articulada às questões assistenciais, a presente pesquisa de mestrado faz parte de um conjunto de investigações que compõem o projeto de pesquisa intitulado “Cuidando das famílias pobres: a assistência social materno-infantil na região carbonífera catarinense (1930-1980)”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este projeto tem como objetivo geral analisar a

assistência social destinada à maternidade e à infância pobre no sul do Estado de Santa Catarina, mais precisamente na Região Carbonífera Catarinense.

Para realização de tal empreitada selecionamos dois grandes acervos que estão salvaguardados no Centro de Memória e Documentação da UNESCO e são compostos por documentos oficiais; arquivos, cartas e anotações pessoais; legislação; dados estatísticos; literatura; periódicos; fotografias e registros institucionais.

Assim, a partir da pesquisa nos acervos do Centro de Memória e Documentação da UNESCO, chamou-me atenção um conjunto de documentos que formava parte do acervo do Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma, o CEDIP. Trata-se de uma série de documentos relativos à assessoria, assistência social e aos cuidados materno-infantis que faziam parte das práticas políticas de grupos e instituições sociais e também do Centro. Tais documentos compreendem um conjunto de cartilhas, folders e outras formas de registro, que tinham por finalidade educar as mulheres dentro de diretrizes que estabeleciam e reproduziam a ideia de maternidade e uma infância saudáveis.

Importante ressaltar que a pesquisa no acervo foi realizada no ano de 2019, quando também era planejado visitar o acervo se necessário para buscar mais informações sobre os documentos, no entanto, essa possibilidade foi interrompida no ano seguinte. Início de 2020 foi quando começou no Brasil a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), sendo a pesquisa afetada pela mesma. Dessa forma, alguns momentos da análise, assim como maiores informações sobre determinados documentos do acervo ficaram comprometidos, sendo todo o trabalho realizado com o material levantado na primeira pesquisa documental.

O Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma organizou-se e estendeu suas atividades na Região Carbonífera entre os anos de 1983-1998, momento em que a indústria do carvão passava por um processo gradual de declínio e que o regime militar brasileiro se abria lentamente. Organizado no contexto final da ditadura civil-militar, o CEDIP foi um importante órgão articulador dos movimentos sociais e suas demandas políticas e sociais, fomentadas a partir do processo de abertura do regime.

De modo geral, o Centro era formado por membros dos movimentos sociais, do Partido dos Trabalhadores (PT) e das pastorais da Igreja Católica, que naquele momento eram importantes veículos de organização política das camadas populares. Entre suas diversas ações, o

CEDIP organizava e documentava tudo o que estivesse relacionado às lutas sociais ou a ações que de algum modo fizessem oposição à ditadura. Tais documentos tinham sua origem em produções de circulação nacional e/ou produzidos por seus próprios integrantes.

Além deste aspecto informativo, o CEDIP também promovia cursos de formação política e sindical, realizando palestras e encontros especialmente dirigidos aos trabalhadores urbanos locais. Diante dessa atuação, pode-se dizer que o Centro funcionava e se reconhecia como uma Organização Não Governamental, que inserida no contexto das camadas populares urbanas atuava por meio de ações e serviços de amplo espectro. Assim, chamou-me a atenção o trabalho de assessoria e de assistência prestado pelo Centro à população local.

Cabe ressaltar que, no período analisado, a assistência social brasileira estava diluída entre ações públicas e privadas, que de diferentes formas prestavam serviço de auxílio aos necessitados. Embora, hoje, a assistência social seja entendida como um direito de cidadania, dirigida a quem dela precisar, independente da contribuição, os serviços prestados no campo assistencial ainda seguem o modelo de *mix* entre o público e o privado, possibilitando que instituições não estatais, mas de cunho filantrópico, complementem os serviços organizados pelo Estado.

Dentre as ações de assessoria e assistência de grupos e instituições relacionadas ao CEDIP e de suas próprias práticas, centramos nossos esforços na identificação e análise dos serviços voltados à maternidade e à infância. Assim, nos deparamos com os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Incentivo ao Aleitamento Materno (GIAM), que a partir de cursos e outras formações instruía as mulheres nos caminhos da maternidade saudável, atuando diretamente em um dos principais problemas que assolava a Região Carbonífera, a desnutrição e mortalidade infantil. Tais questões figuraram entre os grandes problemas da Região e da cidade de Criciúma desde a década de 1940, conforme analisa o historiador Ismael Gonçalves Alves (2014, p. 194):

Elemento tão comum à região carbonífera, a mortalidade infantil demonstrava sua pior face na cidade de Criciúma. Concentrando a maioria das minas de carvão, bem como a maior parte das famílias operárias, o médico Manif Zacharias (1957 [a], p. 01) afirmava que a cidade era sempre lembrada em diversas partes do país pela

existência de dois elementos comuns “a terra, por suas particularidades: uma, o carvão, expressão de sua riqueza no subsolo; outra a elevada mortalidade infantil, traduzindo a miséria de seu povo”.

Como problemática central, buscamos focalizar nossas análises sobre a assistência social materno-infantil ancorados nos estudos de gênero com a intencionalidade de investigar como, dentro de um contexto específico, sujeitos, grupos e instituições produziram discursos que foram adotados e utilizados por instituições como o CEDIP, que buscavam regular as condutas das mulheres por meio de discursos e ações no campo da assistência que reproduziam noções idealizadas da maternidade.

Para dar conta de tal problema, buscamos entender como as desigualdades de gênero também se reproduzem em espaços que, supostamente, faziam oposição ao regime político e às normas vigentes; identificar, por meio de seu *corpus* documental, quais discursos de gênero estavam presentes em suas ações assistenciais dirigidas à maternidade e à infância pobre e discutir como a assistência social pode ser um elemento potencializador das desigualdades de gênero no campo das políticas sociais.

Como estratégia teórica, alicerçamos nossas análises no campo da História das Mulheres, nos Estudos de Gênero articulados à discussão do trabalho reprodutivo, que desde meados do século passado possibilitaram um alargamento da investigação em Ciências Humanas, visibilizando experiências que até então estavam apagadas pelo sujeito universal.

No interior das Ciências Humanas, mais especificamente no campo da história, segundo as historiadoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), a História das Mulheres ofereceu importantes ferramentas para o estudo do passado, pois de acordo com as autoras esta categoria contribuiu especialmente para a ruptura com a ideia de sujeito universal representada pela categoria “Homem”, pois desde há muito se acreditava que ao tratar dos homens se estaria também contemplando as mulheres.

As discussões em torno da História das Mulheres se organizaram por volta de 1960, momento em que os movimentos feministas desenvolviam intensos debates em torno da família nuclear burguesa, do casamento, da maternidade, do divórcio, dos métodos contraceptivos e do aborto. Estes novos temas impuseram a busca de informações por parte das alunas inseridas nos movimentos sociais, que por sua vez

pressionaram docentes e universidades a criarem cursos, colóquios e grupos de reflexão sobre a história das mulheres, instituindo então a categoria “mulheres” como sujeito e objeto de análise (SOIHET; PEDRO, 2007).

Assim, por meio desta nova categoria, pesquisadoras têm buscado compreender as experiências das mulheres no passado, centrando-se em suas lutas, resistências, trabalho e sobrevivência, das quais os registros oficiais não davam conta (PEDRO, 2005). De acordo com Joan Scott (1995), foi no interior da “História das Mulheres” que surgiu a categoria “Gênero”, a fim de dar conta da diferença dentro da diferença. Assim, o gênero passou a ser entendido como parte constituinte das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e constituídas no interior das relações de poder.

Diante dessas afirmativas, entendemos que priorizar as relações de gênero nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais possibilita visualizar a atuação de mulheres e de outras minorias de gênero em diferentes tempos e espaços, diminuindo o apagamento sofrido durante séculos. Esta aproximação com os estudos de gênero contribuiu para novas interpretações dos processos socioculturais e econômicos ao defender que “gênero [...] é um conceito usado por aqueles que entendam não apenas a desigualdade sexual, mas muitas das diferenciações sexuais, como socialmente construídas” (OKIN, 2008, p. 306).

Na esteira dos estudos de gênero, a maternidade passou a ser alvo de inúmeras críticas e reflexões em torno do essencialismo presente em suas interpretações. Essa ação desencadeou uma série de críticas por parte das mulheres, feministas ou não, que refutavam o papel de mãe como o único e legítimo lugar social a ser ocupado por elas. Esta politização do movimento feminino a respeito da maternidade teve o seu primeiro grande eco com a publicação do livro de Simone de Beauvoir (1949; 2016), no qual a autora dedicou uma parte de seus escritos à questão da maternidade.

O livro apresenta tenaz crítica à sociedade burguesa e seus valores tradicionais, contestando todo o determinismo biológico e divino, que envolvia a mulher e sua função materna. Seus escritos ainda estabelecem uma profunda análise histórica, política e filosófica sobre a alienação feminina e a dominação masculina. Para Beauvoir, a maternidade encastelava as mulheres por detrás de intransponíveis muros, pois a ideologia materna, dominante, previa que as mulheres fossem as únicas responsáveis pela criação e pelos cuidados com as crianças.

Esta refutação da maternidade como caminho natural das mulheres lançou bases para o entendimento desta como um fenômeno social marcado pelas desigualdades sexuais, sociais e étnico-raciais que lhes eram intrínsecas. Para algumas feministas, a maternidade era um elemento central para explicar a dominação de um sexo sobre o outro, pois, encarcerada no processo de reprodução biológica (gestação, parto, lactação e cuidados infantis), a mulher era expulsa do espaço público, confinada no doméstico, no qual era tutelada pelo masculino (SCAVONE, 2001). As correntes teóricas mais radicais consideravam ainda a maternidade como um eixo elementar da opressão imposta às mulheres, pois sua realização definia o lugar do feminino na família e na sociedade.

Para Lucila Scavone (2001), convencido desta situação opressiva o movimento feminista propôs a recusa consciente da maternidade como um caminho para alcançar a liberdade. Esta recusa, segundo a autora, consistia em uma tentativa de negar o fatalismo biológico, intrínseco às questões referentes à maternidade, já que este argumento era recorrente para justificar a desigualdade entre os sexos.

A maternação, entendida como todo o processo reprodutivo biológico, incluindo-se nele os cuidados infantis, remetia as mulheres à esfera doméstica e criava as bases para a diferenciação estrutural entre os mundos domésticos e públicos. Com base nesta premissa, durante o século XX se instituiu em torno das mulheres, fomentada pelos médicos e pelo estado, a ideia de pedagogia materna, que visava moldar as mães de acordo com as premissas médicas em contraposição à tradição, estabelecendo:

[...] uma clivagem entre o saber médico e o saber leigo das mães, os médicos desqualificaram qualquer prática ou experiência que não tivesse fundamento científico e profissional. As mães são vistas com desconfiança e culpabilizadas pela mortalidade infantil, mas também são merecedoras da atenção e dos cuidados médicos. Como as crianças, as mães precisam ser educadas e os médicos atribuem a si essa tarefa por meio de um conjunto de práticas e de uma metodologia própria cujo objetivo é, em síntese, a normalização da maternidade (MARTINS, 2008, p. 143).

No livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, Elizabeth Badinter (1980) elenca uma gama de pressupostos filosóficos, médicos e sociológicos que desde o século XVIII assentaram as bases para a criação da imagem da mãe zelosa e inteira, sacrifício que se perpetua até os dias atuais. Segundo estes pressupostos, as mulheres possuíam um conjunto de atributos e funções definidos a partir de sua suposta natureza, ou seja, anatomia e vicissitudes a fim de que a mulher cumprisse seu papel “natural” de mãe. De acordo com as concepções de Badinter, o sentimento materno não pode ser entendido como algo trans-histórico, pois suas definições variavam de acordo com a época, com os contratos sociais e com as vivências cotidianas, sendo ele plural e multifacetado, tornando-o impossível de ser entendido como algo amalgamado na natureza da mulher.

No que tange ao trabalho reprodutivo e de cuidados, Joan Tronto (1997) afirma que o trabalho de cuidados compulsoriamente atrelado às mulheres é um subproduto do gênero, definido a partir de concepções de feminilidade e masculinidade. Ao atrelar-se à capacidade reprodutiva da mulher, o trabalho de cuidados é entendido como a antítese do trabalho produtivo, pois a atividade de cuidar de outros está em oposição às preocupações de cunho público dos homens.

Esta construção de uma identidade feminina atrelada exclusivamente ao trabalho reprodutivo serviu como base para a completa diferenciação entre homens e mulheres na esfera econômica, pois ao ser realizado, em grande medida, na esfera do privado foi desconsiderado como um esforço economicamente útil. Ou seja, a dependência feminina através do trabalho reprodutivo, privado, contribuiu para a independência masculina na esfera pública, associando masculinidade com cidadania e direitos.

Assim, a mulher foi associada com a natureza e sua distinção biológica reprodutora foi transladada a uma categoria cultural diferenciadora, que por sua vez, atribuía-lhe uma função social específica e de nível social inferior. Entre os atributos femininos a maternidade era considerada como um dos traços mais definidores, uma vez que se aludia a ela como princípio explicativo de características da feminilidade. Frente à razão, à cultura, à agressividade e o individualismo evocados como epicentros da masculinidade, para as mulheres o instinto maternal coroa seus

atributos em termos de uma natureza distinta (NASH, 1996, p. 26).

Ao relacionarmos gênero, maternidades, trabalho reprodutivo e de cuidados com o campo da assistência social, podemos identificar como determinadas ações assistenciais foram instituídas a partir do entendimento da mulher como mãe. Para Silvia Maria Fávero Arend, seguindo um modelo cultural e social da norma familiar burguesa, em grande medida, as políticas de assistência no ocidente, voltadas às famílias pobres, traçaram um caminho que consideravam que levaria à ascensão social dessa população e que, no entanto, esse caminho estava pautado em relações desiguais de gênero:

Caracteriza-se pelo seguinte conjunto de práticas e valores: pela composição pai, mãe e filhos; pela presença de representações sociais que conformam o chamado do amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação aos filhos [...] à mulher caberia a administração do mundo do doméstico enquanto que o homem se tornaria o provedor, atuando no âmbito do público [...] (AREND, 2007, p. 102-103).

Assim, boa parte das políticas de assistência se alicerçaram sobre o trabalho reprodutivo das mulheres entendendo que certos aspectos da providência – cuidados com os filhos, doentes e idosos – deveriam permanecer circunscritos à esfera do privado e não por meio da provisão pública. Tais políticas de assistência, muitas vezes criadas por homens, tornaram-se uma forma de tutelar as mulheres e seus corpos, controlando-as dentro de normas socialmente aceitáveis, além de manter a hierarquia de gênero e a unidade da família nuclear.

A metodologia consiste na análise do discurso para auxiliar na interpretação das fontes. Para Foucault (2014), os discursos produzidos exercem funções tanto de controle dos corpos como do imaginário, das regras em sociedade e, em suma, de poderes. Esses discursos são ainda sustentados por instituições que atuam na coerção, controle e disciplina. Nesse sentido, as sociedades produzem discursos em que sua produção é “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (FOUCAULT, 2014, p. 08). Assim, articulamos a análise do discurso em Foucault com as teorias do campo de estudos de gênero.

Com a finalidade de analisar as ações de assessoria e assistência desenvolvidas por grupos, instituições e pelo CEDIP, articulando-as com as dimensões de gênero, metodologicamente, nesta investigação, trabalhamos com fontes documentais que são diversas, produzidas e documentadas ao longo do funcionamento do Centro. No que tange à diversificação das fontes documentais, podemos aqui elencar algumas que são de grande valor qualitativo e quantitativo para a pesquisa: impressos, atas, relatórios e cartilhas.

Contudo, é necessário compreender que cada objeto de pesquisa, dependendo do foco de análise que se quer empregar sobre ele, requer uma multiplicidade de fontes de naturezas diferentes, a fim de que elas estabeleçam entre si uma relação de complementaridade. No que diz respeito às fontes escritas, é preciso tratá-las como objetos não naturais, construídos para atender a uma determinada finalidade histórica e aos interesses de um determinado grupo.

Para Jacques LeGoff (1992), todo documento é monumento, testemunho do passado e não possui importância isoladamente, sua importância está na relação que estabelece com outras fontes. Estes documentos monumentos, ainda segundo o autor, possibilitam ao pesquisador interpretações do passado a partir de suas próprias subjetividades, assumindo importância relevante na construção das narrativas e na historização dos processos históricos.

Podemos apreender a partir desta análise que todos os documentos são de suma importância para o entendimento do mundo e da vida dos sujeitos, pois todo tipo de documento a ser empregado na pesquisa decorre, sobretudo, a partir da escolha do objeto de investigação. A multiplicidade documental é de singular importância por não permitir uma análise simplista e redundante do objeto de pesquisa, possibilitando ao pesquisador revelar aspectos inesperados dos sujeitos e sua relação com o meio em que vivem.

Por fim, esta dissertação buscou apresentar um texto final que foi dividido em três capítulos. No primeiro discutimos as principais teorias que balizam as análises realizadas ao longo desta dissertação. Por meio da discussão sobre as trajetórias dos estudos feministas e a construção do campo de estudos de gênero buscamos apresentar as importantes mudanças impostas por esta categoria na produção do conhecimento. Mobilizamos também as categorias de trabalho reprodutivo, cuidados e assistência, refletindo sobre as problemáticas de como o entrelaçamento destas categorias pode justificar as desigualdades entre homens e mulheres e, sobretudo, criar discursos de cunho assistencial que legitimam o lugar das mulheres na sociedade como mães.

No segundo capítulo, realizamos uma incursão histórica sobre a região carbonífera com objetivo de apresentar a estruturação da indústria do carvão, os problemas médico-sanitários relacionados às maternidades e à infância que se estruturaram entre as décadas de 1940-1980 e, por último, debatemos a formação do CEDIP neste contexto e sua relação com as camadas populares urbanas da cidade, destinando especial atenção para o lugar que as mulheres ocupavam em seus discursos e nos discursos dos documentos selecionados para seu acervo.

No terceiro capítulo analisamos a assessoria e assistência promovida por grupos e instituições em relação com o CEDIP ou pela entidade às mulheres das classes populares. Analisamos como as mulheres foram retratadas nessas fontes de pesquisa do CEDIP, nas notícias, atas de reuniões, cartilhas e formulários, buscando compreender como elas estavam representadas, principalmente as suas lutas por direitos. Buscamos, em específico, analisar as políticas voltadas à maternidade e à amamentação, através de cartilhas específicas já selecionadas que trataram sobre a importância da maternidade, o lugar das mulheres enquanto mães e as formas de educação para a maternidade utilizadas em seus processos assistenciais.

Por meio desta articulação, buscamos contribuir com as pesquisas acadêmicas no campo das relações de gênero e da história das mulheres, problematizando elementos centrais das desigualdades. Também pretendemos contribuir com a pesquisa para a história local da cidade de Criciúma em seus elementos sociais e econômicos. Em suma, buscamos trazer novas reflexões sobre as formas de assistência voltadas às mulheres sob o olhar das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais.

2 MULHERES, MATERNIDADE E CUIDADOS: UM DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS HUMANAS

O presente capítulo apresenta um diálogo com as principais teorias feministas, dos estudos sobre as mulheres e dos estudos de gênero. No primeiro tópico, analisamos trajetórias dos estudos feministas, compreendendo como esse campo de análise da história sobre as mulheres foi formado, dando ênfase aos conflitos e aos movimentos sociais em torno dessa construção.

Analisamos também como, a partir desses estudos, foi se construindo o campo de estudos de gênero. Posteriormente esse campo também apresentou algumas problemáticas na contemporaneidade, e outras possibilidades para a análise dessa categoria também aparecem. Trabalhamos neste tópico principalmente com os pensamentos das autoras e teóricas Simone de Beauvoir, Margareth Rago, Joana Maria Pedro, Joan Scott, Judith Butler e Linda Nicholson.

No segundo tópico, analisamos as problemáticas em torno da construção da maternidade nas sociedades ocidentais, a partir de uma abordagem feminista, utilizando como teórica principal Elizabeth Badinter, que nos ajuda a compreender como a maternidade e o amor materno são construídos em determinados contextos, não sendo parte do biológico da mulher, assim variando no tempo e no espaço. Nesse tópico também analisamos as formas de pedagogias maternas, que em grande medida são impostas às mulheres, por meio de biopolíticas. Essas imposições ocorrem a partir de uma noção universal sobre o que é ser mulher e ser mãe, o que nas sociedades ocidentais normatizam as condutas e as escolhas das mulheres.

No terceiro tópico analisamos outras três categorias que surgem a partir dos estudos feministas e da categoria gênero: os cuidados, o trabalho reprodutivo e a assistência. Desse modo, refletimos sobre a dicotomia dos cuidados e da maternidade, que são valorizados no campo discursivo, mas desvalorizados no campo de trabalho. Ponderamos também sobre a divisão sexual do trabalho, que coloca os homens no trabalho produtivo e as mulheres no reprodutivo. Por fim, utilizamos os estudos sobre a assistência para pensar, a partir de suas práticas, as hierarquias e as desigualdades de gênero nas políticas públicas e sociais. Para isso utilizamos como teóricas e autoras principais Joan Tronto, Helena Hirata e Danièle Kergoat.

2.1 ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO: REPENSANDO O LUGAR DA MULHER E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

As trajetórias que conformaram o campo dos estudos feministas, das mulheres e das relações de gênero podem ser pensadas a partir de um panorama político, de reivindicações, disputas, conflitos e movimentos por direitos civis e sociais que foram trasladados, posteriormente, para dentro da academia. Constituindo-se como um campo de análise, as teorias e as epistemologias dos estudos sobre as mulheres e das relações de gênero deram visibilidade a pautas e a sujeitos que por diferentes elementos das desigualdades foram excluídos dos processos de construção do saber.

Os debates que movimentaram os feminismos, as mulheres e o gênero, em defesa de direitos socioeconômicos, de representatividade e emancipação, foram permeados por intensos debates políticos construídos a partir de um estranhamento sobre a condição feminina, que denunciavam o apagamento e o silenciamento das mulheres como sujeitos políticos e de direitos.

Da mesma forma que as mulheres lutaram por direitos na esfera política, também reivindicavam espaço no meio acadêmico, entendido por elas como um lugar de formação dos sujeitos e por isso deveria ser ocupado com o objetivo de promover embates às teorias que até então dominavam a academia. Em suas diversas facetas, a ciência historicamente produziu conhecimento, que em grande medida era excludente e não contemplava as mulheres em suas inúmeras formas de existir.

Conforme aponta a historiadora Luzia Margareth Rago (1998), os estudos feministas contribuíram para produzir mudanças profundas na forma como se produzia o conhecimento científico, entendendo que as experiências históricas das mulheres se diferenciavam dos homens e por isso deveriam ser incluídas em sua integralidade:

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nessa esfera. Além disso, se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do

detalhe, que se expressa na busca de uma **nova linguagem**, ou na produção de um **contradiscurso**, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (RAGO, 1998, p. 03, grifo da autora).

Para a autora, a construção de uma epistemologia feminista surge da necessidade de enfrentamento dentro de um modelo masculinista de academia. O que se queria, então, era desestabilizar modelos e teorias, que durante séculos foram arquitetados pelos homens que dominavam as diversas áreas do conhecimento, ou seja, a ideia era colocar em xeque uma produção de conhecimento secular que se alicerçava em bases patriarcais.

Esse conhecimento científico, masculinista, com suas práticas e experiências que subalternizavam as mulheres, foi, portanto, supressivo e, especialmente, construiu-se dentro de um padrão de normatividade baseado no homem ocidental, branco e heterossexual. Além disso, no interior de uma dimensão eurocêntrica de conhecimento, a teoria feminista “[...] propõe a crítica da racionalidade burguesa, ocidental [...]” (RAGO, 1998, p. 04). Conforme a autora, a crítica feminista incide sobre o padrão cultural do que é considerado civilizado, que, por sua vez, está profundamente enraizado na ideia de masculinidade:

Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as Ciências Humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência (RAGO, 1998, p. 04).

Algumas obras publicadas em meados do século XX contribuíram para problematizar as experiências das mulheres e dar subsídios para a posterior rearticulação dos movimentos feministas. Com diversas perspectivas, e abordando as experiências femininas, tais obras sustentaram diversos debates no interior dos movimentos feministas, ampliando a reivindicação de direitos e impulsionando o reconhecimento das mulheres como sujeito histórico e de direitos.

O Segundo Sexo, da teórica e filósofa francesa Simone de Beauvoir, contribuiu para o debate público sobre o sujeito mulher e a

condição feminina. Publicada originalmente em 1949, pode ser considerada uma obra de dimensão atemporal, pois apresenta reflexões importantes sobre a condição das mulheres no interior da cultura e, com isso, redimensionou de forma decisiva a atuação dos feminismos a partir dos anos 1950.

Ao problematizar a condição feminina, questionando sua posição como o outro, Beauvoir (2016) questionava a condição de inferioridade das mulheres baseada na artificialidade da cultura, desconstruindo argumentos e padrões normativos baseados na biologia. O pensamento da autora problematiza as questões femininas a partir de uma perspectiva existencialista, e embora ainda não discuta as relações de gênero e nem o gênero como uma categoria de análise, a autora faz uma crítica ao determinismo biológico que sujeita todas as mulheres. Com isso, Beauvoir (2016) explica a condição milenar da mulher e como esta estruturou-se a partir da noção de aprendizagem e experiência atrelada à existência, entendendo essa problemática como uma construção social. Para a autora:

A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? (BEAUVOIR, 2016, p. 65)

A partir desta afirmação, podemos inferir que os dados da biologia não são suficientes para explicar as relações sociais, além de apontar, ainda, o momento em que essas relações entre os sexos se tornam desiguais, uma vez que “ser o Outro não é uma condição determinada pela natureza. É a cultura que define a experiência da mulher desse modo” (CYFER, 2015, p. 60). Nesse sentido, o que Beauvoir busca é apresentar, em seu argumento, que os dados do corpo não podem explicar o social e, para isso, realiza uma minuciosa busca nas características biológicas das demais espécies, identificando que nenhum dado somático seria capaz de explicar a suposta inferioridade feminina.

Salientamos ainda que, segundo a análise da autora, o corpo

feminino foi culturalmente marcado em cada contexto histórico e, por isso, a biologia não bastaria para justificar o lugar que ocupa, pois não é enquanto corpo, “é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza [...]” (BEAUVOIR, 2016, p. 64).

Assim, os discursos sobre os corpos, em Beauvoir (2016), não estão condicionados ao aspecto físico, material, biológico ou orgânico, mas “é um nó de significações rivais” que moldam nossa perspectiva no mundo, mas que está também engajado em uma relação dialética com seu contexto” (CYFER, 2015, p. 68). De acordo com Ingrid Cyfer, compreender a condição da mulher a partir das subjetividades que se construíram em torno do biológico é um ponto fundamental.

O enraizamento corporal em Beauvoir é o elemento central para compreender sua tese sobre a condição feminina. Ser o Segundo não é apenas um efeito de constrictões externas das quais a mulher pode se libertar como se retirasse uma camada estranha à sua subjetividade. Ser o segundo sexo é a condição de uma subjetividade corporificada. Mas o corpo comporta a ambiguidade de estar ao mesmo tempo sujeito à natureza e à cultura (CYFER, 2015, p. 68).

Diante desta renovada discussão e seguindo a trilha da desnaturalização das relações sociais, movimentos feministas pressionaram pela produção de conhecimento que contestasse o lugar das mulheres em nossa sociedade. Assim, movidas pela vontade de equidade, mulheres feministas exigiram uma rearticulação da produção do conhecimento no interior das Ciências Humanas, pois entender a construção do feminino era essencial para desestabilizar elementos culturais que secularmente oprimiam as mulheres. Era preciso criar um espaço que se dedicasse ao estudo das mulheres. Conforme aponta Joan Scott (1992), a trajetória acadêmica de luta por um campo de estudos sobre as mulheres esteve ligada aos movimentos políticos.

A conexão entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. Em uma das narrativas convencionais das origens deste campo, a política feminista é o ponto de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as

ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação (SCOTT, 1992, p. 64).

Diante disso, no interior das Ciências Humanas, a história foi rapidamente questionada por apagar as mulheres de seus processos investigativos. Em uma conexão muito próxima com a política, em boa parte dos processos históricos estudados, as mulheres estiveram apagadas e invisibilizadas por meio da hegemonia do homem universal, que supostamente abarcaria todos os sujeitos. No entanto, mesmo com a pretensa universalidade do sujeito masculino, nem as mulheres e nem outros sujeitos, como orientais, negros, indígenas, homossexuais, fora do padrão eurocêntrico e normativo, apareciam nas narrativas sobre a sociedade, o que por si só denunciava o caráter excludente da ciência, e principalmente da história.

Essa forma de perceber o mundo dava pouca ou nenhuma visibilidade às diferentes formas de existência e, nesse caso, as mulheres estavam fora das narrativas sobre o passado. Quando apareciam, a construção da imagem feminina estava encharcada de estereótipos e noções culturalmente construídas, como a maternidade compulsória, a submissão ao casamento, sua dedicação exclusiva ao privado, entre outros. Ao reproduzir tais normas as narrativas históricas não permitiam o protagonismo feminino, tampouco as percebia como sujeitos capazes de alterar os processos históricos.

Frente a esta situação, os homens, na academia, por muito tempo se convenceram de que as mulheres sempre estiveram contempladas no sujeito universal kantiano e, por esse motivo, não precisariam estabelecer uma categoria para elas, nem mesmo produzir narrativas diferenciadas que levassem em conta suas experiências e vivências. E, nesse sentido “o que as pessoas dos movimentos feministas estavam questionando era justamente que o sujeito universal, em nossa sociedade, é masculino [...]”(PEDRO, 2005, p. 80), homogeneizando qualquer outra forma de existência.

Assim, podemos afirmar que nas Ciências Sociais e Humanas, bem como na própria história, a produção do conhecimento foi operada pelos homens, a partir de suas próprias noções de mundo e experiências. “Portanto, as noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra [...]”, descortinando que “os padrões de normatividade científica são impregnados por valores

masculinos, raramente filóginos” (RAGO, 1998, p. 05).

É neste movimento contestatório e de denúncia que a partir da década de 1980 a categoria gênero impõe-se como um elemento essencial para uma produção do conhecimento mais equânime e calcada na relação igualitária entre os sexos. Dessa forma:

Os estudos de gênero consideram que a vida social e os vetores que organizam como, por exemplo, tempo, espaço ou a diferença entre os sexos, são desenvolvidos e estabelecidos socialmente através de um sistema de representações (KUAMOTO; LOSNAK, 2015, p. 08).

Assim, é de fundamental importância sistematizar tais estudos, pois eles visam desconstruir a maneira como as relações socioculturais são percebidas e interpretadas pelos sujeitos, haja vista que podem e, constantemente, se transfiguraram em desigualdades, violências, invisibilidades e no apagamento do sujeito. Diante dessa realidade, discutir como se organizam as relações de gênero é uma forma de analisar as construções sociais das identidades de homens e mulheres, a partir daquilo que é interpretado pelas diferenças entre os sexos.

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. [...]. Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos inter-relacionados (SCOTT, 1995, p. 86).

Com base nessa reflexão levantada pela autora, podemos fazer a análise sobre como a relação entre homens e mulheres se constituíram historicamente marcada pelo gênero e pelas desigualdades. Essa estruturação se fundamenta em hierarquias societárias que geram discriminação, disparidade e, em grande medida, sustentam práticas excludentes e violentas. Além disso, pensar estes processos sob a perspectiva das relações de gênero contribui para questionar as normatividades impostas ao feminino, inquirindo, assim, as supostas condicionantes que tentam cristalizar uma identidade feminina naturalizada.

Essa análise compreende, ainda, que as experiências dos indivíduos são passíveis de modificações e que isso ocorre de modo não linear, construindo de forma constante múltiplos sentidos e existências. Trata-se assim “de uma categoria central no estabelecimento de valores simbólicos, criadora de oposições binárias entre espaços, corpos e as diferentes ações humanas” (MARTINS, 2011, p. 17). Nesta mesma perspectiva, de acordo com Margareth Rago (1998), o gênero seria uma:

Categoria relacional, como observa Joan Scott, encontrou campo favorável num momento de grandes mudanças das referências teóricas vigentes nas ciências humanas [...] a teoria feminista propunha que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico. Portanto, a dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e interpretações no interior de uma dada cultura passavam a ser priorizados em relação às explicações econômicas ou políticas (RAGO, 1998, p. 15).

Conforme aponta Rago (1998), a análise de gênero prioriza a forma como dada sociedade constrói, no interior de sua cultura, os sentidos que constroem os sujeitos, pois leva em conta que as questões econômicas e políticas não são capazes de sozinhas explicar as desigualdades entre homens e mulheres.

Para dar conta deste complexo processo, Joan Scott (1995) apresenta quatro importantes estruturas que atuam no processo de construção das diferenciações de gênero baseadas na naturalização das diferenças. Dessa maneira, aquilo que é constituído no tecido histórico e cultural e sempre foi entendido como natural, ou seja, a naturalização compreende aquilo que não é passível de interferências culturais, de mudanças no tempo e no espaço, mas sim algo imutável, que sempre foi assim e sempre será. Desse modo, essa naturalização passa a ser entendida como fruto das interações humanas, que por sua vez são encharcadas de intencionalidades.

Em termos de análise, tais categorias encontram-se nos discursos, normas, instituições e subjetividades. Para isso, a autora trata do discurso como algo que cria uma representação, produzindo efeitos sobre a interpretação das pessoas, nesse caso em relação ao gênero e as formas de ser, como por exemplo Eva e Maria, que são símbolos

culturalmente disponíveis sobre o que significa ser uma mulher. Tais elementos simbólicos, que representam duas versões opostas do feminino, constroem o sujeito, fazendo com que ele se reconheça em algumas dessas representações.

Na segunda etapa, essas representações se tornam, então, discursos normativos, que propagam possibilidades de comportamento dentro de uma suposta normalidade. É aquilo que precisa ser seguido e internalizado por todos/as. A partir disso, essas representações são incorporadas por diversas instituições que propagam os modelos, tais como a família, a escola, a Igreja, o mercado de trabalho, a mídia, o Estado, o sistema político, econômico e punitivo que, em grande medida, desde muito cedo, reforçam e compactuam com as construções dos estereótipos de gênero e do feminino e masculino como única possibilidade de existência.

Assim, e de forma bastante naturalizada no imaginário, as pessoas passam a se reconhecer nos processos como homens ou mulheres, reproduzindo significados culturais que ditam a construção dos gêneros. Para Joan Scott (1995), essa seria a última etapa da incorporação das normas do sujeito.

A relevância dessa discussão atribui luz a outras graves problemáticas produzidas pelas desigualdades de gênero, como por exemplo mobilidade urbana para mulheres, desigualdades salariais, desigualdades de acesso e permanência no mercado de trabalho, educação e violências que a partir de “[...] relações hierárquicas [...] capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres” (SAFFIOTI, 2004, p. 104).

É nesse sentido que, apesar dos avanços e das lutas feministas no campo político, a base de uma sociedade patriarcal ainda não foi destruída, nem no meio profissional, educacional, tampouco no meio político (SAFFIOTI, 2004). Além disso, as desigualdades são facilmente perceptíveis e têm suas permanências nos ambientes escolares, familiares, espaços de trabalho ou no seio dos movimentos sociais.

As relações entre homens e mulheres desigualam em determinados momentos, por acessos, permanências ou possibilidades, e são mais visíveis em determinadas situações, principalmente quando estamos analisando os espaços de educação ou profissionais, como coloca a autora:

Acrescente-se o tradicional menor acesso das mulheres à educação adequada à obtenção de um posto de trabalho prestigioso e bem remunerado.

Este fenômeno marginalizou-as de muitas posições no mercado de trabalho. A exploração chega ao ponto de os salários médios das trabalhadoras brasileiras serem cerca de 64% (IBGE) dos rendimentos médios dos trabalhadores brasileiros¹, embora, nos dias atuais, o grau de escolaridade das primeiras seja bem superior ao dos segundos (SAFFIOTI, 2004, p. 106).

Além das dificuldades de garantir o seu lugar em uma educação de qualidade e em conseguir um trabalho valorizado, “as mulheres confrontam-se ainda com a ausência de políticas sociais que as liberem da dupla jornada [...]” (PINSKY; PEDRO, 2003, p. 300). Jornadas essas que, pelas desigualdades de gênero, sobrecarregam as mulheres e as colocam em uma posição inferior na competitividade por um emprego qualificado ou pela continuidade dos estudos, além de saírem em uma competição desigual por maior produtividade, seja acadêmica ou profissional.

Outras teóricas e pensadoras/es questionam tal interpretação da categoria gênero, inclusive apresentando críticas pela recorrente tentativa de entender o gênero como fundado e em oposição ao sexo. Como apontam Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007), algumas das novas formas de interpretação se utilizaram dos estudos de Thomas Laqueur (2001) para contestar a produção do sexo como naturalizado e anterior à construção do gênero, buscando romper com a ideia do corpo imutável. Para Laqueur, o gênero se antepõe ao sexo e o constrói a partir da linguagem, criando imagens sobre os corpos, que por sua vez são produções históricas.

Assim, em sua análise, até meados do século XVIII acreditava-se na existência de apenas um órgão genital, sendo o dos homens aparente e das mulheres oculto. Compreendia-se então que existiam dois gêneros, mas apenas um sexo, no homem completo e na mulher incompleto (SOIHET; PEDRO, 2007). Dentro de uma invenção da modernidade é que vai aparecer o entendimento da existência de dois sexos. Assim, Laqueur (2001) apresenta que as formas como se interpreta o sexo depende de um contexto social, é situacional e se aplica apenas em determinadas situações com base nas relações de poder entre os sexos.

¹Em 2018, segundo pesquisa do IBGE, as mulheres ganham aproximadamente 79,5% do salário dos homens. Apesar da pequena melhora, ainda permanece o predomínio dos homens ganhando salários mais altos que as mulheres em todas as ocupações.

[...] desejo mostrar, com base em evidência histórica, que quase tudo que se queira dizer sobre sexo - de qualquer forma que o sexo seja compreendido - já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. O sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder (LAQUEUR, 2001, p. 23).

Para Laqueur (2001), o sexo, assim como sua percepção, está intimamente ligado ao campo da linguagem, e esta, por sua vez, faz parte dos mecanismos culturais construídos. Visto deste ângulo, as percepções sobre o sexo são passíveis de mudanças, e não apenas o gênero, reconhecendo-se “que as relações de gênero é que instituíram o sexo [...]” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 292).

Assim, a ideia generalizada de que o corpo feminino era incompleto e que seu órgão genital era o masculino, mas oculto, invertido, Laqueur (2001) explica que nas relações entre os sexos o corpo feminino era entendido como menos legítimo, imperfeito, por isso, em sua discussão, o gênero não é entendido como uma construção posterior ao sexo, mas como elemento determinante na construção de certa compreensão do biológico.

Nesta mesma direção, para Linda Nicholson (2000), a separação, dualidade e hierarquização entre sexo e gênero é um problema que ainda persiste no campo feminista, uma herança ainda não superada. Por isso, a autora critica a noção de gênero descolada do corpo, argumentando que, assim como o gênero, o biológico não pode ser entendido fora do campo cultural, numa espécie de oposição simétrica e equivalente. De acordo com sua discussão:

De um lado, o “gênero” foi desenvolvido e é sempre usado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado. Aqui, “gênero” é tipicamente pensado como referência a personalidade e comportamento, não ao corpo; “gênero” e “sexo” são portanto compreendidos como distintos (NICHOLSON, 2000, p. 9).

Diante deste problema, podemos perceber que dentro dos movimentos feministas não houve uma superação do biológico como uma categoria fixa, pré-determinada e quase ontológica. Este tipo de entendimento, para a autora, torna a análise das relações entre homens e mulheres a-histórica, uma vez que “o ‘sexo’ permanece na teoria feminista como aquilo que fica de fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino” (NICHOLSON, 2000, p. 10).

A forma como biológico é construído, a partir de determinados discursos, aponta que o corpo não é neutro, tampouco um elemento rígido e inflexível, mas sim está em constante mudança, adaptando-se a distintos contextos históricos, ou seja, não é um dado pronto. Para Linda Nicholson (2000), os padrões binários possuem historicidade e por isso o corpo é algo que apenas recebe os significados culturais, mas ele é fruto da própria cultura, e não

[...] uma espécie de noção “porta-casacos” da identidade: o corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificadamente os relativos a personalidade e comportamento. (NICHOLSON, 2000, p. 12).

Para superar essa percepção, o feminismo deve também superar o fundacionalismo e o determinismo biológico, pois as formas de entender e interpretar os corpos são diferentes e bastante variáveis no tempo e espaço (NICHOLSON, 2000). A formação dos corpos é, então, bastante complexa, e negar essa complexidade pode impossibilitar transformações significativas na cultura e naquilo que implica nas desigualdades de gênero.

Assim, “pressupor que a construção cultural do corpo funciona como uma variável que não muda através de diferentes trechos da história [...] denota uma versão muito significativa do fundacionalismo biológico” (NICHOLSON, 2000, p. 28). Isso posto, a autora sugere que não mais se pense teoricamente sobre as mulheres no geral ou nas “sociedades patriarcais”, mas que se comece a refletir sobre mulheres dentro dos seus próprios contextos específicos (NICHOLSON, 2000). E ainda:

Sugiro pensarmos o sentido de “mulher” como capaz de ilustrar o mapa das semelhanças e

diferenças que se cruzam. Nesse mapa o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis (NICHOLSON, 2000, p. 36).

A filósofa estadunidense Judith Butler também questiona as identidades construídas como fixas e os binarismos que contrapõem gênero/sexo e mulheres/homens. O que Butler (2017) procura compreender, a partir de uma análise foucaultiana, é “como foi construída a dualidade sexual, ou seja, como os diversos discursos científicos produziram essa dualidade discursivamente” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 292), questionando, então, o sexo como algo natural e fixo.

Conforme a análise de Butler (2017), é preciso reformular as teorias que pensam o sexo como pré-discursivo. Além disso, o gênero é que seria um efeito discursivo, criando, então, o sexo. Nas reflexões construídas pela filósofa:

E o que é, afinal, o “sexo”? É ele natural, anatómico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história? [...] Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio constructo chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quando o gênero; a rigor [...] (BUTLER, 2017, p. 27).

Também conhecidos como teoria *queer*, esses estudos compreendem que “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado” (BUTLER, 2017, p. 292). Nesse sentido esse próprio sexo é passível de discursos e, mais do que isso, é cultural, não sendo tão natural e não vindo antes da existência da cultura, mas propriamente é criado também por ela, coexistindo nas relações e sempre se transformando em múltiplos contextos, a partir de novas significações da linguagem.

Podemos afirmar que a teoria *queer* e seus/as teóricos/as “problematizam noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação” (LOURO, 2001, p. 547). E assim, Butler, uma das principais teóricas aqui, “ao mesmo tempo em que reafirma o caráter

discursivo da sexualidade, ela produz novas concepções a respeito de sexo, sexualidade, gênero” (LOURO, 2001, p. 548).

Produzir outras concepções teóricas, atribuindo novos sentidos para os estudos de gênero, das mulheres e dos sujeitos como um todo, levando em conta que a teoria *queer*, em grande medida, avança nesse sentido, viabiliza a criação de novas possibilidades de transformação no meio, não limitando os sujeitos e evitando cair em novas armadilhas das normatizações. Limitar o gênero, as identidades e o sexo, naturalizando-os ou mesmo negando as suas historicidades e contextos, as culturas variáveis e a linguagem como um processo que dá sentidos, pode ser um “cavalo de tróia” para os estudos de gênero, pois vai ao encontro novamente de padrões hegemônicos e identitários, prendendo repetidamente os sujeitos nas amarras que tanto se buscou superar.

Permeando a análise dos estudos da história das mulheres e das relações de gênero, surge uma categoria que é relevante para o debate e para esta pesquisa, que é a maternidade e seus significados na vida das mulheres, levando em conta que em grande medida ela é um fenômeno marcador de desigualdade entre homens e mulheres. Desse modo, trataremos a seguir sobre essa articulação entre os estudos de gênero e a maternidade, percebendo como ela é entendida dentro desse campo.

2.2 AS MATERNIDADES COMO DESTINO: REFLEXÕES, CONFLITOS E DEBATES

As maternidades e seus desdobramentos entre as mulheres, desde há muito, tornou-se um elemento central dos debates e das disputas feministas. Por isso, refletir teoricamente esta questão, assim como problematizar as questões de gênero, implica perceber suas consequências na vida das mulheres, necessitando de um processo analítico de desnaturalização das condições que construíram e solidificaram significados e sentidos sobre as maternidades.

Para tais empreendimentos, devemos perceber como as experiências maternas se solidificaram, em diferentes sociedades, a partir de discursividades normativas sobre o feminino, que limitaram as mulheres à sua capacidade de reprodução.

Diante destas reflexões, as maternidades precisam ser interpretadas a partir do contexto de cada sociedade que, em determinado tempo e espaço, significou o processo reprodutivo das mulheres, ora como um elemento de valorização, ora como um instrumento de subalternidade. Estudar as maternidades e suas inúmeras

conexões socioculturais implica não generalizar as múltiplas formas em que ela se instituiu ao longo do tempo. Historicizar a naturalização das práticas, do corpo biológico e do próprio “amor materno” requer o entendimento de que as maternidades, assim como as demais relações sociais, são construídas. Nesse sentido, entendemos que a maternagem e o processo reprodutivo das mulheres não são práticas corpóreas, tampouco parte de uma experiência única para todas as mulheres.

O processo de maternagem ocorre nas relações estabelecidas entre a mãe e a criança a partir de um vínculo afetivo e dos cuidados (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014). Historicamente, como ocorre esse processo dos cuidados da mãe com o filho, ou seja, da maternagem, depende do meio e do contexto em que essa mulher está inserida, levando em conta que essa relação tem significados muito diferentes em cada cultura, tempo e espaço, não sendo algo imutável (GRADVOHL; OSIS; MAKUCH, 2014).

A partir dessa ótica e fundamentados nas teorias feministas e de gênero, refletiremos sobre a importância de se interpretar as maternidades em diferentes contextos históricos, desnaturalizando-as e evidenciando enquanto produção cultural e social. Entendemos que essas relações se constroem com um marcador desigual de gênero, a partir de uma hierarquia entre homens e mulheres que na contemporaneidade reforça lugares subalternos às mulheres.

Esse movimento analítico de desmistificação das maternidades e seus ideais se inicia com o entendimento de que esta, assim como outras relações, não é um dado pronto, certo e naturalizado na vida de todas as mulheres, tampouco um destino. Assim, os significados ou representações das maternidades precisam ser analisadas e entendidas como condições mutáveis e como fruto da cultura, que por sua vez tem significados diferenciados no que tange ao amor materno, o cuidado e o desejo de ter ou não filhos.

A reprodução como uma situação que desencadearia o sentimento de amor materno, por exemplo, é uma forma equivocada de tentar naturalizar esse processo e negar os possíveis conflitos simbólicos existentes na constituição de uma mulher/mãe. Compreendendo teoricamente a complexidade das maternidades, na obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, a historiadora e filósofa francesa Elizabeth Badinter analisa como o sentimento, os significados em torno do amor materno e dos cuidados são decorrentes da cultura e não um dado biológico, como também já apontava Simone de Beauvoir (2016).

Para Elizabeth Badinter(1980), o amor materno não é uma constante histórica, assim como também não é um instinto nato das

mulheres. A autora ainda ressalta que o amor entre mãe e filho(a) é algo construído e seletivo, o que significa afirmar que em determinados contextos as mães não amam de forma igual os/as filhos/as, ou nem mesmo amam.

Ao longo dos processos históricos muitas mães agiam de acordo com as possibilidades materiais e afetivas, sendo essas financeiras, de saúde, comportamentais e culturais, construindo, muitas vezes, um sentimento de indiferença que tangenciava suas relações com a prole a partir das necessidades e experiências que viviam. Essas experiências perpassavam as necessidades econômicas e, em grande medida, pelos números de expectativa de vida e da saúde das crianças.

No contexto da Europa Moderna aristocrática, analisada pela autora, com altíssimo índice de mortalidade infantil, o sentimento materno era outro, que não entendia a criança como ser único, com características específicas, mas sim como aquela que poderia ser facilmente substituída por outra gestação. Frente a esta realidade era mais simples, e até mesmo uma necessidade, as mães não se apegarem a um ser tão frágil e que possivelmente morreria em pouco tempo. De acordo com a autora:

Temos hoje a convicção profunda de que a morte de um filho deixa uma marca indelével no coração da mãe. [...] Sem cairmos nas manifestações patológicas do luto, toda mulher se recorda desse dia como o de uma perda irreparável. O fato de poder engendrar um outro filho nove meses mais tarde não anula a morte do precedente [...] Era a mentalidade inversa que dominava outrora. Em sua tese, F. Lebrun escreve: “No plano humano, a morte da criança é sentida como um acidente quase banal que um nascimento posterior virá reparar”. Isso atesta a menor intensidade do amor que a mãe dedicava a cada um dos filhos (BADINTER, 1980, p. 73).

Frente a este argumento é possível entender que o amor materno, tão idealizado e constantemente requerido nas sociedades ocidentais a partir do século XIX, não é um sentimento inerente a todas as mulheres, mas é algo que se constrói de acordo com fatores socioeconômicos e culturais, que por sua vez impactam diretamente na constituição das sensibilidades humanas (BADINTER, 1980). Essa relação baseada profundamente na cultura nos dá condições para compreender que o

amor materno, assim como outros sentimentos, surge em contextos e condições específicas, o que pode implicar, de acordo com a autora, atitudes de indiferença.

Entendendo que os sentimentos maternos são também seletivos, cada mulher/mãe pode construir, por inúmeros motivos, afetividades mais ou menos intensas com seus filhos/as, “ou seja, a incrível desigualdade de tratamento entre os filhos, segundo o sexo e o lugar que ocupam na família” (BADINTER, 1980, p. 76), podem levar uma mãe a preferir uns em favor de outros. Esse comportamento era muito comum no século XVIII, quando as famílias aristocráticas escolhiam um de seus rebentos para herdar os títulos e a fortuna do clã, os demais deveriam procurar por si só seu espaço dentro do grupo familiar e da sociedade a qual pertenciam.

Analisando o presente e inquirindo sobre o passado, a autora se pergunta: “Onde fica o amor materno, que se afirma facilmente existir em todos os lugares e em todos os tempos?” (BADINTER, 1980, p. 77). Analisando a sociedade francesa do século XVIII, ela responde que esse amor e o suposto instinto de cuidados não eram recorrentes entre as mulheres, e por isso pode também não ser presente em nosso tempo. Na França, as mulheres, inclusive, se recusavam a se dedicar ao aleitamento, considerado como algo inconveniente em suas vidas, pois “consideravam pouco digno amamentarem elas mesmas os filhos” (BADINTER, 1980, p. 80). Conforme analisa:

O primeiro ato dessa rejeição era a recusa do aleitamento. Para explicar esse ato antinatural, as mulheres dos meios abastados invocaram certo número de argumentos que tinham por finalidade menos justificar sua ação do que desculpar a sua inação. Outras, não obstante, dirão claramente as coisas, ou seja: Isto me aborrece e tenho coisa melhor a fazer (BADINTER, 1980, p. 79).

Tamanha indiferença, apontada pela autora, dão indícios suficientes para a percepção da maternidade como um elemento não universal, mas sim um conjunto de significados que se manifestam de acordo com o contexto vivido. Mesmo que a maternidade não tenha sentidos únicos relacionados aos fatores biológicos, no imaginário das sociedades ocidentais a partir do século XIX ela se adaptou a políticas de higiene, saúde, valores morais, culturais, questões econômicas e sociais que o corpo biológico feminino não é capaz sozinho de explicar.

A mulher grávida, seu corpo é invadido na contemporaneidade por significados sociais e culturais atribuídos a essa condição. As mulheres tornam-se alvos de diferentes formas de intromissão que articulam sentidos ao seu corpo grávido ou a sua condição de mãe, produzindo, então, uma noção universal sobre como a mulher/mãe deve ou não se comportar, aquilo que ela pode ou não fazer, sentir e decidir sobre os/as filhos/as ou até mesmo sobre seu próprio corpo e suas experiências de vida.

Assim, os saberes médicos e de saúde, relacionados à maternidade e à infância, propagaram normas e condutas como forma de educar as mães para a maternidade, uma espécie de pedagogia materna, que considerava o ato de reprodução e os cuidados como uma atribuição natural, “[...] que redefine a maternidade como um dever social, feminino e medicalizado” (SECO; ABAD, 2005, p. 29, tradução nossa)², com base em interpretações fornecidas pela ciência. Dessa forma, conforme propõe a historiadora Ana Paula Vosne Martins, foi nas primeiras décadas do século XX que a pedagogia materna se estruturou como um elemento norteador entre o estado e as mães:

[...] a princípio conduzida pelos médicos e, posteriormente pelas escolas, ensinando noções básicas de higiene infantil e divulgando informações sobre as doenças infantis e primeiros socorros. Mas a lição mais importante deste processo pedagógico era estabelecer as competências e as responsabilidades: aos médicos cabia o papel de mestre, enquanto às mães cabia a responsabilidade de seguir os conselhos de seus mestres, sem tergiversações, a fim de assumir de maneira consciente e bem informada a mais importante responsabilidade que lhes cabia: saber ser mãe (MARTINS, 2008, p. 141).

Aliados à medicina, o senso comum, juntamente com a moral e a religião, que entenderam o corpo feminino “em torno da maternidade como condição biológica que incita a uma auto-identificação como mãe” (ANJOS, 2007, p. 29), articulados aos mais diferentes grupos e instituições projetam ideais, desde a gestação até os cuidados materno-infantis, entendendo que deveriam ser cumpridos pelas mulheres. Desse

² “[...] que redefine la maternidad como deber social femenino y la medicalizada”.

modo, promoveram, e ainda hoje promovem, discursividades disciplinares relacionadas ao aleitamento, cuidados, amor materno e a relação da mãe com a criança, que com fins pedagógicos constantemente constroem a identificação das mulheres como mães.

Assim, “corpos grávidos e maternos têm-se constituído como territórios de biopolíticas contemporâneas” (MEYER, 2010, p. 20). Nesse sentido, as mulheres/mães têm seus corpos mais facilmente invadidos pelas formas de assistência, da medicina, da política, da religião e pelo Estado, que impõem um ideal para elas e para a criança que está por vir, compreendendo também que são elas as responsáveis primordiais pela educação e existência de seus/suas filhos/as.

Essas construções pedagógicas sobre as maternidades foram alicerçadas em relações desiguais de gênero, pois construíram hierarquias para homens e mulheres, na qual os primeiros ditavam as formas de ser e estar, enquanto as últimas, abnegadas e cientes de seu papel frente à reprodução social, aceitariam de bom grado as diretrizes masculinas sobre a boa e a má maternidade.

Assim, a maternidade é projetada como aspiração das mulheres, enquanto para os homens os cuidados com filhos/as e as decisões relacionadas a eles não são considerados prioridade, tampouco são eles cobrados. Aos homens, a exemplo daqueles que estão na política e na ciência, cabe seu papel de guias e de provedores, conforme aponta a enfermeira Dagmar Elisabeth Estermann Meyer:

[...] determinados conhecimentos – que se apresentam e que assumimos como científicos, universais e neutros – incorporam, reproduzem, atualizam e tencionam representações culturais de maternidade e quais efeitos isso pode ter nos modos como cuidamos de mulheres e homens em nosso cotidiano profissional (MEYER, 2010, p. 21).

Com relação às desigualdades de gênero entre homens e mulheres, o papel da educação formal e não formal, que constantemente ocorre de forma diferenciada entre meninas e meninos, se revela extremamente sexista, uma vez que atribui-se às meninas, desde pequenas, o papel dos cuidados e do maternas. Assim, na construção do sujeito feminino, o espaço do lar, dos cuidados e dos afetos são instituídos e internalizados a partir de jogos e brincadeiras direcionadas à pedagogia materna.

Essa forma de educar meninas e mulheres desde a infância volta-se à necessidade de formar a mãe ideal, que, realizada pela maternidade, faria de tudo pelo bem-estar de sua prole, capaz de dar sua vida em nome da realização dos demais, anulando-se como sujeito, refreando seus próprios desejos, planejamentos e expectativas para se tornar a mãe de alguém. No entanto, é preciso levar em consideração que no interior do movimento feminista o entendimento da maternidade não é algo homogêneo.

Podemos destacar a importante participação das feministas maternalistas que se utilizaram dos discursos sobre a maternidade para ocupar espaços na esfera pública e também requerer políticas sociais de proteção às mulheres e à infância. As maternalistas, “apesar da heterogeneidade de suas posições, elas utilizam o argumento da glorificação da maternidade para obter novos direitos” (COLLIN; LABORIE, 2009, p. 134).

Todas essas formas de caracterizar o feminino são, em suma, entendidas por diversos setores como neutras e imparciais, nada ideológicas, pois tais comportamentos seriam parte do biológico, da essência que diferencia os dois sexos. Essas instituições sociais, como a família, mercado de trabalho, Estado, escola e Igreja, propagam discursos e normas cristalizando e favorecendo o reconhecimento do sujeito dentro dos padrões de gênero esperados para o feminino e o masculino (SCOTT, 1995).

A legitimidade dessas instituições, como por exemplo a medicina e o Estado, constrói noções de saúde ideal para as mães e as crianças, tornando difícil a desconstrução destes estereótipos (maternidade e infância), pois se fundamenta no entendimento de que o corpo biológico é imutável e descolado da cultura. Para este tipo de pensamento, o corpo feminino leva consigo uma espécie de código genético que transforma a mulher em mãe, logo após o ato da concepção. Assim:

[...] muitas vertentes científicas e filosóficas continuam partilhando uma visão datada e localizada de sujeito humano, tematizando-o como ser constituído por duas características opostas, que geralmente se expressam pelas seguintes dicotomias: alma/corpo, mente/corpo, pensamento/extensão, razão/paixão, psicologia/biologia (MEYER, 2010, p. 19).

É importante frisar que o que se discute nas teorias feministas não é uma negação do biológico, ou mesmo uma tentativa de desconstruir o corpo e as capacidades de reprodução. No entanto, é primordial problematizar que esse biológico não é suficiente para explicar as desigualdades de gênero e a “naturalização muito persistente em nossa cultura, como o da mãe-mulher cuidadora e abnegada e o do homem-pai desresponsabilizado das atribuições que envolvem o cuidado e a educação dos/as filhos/as [...]” (KLEIN; MEYER, 2018, p. 214).

Essa pedagogia materna educa as mulheres a se manterem no espaço do lar e para que os homens ocupem o espaço público. Assim, tal discurso transforma as mulheres em “importantes” sujeitos ao “garantirem” a continuação da nação. Frente a este dever cívico, as instituições promovem insistentemente a figura da mulher/esposa/mãe dedicada ao matrimônio, ao lar, ao marido e aos filhos. Por isso, as estratégias patriarcais de pedagogia materna constroem discursos normatizados que levam as mulheres para o espaço doméstico, privado e de cuidados.

Esse suposto instinto materno e suas sensibilidades resultariam na sua esperada responsabilidade com a educação das crianças, desprendendo a elas total atenção as suas necessidades, o que levaria à completa anulação de algumas mulheres como sujeito de desejos e vontades próprias. Isso não significa dizer que não existam mulheres que se encontrem realizadas na maternidade e no exercício da educação das crianças, no entanto, é preciso compreender que a maternidade não é algo natural e compulsória (BADINTER, 2011). O problema consiste no tratamento condicionado às mulheres que, simultaneamente, delimita espaços, impelindo os homens às funções públicas, enquanto as mulheres ficam relegadas ao exercício de atividade na esfera privada. Conforme a reflexão de Puleo:

Um dos elementos fundamentais do sistema de gênero é a divisão de papéis por sexo e a consequente distinção entre as esferas doméstica e pública. Relegadas ao lar, através da definição exclusiva de esposas e mães, as mulheres foram historicamente afastadas da esfera em que foram tomadas decisões que afetavam toda a sociedade e em que a criação cultural foi estimulada e o

reconhecimento social distribuído (PULEO, 2004, p. 24, tradução nossa)³.

Através desse entendimento, as mulheres desde a infância recebem a educação para exercer suas funções consideradas naturais, que por meio da pedagogia materna constrói as futuras esposas e mães, qualificando-as para a família e o lar. Frente à necessidade de educar as meninas para sua função de mãe e esposa, a escola assume lugar de destaque. Assim, analisando as escolas de meados de fins do século XIX e início do XX, Irene Palacio Lis esclarece que:

A convicção parecia unânime quanto à necessidade de qualificar meninas - no contexto escolar - em conhecimentos relacionados à higiene e à economia doméstica, com aplicação especial à suposta maternidade futura. E Puericultura, nesse contexto, havia sido considerada uma disciplina irrevogável. Os médicos, mas também os professores, concordaram a esse respeito que esse conhecimento era irrevogável no treinamento de mulheres e, principalmente, de meninas, que deveriam receber o básico de puericultura que mais tarde aprofundariam (LIS, 2003, p. 97, tradução nossa)⁴.

Historicamente, assim como as escolas, outras instituições, como a medicina, buscaram educar as mulheres para aquilo que consideravam

³ “Uno de los elementos fundamentales del sistema de género es la división sexuada de roles y la consecuente distinción entre ámbito doméstico y ámbito público. Relegadas a lo doméstico, a través de la definición excluyente de esposas y madres, las mujeres fuimos históricamente alejadas de la esfera en que se tomaban decisiones que afectaban a toda la sociedad y en la que se estimulaba la creación cultural y se distribuía el reconocimiento social”.

⁴ “Parecía pues unánime la convicción acerca de la necesidad de cualificar a las niñas –en el contexto escolar- en saberes relativos a la higiene y la economía doméstica, com uma especial aplicación a su presumible maternidade futura. Y la Puericultura, en este contexto, venía siendo considerada una disciplina irrecusable. Los médicos, pero también los docentes, coincidían al respecto: resultaban inexcusables tales conocimientos en la formación de las mujeres, y en las niñas en particular, que habrían de recibir los fundamentos puericultores en los que más adelante convendría profundizar”.

como sua função primordial, a maternidade e os cuidados. É importante frisar que nessa relação com a medicina a maternidade foi compreendida como um elemento que, mesmo natural, podia ser aperfeiçoado por diretrizes ditadas pela ciência, que por sua vez era ocupada por homens. Essa pedagogia materna aplicada pelos médicos ocorria, e ainda ocorre, com base nas relações desiguais e hierarquizadas de gênero, em que as mulheres estavam e em grande medida estão sob uma tutela masculina, inclusive em relação às escolhas e controle sobre seu corpo.

Diante do discurso médico e também assistencial, as mulheres foram consideradas incapazes de ocupar outras funções no espaço público, sendo induzidas a ficar em casa, cumprindo as suas funções de cuidadoras e únicas responsáveis pela saúde e educação da família. Conforme o historiador Ismael Gonçalves Alves:

A pequena participação de mulheres na Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia e por consequência no comitê que a representava demonstra o caráter masculino que as ciências médicas adquiriram ao longo do tempo, abarcando inclusive áreas como a ginecologia, a obstetrícia e a pediatria, especialidades relacionadas às mulheres (ALVES, 2014, p. 98).

Como a medicina tem um peso considerável nas escolhas dos indivíduos e, principalmente, na interpretação sobre si mesmo, os discursos médicos e assistenciais dirigidos às mulheres pregavam com insistência a maternidade compulsória. Assim, os pilares da pedagogia materna podem ser encontrados nas políticas compulsórias de aleitamento e cuidados, que justificaram a permanência das mulheres no espaço privado, “a maternidade consciente e racional passava então para as mãos dos profissionais da medicina, majoritariamente masculinos” (ALVES, 2014, p. 99). A partir desta realidade, os médicos regulam os conhecimentos sobre as mulheres, as mães e as crianças e, desse modo, reconceituam a maternidade na sociedade ocidental contemporânea.

Segundo Lis (2003), a maternidade foi ensinada pelos médicos que historicamente perceberam as mulheres como ignorantes, cabendo a eles, homens, supostamente mais racionais, o dever de educar as mães, orientando-as sobre seus corpos e suas decisões pessoais. Para essa ideologia médica, “[...] o ideal feminino não era a mulher educada, mas

a mulher-mãe” (LIS, 2003, p. 201, tradução nossa)⁵, formada para o lar e para sua missão, sempre sob uma tutela pedagógica masculina. Ainda para a autora:

Com base em tudo isso, a repetida convicção dos médicos em geral e dos ginecologistas em particular, em relação à exclusiva razão de ser das mulheres: a maternidade, de cuja ideologia só podiam alcançar sua plenitude quando se tornavam mães (LIS, 2003, p. 200, tradução nossa)⁶.

O peso dos discursos médicos e assistenciais é o fenômeno que cabe ser problematizado no campo dos estudos de gênero ligado às maternidades. O que deve ser questionado não é a escolha das mulheres para a maternidade ou mesmo a capacidade biológica reprodutiva do corpo feminino, mas sim quando a maternidade deixa de ser escolha e passa a ser uma imposição social. Em última análise, a desigualdade de gênero que atinge majoritariamente as mulheres encontra-se presente também na construção das maternidades e seus significados.

Para a médica Teresa Ortiz Gómez (2010), é necessário refletir sobre a capacidade das mulheres de gerenciar seus corpos e a escolha do seu momento reprodutivo ou mesmo de sua escolha pessoal da não reprodução e da não maternidade.

Em síntese, a construção social e cultural das desigualdades de gênero tentou encontrar, em uma suposta natureza biológica, a justificativa das desigualdades e a implementação de modelos sociais sexistas. No entanto, analisando historicamente, concluímos que não bastam as atribuições do biológico para forjar aquilo que insiste em justificar a subordinação das mulheres, os porquês da inferioridade feminina e a sua falta de escolha e poder de decisão sobre si mesma.

Para Consuelo Paterna e Carmen Martínez (2005), as definições sobre o que é cultura e o que é natureza buscaram historicamente explicar a subordinação das mulheres, construindo simbolicamente que a mulher está para a natureza, leia-se para a maternidade, e o homem está para a cultura, ou seja, para tudo aquilo que é valorizado

⁵ “[...] el ideal femenino no era la mujer educada, sino la mujer madre”.

⁶ “En la base de todo ello, el convencimiento reiterado de los médicos en general y de los ginecólogos en particular, respecto a la exclusiva razón de ser de las mujeres: la maternidad, desde cuya ideología sólo podían alcanzar su plenitud cuando llegaran a ser madres”.

socialmente, para aquilo que é racional e consequentemente está enquadrado no espaço público.

No conjunto da análise, é relevante refletir que as pedagogias maternas, em determinados contextos históricos, em grande medida, reforçaram padrões de gênero de forma hierarquizada. Imposta por uma sociedade patriarcal, a maternidade se tornou um fim para todas, transformando aquelas que se negavam a seguir este caminho em mulheres incompletas. Assim:

A representação de uma mãe dedicada exclusivamente aos filhos, isolada na casa da família e responsável por todo o processo de socialização dos filhos, não pode, contudo, ser generalizada para todos os períodos da história ocidental ou para todas as culturas (PATERNA; MARTÍNEZ, 2005, p. 70, tradução nossa)⁷.

Com isso, pode-se afirmar que as maternidades estão para além de um mero condicionamento biológico, mas são partes integrantes do tecido social, encharcadas de representações machistas e patriarcais, consubstanciando condições biológicas em desigualdades e, por conseguinte, construindo o gênero como um marcador díspar entre homens e mulheres. Buscando uma maior compreensibilidade no entendimento relacional da maternidade, Elizabeth Badinter, novamente, nos ajuda a refletir sobre:

Em cada cultura, existe um modelo ideal de maternidade predominante que pode variar segundo as épocas. Conscientemente ou não, todas as mulheres o carregam. Pode-se aceitá-lo ou contorná-lo, negociá-lo ou rejeitá-lo, mas é sempre em relação a ele que, em última instância, se é determinado (BADINTER, 2011, p. 143).

Enfim, novos desafios já se encontram na contemporaneidade e sublinham novamente as problemáticas das maternidades. Novas e outras experiências se solidificam, há o retorno de muitos discursos e de

⁷ “La representación de una madre dedicada exclusivamente a sus hijos, aislada en el hogar familiar y responsable de todo el proceso de socialización de los niños, no puede, sin embargo, generalizarse a todos los períodos de la historia occidental ni a todas las culturas”.

renovadas formas de pedagogias maternas, todavia há também as permanências daquilo que está sobreposto nas relações, que é a constante estratégia patriarcal de manter as mulheres no lar.

Em seguida, alinhando essa análise das pedagogias maternas, o trabalho reprodutivo, os cuidados e a assistência são conceitos relevantes para pensar sua ligação com a maternidade, compreendendo como esses estudos entendem a maternidade e sua relação com as mulheres no espaço do privado. Desse modo, questionando as discursividades que valorizam a maternidade e o trabalho de cuidados no campo do privado, e que, no entanto, a desvaloriza no espaço público e no campo do trabalho considerado produtivo.

2.3 CUIDADOS, TRABALHO REPRODUTIVO E ASSISTÊNCIA

Analisar o trabalho de cuidados, nesta investigação, passa necessariamente por uma análise feminista e dos estudos que se debruçam sobre as questões das mulheres e da maternidade. A partir desses estudos, podemos compreender como a maternidade foi utilizada como um instrumento de confinamento das mulheres mães nos limites do espaço do privado e, ao mesmo tempo, de desvalorização do trabalho de cuidados. Cuidar de crianças, enfermos e idosos foi considerado algo natural, pouco prestigiado e por isso desvalorizado e invisibilizado.

De acordo com a perspectiva feminista, os estudos sobre os trabalhos de cuidados entendem que são historicamente relacionados às mulheres e estão atrelados a supostas características femininas, como afeto, atenção, carinho, abnegação, entre outros. Esse universo desvela os papéis diferenciados e desiguais de gênero, uma vez que direciona as mulheres a tudo aquilo que for relacionado à atenção com o outro. Além disso, culturalmente, a partir de características biológicas do sexo feminino, como a capacidade da gestação e de amamentação, entende-se que as mulheres estão aptas aos cuidados com crianças, idosos, com a família e pessoas doentes, entre outros.

Assim, os estudos sobre os cuidados e a maternidade tornam-se relevantes dentro dos estudos feministas e de gênero, pois as desigualdades entre homens e mulheres são reforçadas nas questões da maternidade e dos cuidados. Desse modo, exaltando a figura da mulher enquanto mãe sob um discurso positivado e, com isso, recolocando-a no espaço do lar e nos espaços sociais menos privilegiados.

Para a educadora social Irati Fernández Pujana (2014), historicamente, um ideal de família e de mulher burguesa que se constituiu no ocidente, em meados do século XX, foi incorporado

também pela classe trabalhadora. A partir deste discurso hegemônico, as mulheres de diferentes classes foram obrigadas a entender as atividades voltadas ao lar e à maternidade como algo positivado e característico do seu sexo, mascarando, assim, o caráter sexista de tais atribuições.

[...] surge o ideal do anjo do lar e com ele a mitificação do instinto materno. A diferenciação dos sexos sob uma ideologia de superioridade é exaltada moral e de complementaridade e, no caso das mulheres, seu papel reprodutivo é exaltado de melhoria das espécies, dadas suas virtudes naturais. O discurso de louvor mascara uma verdadeira hierarquia sexual (PUJANA, 2014, p. 26, tradução nossa)⁸.

As maternidades e os cuidados como campos de análise nos estudos de gênero podem ser interpretados a partir de uma dicotomia: por um lado, impõem pressões culturais para que as mulheres tenham filhos e cumpram seus deveres como mães; mas, por outro lado, as desvalorizam no trabalho reprodutivo e produtivo. Nessas dinâmicas cotidianas, constrói-se a ideia de que a maternidade é a plena realização para as mulheres e, no entanto, os homens não precisam ser pais para se completarem em suas realizações (PUJANA, 2014).

Conforme aponta a cientista política Joan Tronto (1997), em nossa sociedade há uma dimensão bastante demarcada da diferenciação entre os gêneros para o ato de cuidar. Isso implica dizer que culturalmente as mulheres são aquelas que assumem os cuidados de algo ou de alguém, em outras palavras, elas “cuidam de suas famílias, vizinhos e amigos; e o fazem ao realizar o trabalho direto de cuidar” (TRONTO, 1997, p. 186).

Para a autora, o cuidado é necessariamente relacional, o que consiste em cuidar de algo ou alguém, ou ter cuidado com algo (TRONTO, 1997), e esses dois termos utilizados é que demarcam como isso é pensado baseado no gênero.

⁸ “[...] surge el ideal del ángel del hogar y con ello la mitificación del instinto maternal. Se exalta la diferenciación de los sexos bajo una ideología de superioridade moral y de complementariedad y en el caso de las mujeres se ensalza su cometido reproductor y de mejora de la especie dadas sus virtudes naturales. El discurso del elogio em mascara una auténtica jerarquización sexual”.

Podemos distinguir "cuidado com" de "cuidar de" com base no objeto dos cuidados. "Cuidado com" refere-se a objetos menos concretos; caracteriza-se por uma forma mais geral de compromisso. "Cuidar de" implica um objeto específico, particular, que é o centro dos cuidados. As fronteiras entre essas duas formas de cuidar não são tão nítidas como essas afirmações fazem subentender. Todavia, a distinção é útil para revelar algo sobre a maneira como pensamos sobre cuidados em nossa sociedade, porque se ajusta à forma como ela define os cuidados de acordo com o gênero (TRONTO, 1997, p. 188).

Nessa acepção, "cuidar de" implica algo bastante específico, assim ter as responsabilidades das necessidades físicas e emocionais de outra pessoa (TRONTO, 1997), respondendo a necessidades básicas como alimentação, higiene e outras. Em suma, o "cuidar de" alguém é quase sempre realizado por mulheres e considerado específico para elas. Ainda para a autora, os homens, em grande medida, são aqueles que assumem o "cuidar com", que implica ter cuidado com algo, preocupar-se com algo. É nesse sentido que "os papéis tradicionais de gênero em nossa sociedade implicam que os homens tenham 'cuidado com' e as mulheres 'cuidem de'" (TRONTO, 1997, p. 189).

Essa diferenciação concerne que as mulheres se tornem responsáveis pelo cuidado de alguém que necessita diretamente de seu trabalho. Assim, elas são julgadas moralmente por essa atividade, pois são socialmente consideradas responsáveis pelos outros e pelo modo como estes sujeitos cumprem as aspirações socialmente depositadas sobre eles. Nesse sentido, diante do fracasso ou das diversas problemáticas que se apresentam ao longo do ciclo de vida, recai sobre as mulheres, como um dever moral, a obrigação de garantir que todos aqueles que estejam sobre seus cuidados caminhem em direção ao sucesso, o fracasso pessoal é entendido como o resultado da falta de cuidados.

Essa suposta "valorização" da condição de mulher/mãe e suas supostas virtudes ligadas aos cuidados são impulsionadas por discursos que insistentemente alardeiam que as mulheres precisam estar na esfera doméstica, no campo dos sentimentos e afetividades, dedicando-se inteiramente à família para que o sucesso de sua prole seja alcançado. Dito de outra maneira, as mulheres devem se dedicar integralmente ao

exercício do trabalho de cuidados, sacrificando suas aspirações pessoais em nome de algo maior, que é o bem-estar daqueles que estão sob sua responsabilidade. Falhar significar não cumprir na integralidade seu papel como mulher.

Nesse sentido, o trabalho de cuidados, que recai especialmente sobre as mulheres, está intimamente ligado a tarefas de alimentar, vestir, tratar, observar, ou seja, cuidar. Esse cuidar “implica algum tipo de responsabilidade e compromisso contínuos” (TRONTO, 1997, p. 187). Diante disso, o trabalho realizado pelas mulheres na contemporaneidade é extremamente exaltado no campo discursivo, interpretado socialmente como algo essencial à vida humana, à continuidade da espécie e à felicidade da família. Assim, “com o surgimento da valorização da maternidade, diversas teorias e muitos manuais foram criados sobre o assunto, todos preconizando como deveria agir uma boa mãe, construindo, assim, um ideal para a maternidade” (EMIDIO, 2011, p. 74).

Todavia, esses materiais, criados para educar as mães, constantemente tentam realocar as mulheres de volta ao espaço do lar, executando as tarefas a ele inerentes. Para cumprir tal objetivo os materiais privilegiam a relação da mulher/mãe com as crianças, reforçando a ideia “natural” de que as mulheres são as únicas responsáveis pelo desenvolvimento de seus filhos. É preciso considerar também que em grande medida, enquanto as mulheres estiveram ocupando espaços na esfera produtiva, elas não foram desresponsabilizadas do trabalho na esfera doméstica, mas precisaram trabalhar em formas de duplas e triplas jornadas, já que o trabalho doméstico era considerado exclusivamente tarefa das mulheres.

Conforme analisa a psicóloga Thassia Souza Emidio (2011), esse material pedagógico, composto em grande medida por cartilhas, manuais, revistas e informações midiáticas, traçam um perfil de cuidado ideal. Tais prédicas fundam-se na ideia de que a mulher sempre deve agir a partir daquilo que é melhor para a criança e para o seu desenvolvimento como um futuro cidadão, ou seja, sua participação no processo é instrumental e garantidora da reprodução social.

As diversas teorias e manuais para as mães tentaram colocar regras e receitas sobre as melhores maneiras de criar seus filhos e de ser uma boa mãe permitindo um bom desenvolvimento emocional à criança, dando à mulher um imenso poder na relação com o filho,

mas criando um padrão social para a maternidade e privando a mulher de qualquer outro tipo de atividade que não fosse a ligada a aquela. Tratam-se de teorias e manuais que privilegiam o olhar e o interesse da criança. Mas e a mulher, e a mãe? (EMIDIO, 2011, p. 74).

A mulher/mãe, diante desta produção discursiva, ocupa o lugar daquela que precisa entender sua dádiva de cuidar do outro, de se sacrificar pelo outro. Nesse sentido, o que sobra para a mulher/mãe é reconhecer que há algo muito belo naquilo que ela faz, que é cuidar e permitir que outro se desenvolva perfeitamente, nem que isso custe o seu apagamento ou os seus planos para além da maternidade.

Conforme Emidio (2011), as mulheres no interior dessas construções discursivas podem se perceber diante de uma miríade de sentimentos: perdidas, poderosas, felizes ou insatisfeitas. Essa positividade instaurada sobre os cuidados é muito problemática, pois atribui às mulheres responsabilidades sufocantes sobre seu futuro ou de outrem.

Dentro da problemática das desigualdades vivenciadas pelas mulheres, a maternidade e os cuidados também se tornam objetos de pesquisa importantes para o campo de estudos de gênero. Isso porque tais estudos revelam a dicotomia existente em torno do trabalho de cuidados e reprodutivo. Por um lado, são valorizados socialmente por serem considerados a maior realização de uma mulher, ou seja, ser mãe e responsável pelo futuro da nação. Por outro, são desvalorizados por serem trabalhos feitos por mulheres, no campo do privado e descolado dos valores produtivos como o trabalho realizado no espaço público.

Diante disso, para a socióloga Anna Bárbara Araujo (2018), os cuidados realizados por mulheres precisam ser analisados também na intersecção com classe e raça, pois esse conceito estaria no centro das desigualdades. Desse modo, gênero, classe e raça, como categorias analíticas e com suas especificidades, estão imbricadas, uma vez que as desigualdades estão relacionadas e são sentidas de modos diferentes pelas mulheres a partir desses três fatores (ARAUJO, 2018). Isso significa compreender “como diferentes estruturas de opressão e dominação impactam a realização do cuidado” (ARAUJO, 2018, p. 59).

Outra problemática central envolvendo o trabalho de cuidados é que enquanto a maternidade é valorizada discursivamente, entrando no que Tronto (1997) colocou como o cuidar moralmente aceito, ela é desvalorizada no campo do trabalho, constituindo uma dicotomia da

positividade da maternidade e das mulheres, bem como da desvalorização daquilo que está atrelado a elas. Conforme coloca a socióloga Danièle Kergoat, esse trabalho de cuidados, por estar associado às mulheres, é desvalorizado e contribui para a solidificação das desigualdades:

O trabalho do cuidado pode ser considerado o paradigma dessa produção do viver. Contudo, deve-se destacar que, embora tal definição de trabalho confira dignidade tanto ao trabalho doméstico gratuito como ao trabalho doméstico remunerado e, mais amplamente, ao trabalho de cuidado, é indispensável observar que essa dignidade recuperada não oblitera o fato de que se trata – também – de trabalho não qualificado, mal pago, não reconhecido, e que as mulheres normalmente não têm a opção de escolher fazê-lo ou não (KERGOAT, 2016, p. 19).

Isso significa dizer que este tipo de trabalho, que é desenvolvido no privado e realizado exclusivamente por mulheres, por isso é considerado menos importante que o trabalho que é realizado de forma remunerada no espaço público por homens. Por conta desta construção, e por se entender que não necessita de qualificação para a sua total realização, o trabalho de cuidados acaba não recebendo remuneração e reconhecimento. Esta situação também se reproduz em outros espaços, pois, quando desenvolvido na esfera pública, acaba por ser mal remunerado, além de muitas vezes ser interpretado como uma extensão do privado, ou seja, um não trabalho.

Outra problemática levantada pela socióloga trata da impossibilidade de escolha por parte das mulheres de realizar ou não o trabalho de cuidados na esfera privada. Esta impossibilidade é fruto da naturalização do trabalho reprodutivo e de cuidados que compulsoriamente envolvem as mulheres desde a mais tenra idade e as impossibilitam de romper com esse ciclo desigual. Em outras palavras, neste contexto, as mulheres tornam-se as únicas responsáveis por todo o trabalho doméstico e reprodutivo realizado no interior do ambiente familiar, do qual os homens são considerados como uma espécie de sujeitos acessórios.

Conforme exemplifica a filósofa Helena Hirata e a socióloga Danièle Kergoat (2007), os cuidados e tudo o que está relacionado a eles, em uma sociedade com bases patriarcais, utiliza dos discursos

positivados sobre a maternidade e a amamentação associando-os à noção de amor e afeto. Essa rede discursiva camufla as características do trabalho, inerentes aos cuidados, por detrás das sensibilidades e dos afetos, justificando sua não remuneração e sua execução compulsória. Nas palavras das autoras:

[...] Torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597).

É, portanto, a partir dessas bases sexistas que ocorre a divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres são relegadas ao desvalorizado trabalho reprodutivo. Na análise de Márcia Alves da Silva (2012), o contexto em que homens e mulheres se constroem não é oriundo de um destino biológico, mas sim das relações sociais, o que significa afirmar que as relações entre os sexos são constituídas também por bases materiais, como o trabalho.

Tal situação se transfigura nas sociedades patriarcais, em divisão sexual do trabalho⁹ (SILVA, 2012). Ainda para Silva (2012), esses papéis diferenciados, no campo do trabalho, para homens e mulheres compreendem ideologias sexistas e mantém as mulheres afastadas do espaço público, mais privilegiado socialmente, mantendo-as constantemente em atividades relacionadas à maternidade, aos cuidados e no espaço privado, sendo, conforme Silva, explicado como uma divisão natural do trabalho.

A compreensão de que homens e mulheres pertencentes às mais diversas sociedades se dediquem a diferentes atividades tem sido

⁹ Para Danièle Kergoat, divisão sexual de trabalho representa uma relação de poder dos homens sobre as mulheres, onde “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo” (KERGOAT, 2016, p. 67). Nesse sentido, os homens em determinadas sociedades são colocados na esfera do trabalho produtivo, aquele que tem mais valor social, e as mulheres ficam destinadas ao trabalho reprodutivo, com menos prestígio. Segundo a autora, historicamente os homens ocupam os melhores cargos, aqueles que têm um peso social maior.

compreendido como inerente à diferenciação sexual. Essa compreensão tem sido relacionada com especificidades físicas, intelectuais, emocionais, de acordo com cada sexo. É, portanto, dessa maneira que as ideologias sexistas têm compreendido a relação sexo e trabalho (SILVA, 2012, p. 03).

Nessa configuração, o trabalho dos homens, produtivo, é entendido como aquele que é realizado no espaço público, recebendo remuneração pela execução de tarefas. Por se desenvolver dessa forma, este tipo de trabalho é dissociado do reprodutivo, não remunerado ou mal pago, naturalizando a divisão sexual do trabalho como base em atribuições de homens e de mulheres. Como parte desta ideologia sexista, que por sua vez está inserida no contexto capitalista, essa dissociação precisa ser entendida dentro dos mundos do trabalho e do capital, uma vez que reproduz as desigualdades de gênero e reforça a superioridade masculina. Este tipo de construção, naturalizada, das relações laborais, impede a reflexão acerca de como as mulheres são exploradas.

Conforme a análise da economista Ana Elizabeth Santos Alves (2013), foram os avanços do capital, em fins do século XIX e início do XX, que reconfiguraram as concepções de trabalho doméstico descaracterizando-o como um modelo de empreendimento familiar. Para a autora, neste processo de descaracterização o trabalho doméstico é alçado a uma condição de trabalho inferior, perdendo seu valor econômico, “tornando-o um tipo de trabalho mal pago que explora a mão de obra feminina na casa” (ALVES, 2013, p. 272). Ainda, para a autora (2013), esse modelo antagônico e hierarquizado, pautado em uma relação desigual de gênero entre homens e mulheres, é elemento central da exploração.

Uma das suas principais características está na destinação primeira, que é situar os homens no campo produtivo e as mulheres no campo reprodutivo, associando aos primeiros as funções com forte valor social, como na esfera política, religiosa e militar (ALVES, 2013, p. 274).

Nesse modelo tradicional de família o trabalho realizado no espaço doméstico, pelas mulheres, é considerado como uma forma de conciliação entre os casais, no qual o homem assume o papel do

provedor, ou seja, aquele que traz o sustento econômico familiar, enquanto a mulher seria a responsável por manter a ordem e o zelo do lar, além da educação dos/as filhos/as. Diante desse panorama, suas atividades são entendidas fora do campo econômico.

Contudo, essa ideia de benefício mútuo entre os casais, além de ser equivocada, não considera que, em grande medida, as mulheres fazem todo um trabalho reprodutivo, que não é valorizado, tampouco remunerado. Diante do “‘modelo de conciliação’, cabe quase exclusivamente às mulheres [...] equacionar vida familiar e profissional” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 604).

Ultimando a complexidade acerca do pensamento sobre trabalho reprodutivo, é ainda primordial refletir sobre como a economia e os movimentos feministas vêm se firmando teoricamente na academia com o objetivo de denunciar as realidades socioeconômicas sexistas do trabalho e do capital. De acordo com a economista Cristina Carrasco Bengoa, essa economia feminista rompe com conceitos construídos pela economia oficial e tradicional, em outras palavras, aquela economia formada por homens, brancos, ocidentais.

Foram estes sujeitos que historicamente ditaram as definições acerca daquilo que seria produtivo e improdutivo, excluindo as mulheres do que seria considerado como potencialmente econômico e relevante para o capital, além de invisibilizá-las nesse processo (BENGOA, 2018). Para a autora, a economia feminista ainda repensa os conceitos, atribuindo luz a outras interpretações e refletindo sobre trabalho doméstico e suas implicações.

O interesse deste panorama é fundamentalmente político: dar visibilidade aos trabalhos realizados pelas mulheres junto aos processos de despossessão ao qual foram submetidos, resgatar sua relevância humana e social, e romper com uma história de marginalização e esquecimento (BENGOA, 2018, p. 33).

É interessante ressaltar, ainda, que teóricos que foram, e ainda são, fundamentais na academia não calculavam ou tampouco davam importância econômica a todo o trabalho doméstico feito por mulheres. De acordo com Cristina Carrasco Bengoa (2018), Karl Marx e Adam Smith, ícones teóricos que pensaram a economia capitalista, mesmo com interpretações conflitantes, desconsideraram o valor do trabalho feito por mulheres. Para a autora, Marx “nunca considerou o trabalho

realizado nos lares, basicamente pelas mulheres e absolutamente necessário para reproduzir a força de trabalho” (BENGOA, 2018, p. 36).

Dessa maneira, esse trabalho – que está fora do espaço mercantil – ficará invisível não somente aos olhos da sociedade, não somente no imaginário social, mas desaparecerá no processo de acumulação (BENGOA, 2018, p. 36).

Em Smith, conforme Bengoa (2018), o pensamento não foi diferente, e o economista não atribuiu valor econômico ao trabalho realizado pelas mulheres no lar, apenas atribuindo importância para a reprodução e sobrevivência familiar.

Agora, só pode ser considerada uma enorme cegueira patriarcal o fato de que esses economistas – ilustrados, sensatos e estudiosos da realidade social e dos processos de reprodução e de acumulação – não consideraram em suas análises o trabalho doméstico e de cuidados, necessário para a subsistência dos trabalhadores e suas famílias (BENGOA, 2018, p. 37).

Por fim, o trabalho reprodutivo é uma das formas legitimadas e, em grande medida, naturalizadas das desigualdades de gênero que responsabiliza as mulheres tanto no espaço público quanto no privado, formando uma divisão bastante distinta entre responsabilidades femininas e masculinas, operando fortemente na demarcação das normas de gênero. Nessa perspectiva, as práticas de assistência, pública e privada, relacionadas à maternidade, aos cuidados e ao trabalho reprodutivo são significativas para pensar as hierarquias e desigualdades de gênero nas políticas públicas e sociais de assistência às mulheres.

Importante mecanismo de ajuda, auxílio e bem-estar aos considerados mais pobres, a assistência social ganhou sentidos em diferentes contextos, sendo promovida por meio de políticas públicas de Estado, ou pela forma de financiamento de setores privados. Esse último muito associado às práticas de filantropia, caridade e assessoria. As políticas assistenciais em seu processo constitutivo podem ser estruturadas de forma coletiva, juntamente aos grupos que são mais interessados, ou então de forma hierarquizada, impostas de modo vertical, sendo a última a forma que em grande medida ocorre quando

tratamos de assistência pensada para as mulheres, crianças ou mesmo para a família.

Além disso, e como parte da análise desta pesquisa, as formas de assistência pensadas na sociedade do trabalho, para as mulheres, historicamente foram fundamentadas por elementos sexistas e patriarcais. Tais elementos se fundamentam em normas de gênero, que em grande medida disciplinam as mulheres para a missão de serem mães e responsáveis pelo lar, família e educação dos filhos. Articuladas às normatividades de gênero, essas políticas foram construídas a partir de noções estereotipadas e limitadas dos cuidados, da maternidade e do trabalho reprodutivo feito pelas mulheres. Reproduzindo, assim, as desigualdades de gênero nas noções de assistência promovidas de forma pública ou privada, por homens ou mesmo por grupos de mulheres elitizadas.

Quando arquitetadas de forma pública, pelo Estado, as políticas assistenciais podem ser enquadradas naquilo que Joan Scott (1995) chamou de institucionalização de normas e discursos de gênero que legitimam a subalternidade das mulheres. Assim, as políticas públicas que em determinados contextos visaram, e visam, promover assistência as mulheres, historicamente ocorrem de forma hierarquizada, pois não contam com a participação das mulheres, parte fundamental e interessada, mas em grande medida são elaboradas por homens elitizados que a partir de suas experiências impõem padrões e normas aos demais.

Historicamente, como forma de tutelar as mulheres as políticas assistenciais objetivaram regular as suas condutas, fortalecendo e alinhando normas de gênero que supostamente seriam mais apropriadas ao feminino. Educando as mulheres e as mães, fazendo-as compreender seu papel fundamental para com a sociedade, as políticas assistenciais legitimaram a mulher como única responsável moral pela família e pelo futuro das classes trabalhadoras em favor do capital (ALVES, 2014). Ainda para o autor, apesar de muitas vezes apresentarem um caráter humanitário e de assistência, essas políticas, sejam elas públicas ou privadas, podem reforçam mecanismos para educar as mães e as crianças conforme as normas de gênero exigidas para os sexos:

[...] estava associada a uma tentativa de regulação dos grupos familiares, definindo a partir das políticas assistenciais as identidades de gênero de seus membros: o homem provedor, o maior beneficiário da assistência; a mulher esposa e mãe

que recebia assistência indireta; e as crianças, indiscutivelmente assistidas por seu vir a ser (ALVES, 2014, p. 190).

Esse modelo de assistência, embora tenha fins de auxílio e ajuda às mulheres, não objetiva transformar as condições sociais e econômicas, tampouco sensibilizar as mulheres para suas causas e seus direitos, mas sim manter o sistema econômico e patriarcal, garantindo futuras crianças consideradas saudáveis para o trabalho e, acima de tudo, mantendo a hierarquia de gênero e a formação da família nuclear.

Diante do debate apresentado, podemos identificar que a assistência social no Brasil, fortalecida a partir de meados do século XX, por conta dos processos de industrialização, buscou controlar e subordinar as mulheres dentro de normas e padrões socialmente aceitáveis. No entendimento dessas concepções, no âmbito social, as políticas assistenciais, quando voltadas às mulheres de modo determinista, sem diálogo e construção coletiva, passam então a regular a vida e o corpo da mulher, reforçando o ideal de domesticidade feminina e promovendo os valores desiguais de gênero.

Por fim, passaremos a analisar então como ocorreram as políticas sociais, com caráter assistencialista, destinadas às mulheres e à maternidade no Sul de Santa Catarina que contribuíram para a hegemonia de gênero e a constante permanência das mulheres no lar, envolvendo o Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma (CEDIP), compreendendo inicialmente o contexto em que essas políticas sociais e, em grande medida, pedagógicas estavam inseridas. Assim como analisaremos em que medida essas políticas articulavam e definiam o gênero de modo hierárquico em suas representações sociais, também naturalizando o modelo de maternidade, os cuidados e o trabalho reprodutivo nas relações familiares.

3 ASPECTOS MÉDICO-SANITÁRIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: MULHERES, MATERNIDADES E INFÂNCIAS

Neste capítulo apresentamos uma contextualização do recorte temporal e espacial desta pesquisa, dialogando com as fontes, mídia impressa, relatórios, reportagens que contribuíram para a análise. No primeiro tópico, analisamos como se deu o processo de mineração na região carbonífera, que foi onde se constituiu o CEDIP, objeto deste estudo. Também buscamos compreender as especificidades históricas, econômicas e sociais que permearam a região. Analisamos também os planos governamentais que deram ênfase à produção do mineral.

No segundo tópico analisamos as problemáticas em torno das dificuldades ocasionadas por esse modelo de desenvolvimento socioeconômico. Essas dificuldades representavam os problemas médicos e sanitários que se agravaram muito nesse período. Desse modo, Foucault nos ajudou a pensar como a população passou a ser alvo de interferências, controle e disciplina, normatizando seus comportamentos.

Também verificamos, por meio de relatórios médicos, as condições da população, as vilas operárias e, em suma, como isso recaía sobre as mulheres, que são as mais atingidas, de forma hierarquizada e pautada no gênero, pelas inúmeras formas de interferências em seus comportamentos e em suas decisões.

No terceiro tópico analisamos o Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular, verificando como ele se constituiu na região carbonífera, seu contexto histórico e social em um período de fins de ditadura civil-militar. Desse modo, buscamos compreender seus discursos, suas pautas e como se movimentava, principalmente, no campo da assistência aos trabalhadores e suas famílias. Fizemos essa análise através do acervo documental do próprio CEDIP, como atas, reportagens, cartilhas e imagens selecionadas.

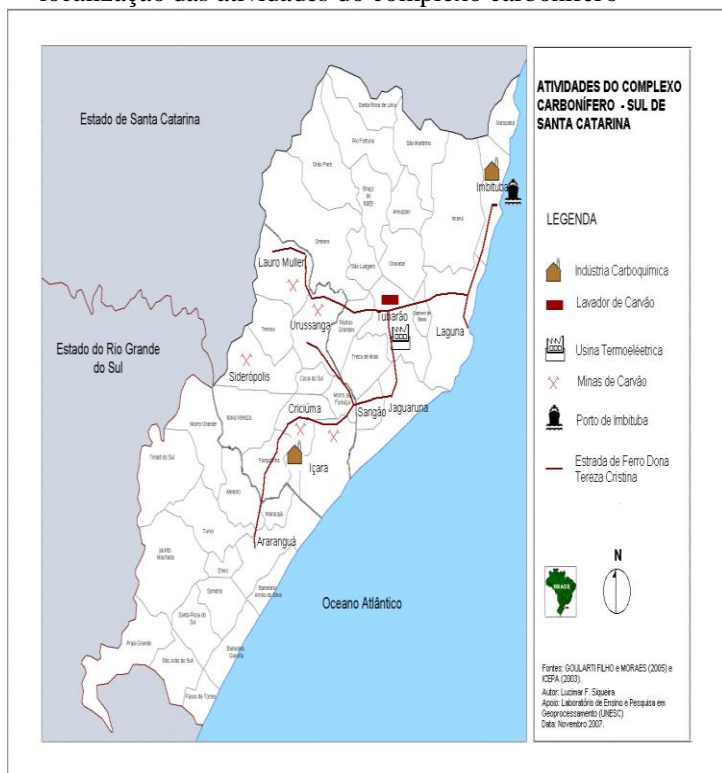
3.1 A MINERAÇÃO NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE

A concepção do que seria a região carbonífera está para além do entendimento das cidades da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), incorporada por aproximadamente 14 municípios. Segundo o historiador Dorval do Nascimento (2004), há também a presença de carvão mineral em outros municípios do sul do

estado, sendo então que “o critério para o estabelecimento desta noção mais alargada de região carbonífera não é o administrativo, mas presença do carvão e de suas atividades na paisagem dessas localidades [...]” (NASCIMENTO, 2004, p. 49).

Compreender essas especificidades e o processo de formação da Região Carbonífera é relevante, pois é o contexto histórico, social e geográfico em que se construiu o Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma, que é parte do objeto de estudo desta pesquisa. O Centro se constituiu nesse panorama, diretamente envolvido nos processos de mineração e, dentre suas diversas atividades, o atendimento aos trabalhadores mineiros era seu foco principal. Na imagem a seguir podemos observar a extensão e a abrangência da Região Carbonífera.

Figura 1 - Mapa do Sul do Estado de Santa Catarina indicando localização das atividades do complexo carbonífero



Fonte: RABELO, 2007, p. 38.

Criciúma, integrante desta região, está localizada no Sul do estado de Santa Catarina, compreendendo uma das cidades que se envolveu com as atividades carboníferas. Historicamente, desde o século XIX, esteve implicada em processos históricos de migrações, atraindo pessoas de diferentes lugares da Europa, que em grande medida vinham para esta localidade em busca de melhores condições de trabalho e de vida, principalmente no setor agrícola.

Foi na primeira década do século XX que a Região Carbonífera passou a ser palco do desenvolvimento das primeiras minas e indústrias de beneficiamento do carvão mineral. Surgiu um novo modelo de desenvolvimento regional que abandonava a agricultura, dependente sazonalidade, e fincava pé no trabalho formal, com possibilidades de rendimentos, salários, emprego fixo e lucros, que conjuntamente vinha acompanhado de danos sociais e ambientais.

Frente à possibilidade de exploração do carvão mineral e as suas promessas de enriquecimento e de desenvolvimento socioeconômico, a cidade se viu envolta na crescente atração de empresas mineradoras, trabalhadores e suas famílias que se estabeleceram em seus limites. Muitos empresários, “[...] principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo, [...] vislumbraram na região a possibilidade de explorar a principal fonte energética da Revolução Industrial da época” (CAROLA, 2004, p. 122). O carvão passou então a ser alvo de disputa de grupos empresariais nacionais que buscavam diversificar suas atividades industriais.

Tais atividades envolveram empresas voltadas à exploração, ao beneficiamento e ao transporte do mineral que era utilizado nos transportes (ferrovias e navegação), na produção de aço, geração de energia e produção de insumos para fertilizantes (RABELO, 2007, p. 37).

Conforme a análise do historiador Carlos Renato Carola (2004), toda a paisagem da região foi se modificando para receber uma nova estrutura industrial ligada à exploração do carvão mineral. O mineral, fonte de lucros e de renda, marcou de forma contundente a arquitetura da região, surgiram novos bairros, ruas, estação de trem, minas, comércio, escolas, hospital, entre outros, todos carregando em si a reconhecível marca de sua fuligem negra:

Na primeira metade do século XX, edificou-se uma estrutura urbano-industrial no interior do tradicional espaço rural e natural da região Sul de Santa Catarina. O conhecimento da existência do “ouro negro”, numa época em que o mundo industrial ainda era movido a carvão, motivou a construção de uma estrutura industrial que mudou drasticamente a paisagem geográfica e social da região. Assim, ao longo de algumas décadas forjou-se uma paisagem peculiar que identifica a região carbonífera de Santa Catarina, cujos elementos mais marcantes eram as minas, a arquitetura de mineração, a ferrovia, as vilas operárias, os centros recreativos dos trabalhadores – incluindo estádios de futebol e clubes de dança – a poluição provocada pelos depósitos piritosos e o peculiar odor dos gases sulfurosos proveniente da combustão da pirita (CAROLA, 2004, p. 124).

Como também apontou Terezinha Gascho Volpato (1982), Criciúma carrega significados específicos muito marcantes em relação a sua história com a exploração do carvão, principalmente pelo número alto de empresas carboníferas que se instalaram na região, se comparado com outras cidades da região. Para se ter uma ideia, na década de 1980, período de declínio das atividades carboníferas, os números relacionados à extração e beneficiamento do carvão ainda eram expressivos, e podem fornecer uma ideia dos tempos de pujança.

Das 11 companhias de mineração da região, seis estão em Criciúma; entre 25 minas, 11 operam ali. O total de operários nas minas é de 7.734; só Criciúma emprega 4.865, ou seja, mais de 60%. A produção de Criciúma significa praticamente dois terços da produção total de carvão da área explorada (VOLPATO, 1982, p. 49).

O histórico da produção e beneficiamento do carvão catarinense combinou ao longo do tempo momentos de grande produção atrelados a períodos de crises econômicas. No entanto, foi durante o período do Governo Vargas que paulatinamente o carvão de Santa Catarina, mais especificamente aquele produzido em Criciúma, ganhou um impulso mais duradouro.

A partir dos planos governamentais de incentivo à produção do carvão nacional em meados da década de 30, “a indústria nacional gozou de um período de grandes incentivos fiscais e financiamentos patrocinados pelo Estado” (ALVES, 2009, p. 19). Foi a partir desse período que a cidade passou a chamar a atenção de investidores e trabalhadores que viam nas atividades carvoeiras a oportunidade de enriquecimento e emprego estável. Conforme Alves (2009, p. 19):

Foi somente nos primeiros anos da década de 1930 que o município de Criciúma, mesmo que timidamente, passou a atrair novamente a atenção de alguns investidores dispostos a empreender uma parte de seu dinheiro na “(re)-construção” e no “(re)-aparelhamento” das atividades mineradoras nas imediações da cidade. O carvão mineral extraído de seu subsolo, neste momento, teria como destino certo as grandes empresas de transportes marítimos e ferroviários do país e, seu excedente seria vendido para a incipiente indústria de base brasileira beneficiada pelos novos rumos da economia brasileira no pós 1929.

Assim, tais políticas governamentais tinham o claro objetivo de fomentar a iniciativa privada, garantindo incentivos econômicos para que o empresariado nacional investisse na região. Como afirma Carola (1997), é possível perceber a dimensão do crescimento da produção do carvão para a economia brasileira na década de 30, por meio de decretos federais de incentivos que potencializaram a exploração do carvão nacional, aumentando a sua relevância econômica e contribuindo para a exploração do mineral na indústria carbonífera no Sul. Diante desse cenário de incentivos, o Governo Federal, por meio do Decreto 20.089, de 9 de junho de 1931, estabeleceu a obrigatoriedade do consumo de 10% de carvão nacional pela indústria do país:

Art. 6º Durante o período de cinco anos gozará da isenção de direitos de importação, expediente e demais taxas aduaneiras, todo o material destinado a combustão, destilação e gaseificação eficientes dos combustíveis nacionais, a juízo da Estação Experimental de Combustíveis e Minérios do Ministério da Agricultura (sic) (BRASIL, 1931).

O decreto regulou as condições para o funcionamento e aproveitamento do carvão nacional, favorecendo economicamente os produtores ao garantir partedo consumo. Como é possível analisar no artigo 6º, é concedido às empresas produtoras do mineral isenção de taxas de pagamentos por um período de cinco anos.

Art. 7º Durante o prazo de dez anos, a contar de 15 de julho vindouro, os Estados e os Municípios, inclusive o Distrito Federal, não poderão lançar quaisquer impostos e taxas que atinjam as empresas de mineração do carvão nacional ou os seus produtos. Gozarão também essas empresas, no prazo aludido, de isenção do imposto de indústria e profissões no Distrito Federal e, bem assim, da taxa de viação federal sobre o transporte da respectiva produção (sic) (BRASIL, 1931).

No artigo 7º do mesmo decreto ficou determinado que as empresas produtoras de carvão não pagariam novos impostos e taxas, o que favorecia muito os empresários do carvão. Nesse sentido, por meio de dispositivos legais, boa parte desses incentivos governamentais criou um ambiente propício e sem grandes impedimentos financeiros ou burocráticos para a ocupação territorial por parte das mineradoras. A partir disso, a exploração e produção do carvão mineral tomou conta da região Sul de Santa Catarina no século XX, atraindo muitas empresas, trabalhadores e suas famílias, solidificando assim as estruturas da industrialização no município de Criciúma.

Posteriormente, já no período da Segunda Grande Guerra, o carvão catarinense ocupou novo espaço entre seus consumidores, pois devido a sua escassez no cenário internacional, acompanhado da alta demanda pelo produto no mercado, propiciou o acelerado processo de exploração do subsolo com a abertura de novas minas. Conforme também aponta Carola (1997, p. 26), foi nesse período que as empresas carboníferas se multiplicaram na região sul catarinense, sendo que Criciúma “transformou-se num verdadeiro ‘queijo suíço’, pois em todo lugar se abriu uma boca de mina”, aumentando consideravelmente a produção, ao passo que gerava uma série de problemas socioeconômicos, como o crescimento desorganizado da população.

No contexto da Segunda Guerra Mundial havia, entre pequenas, médias e grandes empresas,

aproximadamente 30 Companhias de mineração na região carbonífera. Muitas tinham mais de uma mina em funcionamento. A proliferação das minas, juntamente com a grande oferta de empregos nesse período, foi fator preponderante na intensificação da corrente migratória e no consequente crescimento populacional da cidade (CAROLA, 1997, p. 24).

Apesar de seu exponencial crescimento no campo da produção ocasionado pelos efeitos da Segunda Grande Guerra, o carvão catarinense não era a melhor opção, pois sua composição estava aquém das necessidades da indústria e seu processo de beneficiamento exigia um alto grau de investimento e trabalho aplicado para que o mineral adquirisse os padrões mínimos exigidos para o consumo. De acordo com Carola e Felipe (2015), a composição do carvão catarinense, e logo também criciumense, possuía uma alta concentração de sedimentos que sem empregabilidade na indústria era descartado.

Setenta por cento (70%) do que era extraído do subsolo era constituído por sedimentos, rochas e minerais sem valor econômico. Todo esse material era caracterizado e descartado como rejeito piritoso, pois o rejeito mais impactante em termos ambientais era a pirita, mineral constituído por dissulfeto de ferro (enxofre e ferro) que, em contato com o ar e a água, se dissolve na forma de ácido sulfúrico, ferro e outros metais pesados (CAROLA; FELIPE, 2015, p. 101).

Após a Segunda Guerra, em meados da década de 50 e 60, passado o período de euforia ocasionado pela escassez do mineral, o setor experimenta um período de crise ocasionado pelas exigências na modernização da produção. Nesse período um conjunto de estratégias foi criado pelos dirigentes da indústria carbonífera para tentar salvar a produção e o comércio do setor. Desse modo, organizados, exigiam do governo federal recursos financeiros e investimentos para estrutura, modernização das minas e maquinário, visando aumentar a produtividade. A mecanização, elemento central das reivindicações, era uma forma de diminuir os custos da produção, além de viabilizar a competição com o carvão importado (CAROLA, 2004).

No final da década de 1960 e início da década de 1970, Carvão de Pedra publica uma série de reportagens sobre o processo de modernização da indústria carbonífera brasileira. Em todas as matérias apresenta um conjunto de imagens que mostram equipamentos modernos de produção, como perfuratriz, escavadeiras, locomotivas elétricas no subsolo das minas, novos métodos de lavra, etc. (CAROLA, 2004, p. 163).

Durante esse período de reestruturação, a atuação dos sindicatos também foi bastante marcante na defesa dos mineiros, que por meio de seu órgão de classe requeria melhores condições de trabalho, salários, assistência médica e jurídica. Foi também a partir da década de 1970 que a produção do minério de carvão iniciou um gradual processo de baixa, sua representatividade como grande consumidora de mão de obra cedeu espaço a outros setores, como o cerâmico e o têxtil. Assim, apesar da produção do carvão ocupar importante espaço na economia local até o final do século XX, seu melhor momento ficou restrito até o início dos anos de 1980, ocasionando importantes transformações socioeconômicas na economia e na vida dos habitantes da cidade de Criciúma.

Diante desse processo, para além do crescimento econômico, muitos outros elementos marcaram a região durante os quase 50 anos de predominância da atividade carvoeira. Podemos destacar entre eles a forte degradação ambiental ocasionada pela exploração do carvão pelas mineradoras, que em grande medida ocorreu sem qualquer responsabilidade ambiental, transformando a cidade de Criciúma em um exemplo negativo da predação capitalista.

Nas questões ambientais, “além disso, é importante considerar o fato de o carvão ser poluente tanto na extração e beneficiamento como no transporte e na sua queima” (NASCIMENTO; BURSZTYN, 2010, p. 70). Assim, o ciclo da exploração do carvão se solidificou de forma expressivamente desordenada e com pouca ou nenhuma preocupação a respeito dos efeitos negativos da atividade mineradora sobre os mineiros, suas famílias e o ambiente.

Para Volpato (1982), a poluição da região é bastante característica, o que comprometeu também a qualidade de vida de todos os habitantes, principalmente da população pobre e trabalhadora. Tais agressões ambientais desferidas sobre a cidade vulnerabilizaram social e economicamente a população local, impactando desfavoravelmente

sobre as diferentes formas de vida e colocando em xeque o título tão comemorado de capital brasileira do carvão.

Todo o ambiente na região cricumense denuncia a existência da indústria carbonífera. Não é gratuito o título de Capital do Carvão que Criciúma ostenta. A cidade denuncia a exploração do material energético pela poeira negra que se adere aos prédios, casas e ambiente, mesmo no centro da cidade; denuncia pelo odor proveniente da queima de pirita, resíduo depositado nas imediações dos lavadouros de carvão-bruto; denuncia pela destruição ecológica da vegetação nos arredores das minas em atividade, ou já abandonadas; denuncia pela poluição dos rios e lagos, estabelecendo-se um processo assassino da vida aquática (VOLPATO, 1982, p. 276).

O rejeito piritoso que resultava em 70% da extração era descartado de forma imprudente e irresponsável no solo e na água, sem nenhuma legislação ambiental específica e eficiente para esse descarte. Desse modo, foram se construindo ao longo da história de Criciúma os graves e irreversíveis danos ambientais e sociais. Estes elementos impactaram de forma potente sobre todas as formas de vida, causando alterações negativas nos recursos hídricos, no solo, na flora, na fauna, na atmosfera e na saúde da população, principalmente as doenças respiratórias e sanitárias que atingiam, em grande medida, a população pobre e trabalhadora.

Esta, constituída em geral por mineiros e suas famílias, encontrava-se desassistida pelo Estado e em grande medida era vítima das más condições de vida e da falta de atenção por parte dos governantes. Eles priorizavam aquilo que Carola (2004) chamou de ideologia do progresso, ou seja, privilegiavam os lucros econômicos em detrimento da classe trabalhadora, de seus direitos, colocando em segundo plano políticas sociais destinadas a melhorar a vida dos operários.

A ideologia do progresso e da modernidade, as minas de carvão e a arquitetura da mineração, a ferrovia, o processo migratório, a concentração urbana, a formação da classe operária mineira, os sindicatos, as greves, as vilas operárias, os

monumentos da memória oficial, os estádios de futebol e os times das companhias carboníferas, a poluição provocada pelos depósitos peritosos e o peculiar odor dos gases sulfurados proveniente do processo de combustão da pirita, entre outros aspectos, formavam as características predominantes da região carbonífera de Santa Catarina (CAROLA, 2004, p. 11).

Além disso, com o advento da industrialização das carboníferas, outros problemas se fizeram presentes, como o inchaço populacional gerado pela economia do carvão que atraiu muitas pessoas em busca de melhores oportunidades de trabalho, salários fixos e moradias, juntamente com suas famílias. Assim “em 1940, a população do município era 27.753 habitantes, chegando a 50.854 habitantes em 1950” (MIRANDA; SELAU, 2003, p. 21). Nesse sentido, a população quase duplicou em uma década, para uma cidade não preparada, trazendo diversos tipos de problemas à condição de vida das populações trabalhadoras.

A instalação das empresas mineradoras aumentou de forma considerável a vinda de migrantes para a região, que envolvidos em um discurso de progresso deixaram as cidades vizinhas atraídos por uma nova forma de vida. A ideologia do progresso e desenvolvimentista se construiu na relação com a extração de carvão, possibilitando um entendimento no imaginário social e coletivo, que “valorizava a atividade carbonífera como aquela que estaria trazendo, e poderia trazer ainda mais, o progresso para a região” (NASCIMENTO, 2004, p. 56).

Nesse sentido, os problemas decorrentes dessa economia eram vistos como consequências necessárias e inevitáveis por aqueles favoráveis a esse discurso e que consideraram válidos os danos ambientais, sociais e as condições precárias da população. A consolidação desse discurso que vinculava a produção de carvão e progresso seguiu uma lógica economicista, ocidental e capitalista, insustentável do ponto de vista social e ambiental.

Em suma, desde meados do século XX os custos desse suposto desenvolvimento socioeconômico na região carbonífera foram sentidos negativamente, em grande proporção, pelas classes pobres e trabalhadoras, os quais vieram em busca de melhores condições de vida. O advento da mineração em Criciúma trouxe consigo diversos problemas sociais que estiveram presentes na cidade desde meados dos

anos 1930 até 1990, quando a nova constituição e a garantia de direitos de cidadania mudou o status do trabalhador brasileiro.

No próximo item discutiremos os impactos médico-sociais, sobretudo aqueles que incidiram diretamente sobre a maternidade e a infância, e que durante muito tempo se manifestaram na cidade mobilizando diferentes setores da sociedade, tais como sindicatos, empresas, médicos, organizações civis e religiosas, em torno de uma solução. Estes problemas foram diretamente relacionados às mulheres que, devido a uma ideologia dominante, eram vistas como as principais responsáveis pelo bem-estar da família e seus membros. A maternidade, e por correlação a mulher, foi um instrumento indispensável na regulação da vida das camadas populares urbanas, tornando-se alvo preferencial do discurso assistencial promovido por instituições públicas e privadas.

3.2 AS DIFICULDADES MÉDICO-SANITÁRIAS: A PROBLEMÁTICA DA MÃE E DA CRIANÇA

Diante das mudanças socioeconômicas desencadeadas pela mineração, novas maneiras de vida foram impostas aos habitantes da região carbonífera e em específico em Criciúma, onde os impactos ambientais e sociais foram sentidos como problemas populacionais que precisam ser geridos pelas autoridades. Nesse sentido, durante muito tempo o problema da infância ganhou destaque entre as instituições filantrópicas ou mesmo entre as organizações não governamentais na região carbonífera. A preocupação com a infância persistiu durante boa parte do século XX como um problema que estava relacionado às responsabilidades das mães, necessitando, por isso, a intervenção nas práticas da maternidade, como os cuidados.

De acordo com Michel Foucault (2018), a população a partir do século XVIII passa ser vista como fonte de riqueza da nação e, por isso, sua gerência nos mínimos detalhes tornou-se um imperativo. Desse modo, a família se configurou em objeto fundamental de intervenção das políticas de governamentalidade que, através de campanhas relacionadas à mortalidade, ao casamento, à saúde e à vida, buscava tornar essa população mais bem governada e mais produtiva, aumentando assim as riquezas produzidas pela estado-nação (FOUCAULT, 2018).

Conjuntamente a esse processo gerencial, as mães foram consideradas as principais responsáveis pela infância, garantindo a

transformação da criança em futuro trabalhador. Essa maneira de entender a maternidade justificou o esquadramento de suas condutas por órgãos de saúde estatais ou na forma de pedagogias maternas executadas por instituições públicas e privadas.

A ideia final de uma população economicamente produtiva exigiu do governo que a gere, que ela fosse controlada e disciplinada, pois “gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe” (FOUCAULT, 2018, p. 428). Nesse caso, gerir as mulheres significava criar mecanismos para preparar um futuro trabalhador saudável e produtivo. Assim, Foucault (2018) analisa que as políticas de governo a partir do século XVIII e que permanecem na contemporaneidade são aquelas que buscam intervir nas famílias e no privado, adentrando no cotidiano das pessoas, para influenciá-las a seguir em um modelo que tem por objetivo central produzir riquezas para a nação. Para o autor:

[...] é a partir da metade do século XVIII que a família aparece nessa dimensão instrumental em relação à população, como demonstram as campanhas contra a mortalidade, as campanhas relativas ao casamento, as campanhas de vacinação etc. (FOUCAULT, 2018, p. 425).

Foi a partir destes mecanismos que, em Criciúma, em boa parte do século XX o Estado em conjunto com outras instituições adentrou no cotidiano das famílias, colocando as mulheres sob controle, pois culturalmente se entendia que elas precisam ser educadas e instruídas para manter a família nuclear em um estrito sentimento de disciplina.

De modo geral, em Criciúma essas medidas envolveram a população pobre e trabalhadora envolvida pela economia e a cultura do carvão. Em grande proporção, essas novas dinâmicas sociais e econômicas, como a precarização do trabalho, os inúmeros problemas de ordem sanitária e de saúde, as doenças, assim como as péssimas condições de vida, naturalizaram e romantizaram a ideia de progresso, impondo condições de vida precárias diante da completa ausência de políticas públicas que buscassem minorar os efeitos negativos da exploração do mineral.

Em meados da década de 40, a situação em Criciúma era bastante instável, pois não apresentava estrutura mínima e serviços básicos que garantissem a saúde da população local e dos novos moradores que chegavam cotidianamente em busca de trabalho. Assim, devido ao

inchaço populacional e a falta de planejamento urbano, o alastramento de doenças contagiosas tornou-se um evento de grande preocupação das autoridades públicas e de saúde, que passaram a exercer mecanismos de vigilância sobre a maternidade e os cuidados com as crianças. Conforme Antônio Luiz Miranda e Maurício da Silva Selau:

A cidade, na época, carecia de distribuição de água potável e energia elétrica e os esgotos não existiam. Isso contribuía para o aumento de muitas doenças, principalmente na população mais pobre, que ocupava locais onde o acesso à infra-estrutura demoraria ainda mais a chegar (MIRANDA; SELAU, 2003, p. 24).

A região, de forma geral, não contava com elementos essenciais de salubridade que garantissem o bem-estar da população. Dessa forma, sem os serviços de energia elétrica, habitações salubres, água tratada e esgoto, o ambiente local se tornou um espaço propício para a disseminação de doenças infectocontagiosas que acometiam a saúde da população adulta e infantil.

Nesse contexto de problemas médico-sanitários, o médico sanitariano Francisco de Paula Boa Nova Junior passou a atuar em Criciúma, entre as décadas de 1940 e 1950, com a finalidade de auxiliar e analisar a situação da população mais empobrecida, principalmente aquela ligada às atividades carboníferas. A partir de sua chegada, o médico Boa Nova Junior arquitetou soluções para os problemas de saúde pública e “iniciou sua atividade na cidade atendendo primeiramente os funcionários do departamento para em seguida estendê-la ao restante da população” (ALVES, 2009, p. 32). Além disso, também buscou relacionar o problema da infância e da mortalidade infantil exclusivamente às condutas das mães, como mostra parte do seu relatório:

[...] em virtude, principalmente do descaso de seus próprios pais, da **ignorância de suas mães**, que sob a infundada alegação de que <<seu leite era fraco>>, desmamavam-nas logo às primeiras semanas de vida, substituindo o preciosíssimo leite materno pelo pirão de farinha de mandioca, feito simplesmente com água. [...] Indagamos de muitas mães porque, então, ao suprimirem o aleitamento materno não ministravam o leite de

vaca, de mistura com água, ou o leite de cabra ou o leite em pó [...] (Boa Nova Junior, 1953, p. 22, 23, grifo nosso)

O médico, como se percebe, fez uma crítica às práticas maternas de cuidados, chamando a atenção para a atitude das mães que não optavam pelo desempenho da amamentação. Para Badinter (2011), esses discursos que culpabilizam as mães que não amamentam faziam parte de uma ideologia maternalista que buscava enquadrá-las em um discurso dicotômico entre o bem e o mal, propagando um discurso que considerava “aquelas que tem má vontade em se submeter [como] inconscientes e mães más” (BADINTER, 2011, p. 98).

O médico Boa Nova Junior, além de analisar as condutas das mães com as crianças, também acompanhou a situação em que se encontrava a cidade no contexto da produção carbonífera, analisando a vida nas vilas operárias, sobretudo as condições de saúde dos trabalhadores e suas famílias. Em seu relatório ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), descreveu assim os problemas médico-sanitários que havia identificado na região:

A disseminação tão ampla das verminoses nesta cidade tem como causas principais a falta de rede de esgotos ou de fossas sanitárias construídas de acordo com os preceitos higiênicos, a falta de um exame rigoroso das carnes dos animais abatidos para consumo da população, a criação de animais nas próprias residências (porcos, por exemplo), e, finalmente, o desprezo principalmente por parte dos mineiros, ao uso de calçado, quando em trabalho no sub-solo. (sic). (Boa Nova Junior, 1953, p. 20).

Para o médico Boa Nova Junior, o quadro preocupante de saúde e de difícil solução em que Criciúma se encontrava, em grande medida, estava no quadro social da cidade e devido às péssimas condições de higiene e da estrutura sanitária mínima. Esses fatores ajudavam a proliferar doenças entre os trabalhadores mineiros e aumentava ainda mais as taxas de mortalidade infantil, essa última já considerada um grave problema de saúde pública existente em Criciúma:

Ao tempo de nossa chegada à Criciúma, em fins de 1944, contristador era o aspecto que a cidade

oferecia no tocante às suas condições higiênicas e sanitárias, à mortalidade infantil e ao conforto oferecido aos seus habitantes. Sem rede de abastecimento d'água, sem esgotos, sem serviços de coleta de lixo, sem calçamento, e com uma iluminação elétrica precaríssima, fornecida por uma pequena usina pertencente a particulares, agravadas estas deficiências por secas prolongadas e pela dificuldade de aquisição de gêneros de primeira necessidade devido ao despovoamento das zonas agrícolas já referido linhas atrás e às dificuldades de transporte consequente à grande guerra mundial, - difíceis eram as condições de vida de toda a população. (sic) (Boa Nova Junior, 1953, p. 13).

Para Boa Nova Junior (1953), a situação das crianças na região era tão preocupante que mereceu uma discussão à parte em seu relatório. Nele o médico chamava a atenção das autoridades para o elevado número de mortes entre os infantes locais, principalmente na cidade de Criciúma, epicentro do processo de extração do carvão e também da mortalidade infantil. Logo após sua chegada à cidade, o médico faz o seguinte relato:

A mortalidade infantil foi um grave problema que despertou nossa atenção em 1944, quando chegámos a Criciúma, pelo elevado número de enterros de crianças que eram vistos diariamente pelas ruas da cidade, (8 a 10, em média). Buscamos inicialmente as principais causas deste elevado índice de mortalidade infantil e encontramos-las, vitimando na maior parte as crianças de 0 a 1 ano de idade, nas doenças gastro-intestinais (salmonelose e disenterias amebiana e bacilar, entre as mais freqüentes), doenças do aparelho respiratório (pneumonia e broncopneumonia, bronquite capilar, crupe, coqueluche e gripe), doenças infecto-contagiosas em geral, e, principalmente, subnutrição. (sic). (Boa Nova Junior, 1953, p. 22).

Este mesmo problema era encontrado na cidade vizinha de Lauro Müller, onde o deputado federal Jorge Lacerda após inspecionar a situação da cidade, a pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI) do Carvão, faz o seguinte relato a seus companheiros e companheiras de legislatura:

É com profunda tristeza que trago ao conhecimento da Câmara dos Deputados uma revelação amarga. Em Guatá, grande produtor de carvão, nasceram em 1948, exatamente duzentas crianças. E dessas duzentas crianças, Srs. Deputados já morreram 170 (Diários do Congresso Nacional, 1959, p. 946).

Da mesma forma que seu companheiro de ofício, o médico Manif Zacharias também relata a questão da mortalidade infantil como um problema urgente a ser resolvido na cidade e na região. Para ele, a mortalidade de crianças em tão tenra idade maculava a reputação de Criciúma, conhecida nacionalmente pelo elevado número de crianças mortas por conta das péssimas condições sócio-sanitárias da cidade atreladas ao desleixo das mães.

Problema dos mais sérios e importante, permanentemente objeto de profundas cogitações e acurados estudos dos govêrnos que realmente se compenetraram do dever de zelar pela saúde e bem estar do povo, é o da mortalidade infantil. No entanto, em Criciúma, o que menos tem merecido atenção dos diversos órgãos administrativos, numa flagelante e comprometedora revelação do descaso ou inépcia com que os responsáveis pelo alevantamento de nossas ainda baixas condições sociais se conduzem nessa magna questão, que, conforme já disse alhures e com perfeito senso de objetividade, revela, em testes decisivos, o grau de cultura de um povo e do desenvolvimento econômico de uma nação. Criciúma, sempre que chamada para o tema de discussão, ou simplesmente citada no curso de uma conversa qualquer, destaca-se a apreciação de elementos estranhos à terra por suas particularidades: uma, o carvão, expressão de sua riqueza no sub-solo; outra a elevada mortalidade infantil, traduzindo a miséria de seu povo. (sic).(ZACHARIAS, 1957 [a], p. 01).

Para ambos os médicos da cidade, a situação da infância e consequentemente seus índices de mortalidade era o principal problema a ser enfrentado na região e na cidade de Criciúma. Para eles, se a cidade quisesse ser reconhecida por seu grau de desenvolvimento diante do contexto nacional, urgentes medidas para salvaguardar a criança deveriam ser tomadas. Em um primeiro momento os médicos encontram resposta para a questão da mortalidade em causas somáticas que de forma objetiva ceifavam a vida dos pequenos.

No entanto, aliado aos problemas biológicos, os médicos em diversos momentos concordavam com a importância da família no processo de mitigação das mortes. Para ambos, neste contexto, as mães eram os principais instrumentos na contenção, mas também na propagação das mortes, pois estes sujeitos, primeiros responsáveis pela infância, abandonados à ignorância reproduziriam em seus lares práticas que desembocariam em mortes.

Assim, Manif Zacharias fazia o seguinte questionamento: “Cabe perguntar, quais as principais causas determinantes de uma mortalidade tão alta? IGNORÂNCIA E MISÉRIA eis a resposta formal, categórica, imperativa e que deve ser dada corajosamente” (1957 [b], p. 07). De acordo com seu argumento, a mortalidade infantil era “fortemente influenciada pelas questões higiênicas de habitação e alimentação, e pelos fatores econômicos e sociais, que quando desfavoráveis carregam pobreza e atraso cultural” (1957 [b], p. 07).

Para além de promover uma assistência médico-sanitária de proteção à infância, os médicos da cidade objetivaram também regular os trabalhadores, as condutas familiares, e acima disso as mulheres, pois elas seriam as principais responsáveis pela educação das crianças. Essas medidas tentavam alinhar os lugares de gênero dentro das famílias, uma vez que priorizavam colocar a mulher no espaço do lar dirigindo sua atenção e cuidados aos filhos, educando-os para que pudessem formar futuros trabalhadores saudáveis e produtivos.

Historicamente, no Ocidente, as mulheres foram as mais atingidas pelas inúmeras formas de intervenção, controle e disciplina, por se entender que elas precisavam de maior controle, pois sua condição feminina lhes creditava obrigações com o futuro dos filhos e, consequentemente, pelo futuro dos trabalhadores/as e da nação. É o que Badinter (2011) chama de ideologia maternalista, ação que não questiona a existência de uma suposta essência feminina ou mesmo uma ideia de instinto materno, reforçando nas mulheres o ideal da maternidade com o objetivo de gerar e cuidar das crianças.

No caso da região carbonífera, especialmente em Criciúma, os problemas da mortalidade infantil exigiram a implementação de medidas públicas e privadas de controle das doenças e de disciplina da família, e tais ações recaíram primeiramente sobre as mulheres e suas condutas. Assim, constantemente as mulheres foram chamadas pela medicina e por outras instituições sociais a ocupar espaços considerados femininos, fazendo as atividades consideradas por essência de mulheres, como os trabalhos de cuidados e domésticos.

Como coloca Alves (2010), os espaços nas vilas operárias na cidade eram marcadamente sexistas e binários, pois a circulação pelos espaços dependia do sexo, ficando então as mulheres circunscritas aos ambientes que tivessem ligação com o ambiente doméstico, enquanto os homens frequentando ambientes relacionados com o trabalho considerado produtivo e também de diversão noturna, como os bares. Sobre eles não recaía exigências sobre os cuidados infantis.

[...] foram inúmeras as amarras que atrelaram o feminino ao espaço do privado, primando pelo zelo da casa e da família. Neste período marcado por fortes preconceitos de gênero, as mulheres deveriam ser criadas pequenas para cumprir sua missão como reformadora social: casar e gerar filhos para a pátria, ou seja, ao dividir o mundo entre o público e o privado, a sociedade burguesa industrial destinou a mulher o mundo privativo da família e suas atribuições correlatas, criando uma série de inibições, através de um olhar atento e vigilante, que cerceavam sua livre circulação entre espaços públicos (ALVES, 2010, p. 01).

Diante do problema da mortalidade infantil, as famílias passaram a ser alvo também dos discursos médicos e normativos e as mulheres mães foram transformadas nas verdadeiras culpadas por essas mortes, responsabilizadas como falta de cuidados com as crianças.

Este discurso em defesa da criança e da mãe, próprio do maternalismo, foi ressignificado pela burocracia estatal encarregada de formular as políticas públicas assistenciais e por meio de um discurso de gênero pouco equitativo que naturalizou a maternidade, transformando-a em uma obrigação biológica e moral da mulher com a Pátria e o Estado nacional (ALVES, 2017, p. 122).

Nesse sentido, diante da problemática de proteção às mães e às crianças, a maternidade passa a ser naturalizada como algo essencialmente feminino e, mais do que isso, carregada de estereótipos que naturalizavam formas de ser mãe, além de ser colocada como uma obrigação natural da mulher com o seu país (ALVES, 2017). Esse discurso de naturalização das atribuições femininas sobre a maternidade pode ser observado no Jornal Folha do Povo, de 1951, que corroborava com os demais discursos que circulavam em Criciúma. Nele a maternidade aparece relacionada a personagens bíblicas que são exaltadas por suas características comportamentais, vangloriando uma imagem de mãe ideal.

A personalidade de Ana, mãe do profeta Samuel é bem o tipo da mãe no mais alto sentido da maternidade. [...] Ela ardentemente ora a Deus pedindo um filho. Hoje a mais mães que detestam os filhos, do quem mães como Ana, que peçam a Deus um filho, para que seja dedicado, como foi o menino Samuel, ao serviço de Deus, e ao bem de seu povo sofredor.¹⁰

Além de construir a imagem da mãe perfeita, que deseja ter filhos, que ora por eles, esse discurso baseado essencialmente na religiosidade nega que possa existir conflitos entre a vontade de ser mãe e de outros planos na vida das mulheres. Esse discurso idealizado da mulher/mãe tornou-se uma referência de civilidade e de controle, que incompatibilizava essa condição social e biológica com outras possibilidades de existência para as mulheres.

Na ótica burguesa, imposta como um ideal para as demais camadas da população, a missão de mãe era primordial e elemento central da condição feminina. Diante disso, as mães trabalhadoras deveriam se ajustar e se aproximar o máximo possível da ordem burguesa, nem que para isso devessem sacrificar ou então conciliar o trabalho com a maternidade.

Para Michele Perrot (1988), as mães são vistas como aquelas que possuem o destino da humanidade em suas mãos, e por isso, devido a tamanha responsabilidade, se admite recair sobre as mulheres a

¹⁰ MENDES, Aquilas Silveira. Folha do Povo. A influência do Exemplo dos pais na formação do caráter de seus filhos. 14 de maio de 1951.

normatização e controle dos seus comportamentos. Segundo a análise de Scott (1995), esses discursos da mulher e mãe estão propagados em diferentes instituições, como o Estado e a família, que devido a interesses de reprodução naturalizaram e normatizaram responsabilidade das mulheres sobre crianças e, conseqüentemente, pelo futuro da nação.

Se entre as décadas de 1940 e 1960 o grande problema da maternidade estava associado à mortalidade infantil, já em meados das décadas de 1970 e 1980 o grande problema passou a ser a criança desvalida ou abandonada. Nesse período, que representou a diversificação econômica da cidade, que paulatinamente se desvinculava da produção do carvão, o problema da infância migra da mortalidade e passa a se relacionar aos casos de “menores delinquentes” que passavam a perambular pelas ruas da cidade. De acordo com o período as crianças entendidas como menores delinquentes eram as das camadas populares, que sem políticas de acolhimento perambulavam pelo centro das cidades pedindo dinheiro, causando grande incômodo nas camadas médias.

De acordo com Paulo Roberto de Andrade Castro (2006), a concepção de menor delinquente e infrator decorre da construção de um rótulo e de uma visão discriminatória sobre os atributos da pobreza, comum aos menores em situação de práticas de delitos. Assim, esse rótulo faz com que a construção nos âmbitos judiciais e também sociais do menor delinquente seja operada pela aplicação de estereótipos nos menores pobres (CASTRO, 2006). Segundo o autor:

[...] o discurso que constrói a figura do delinqüente menor de idade se sustenta através da imputação de conceitos acusatórios, tais como “família desestruturada”, “usuário de drogas”, “evasão escolar” entre outros que trazem implicitamente uma moralidade e uma visão de ordem social que questionam os padrões comportamentais e os estilos de vida dos jovens pobres que por serem marginais são criminalizados (CASTRO, 2006, p. 21).

Nesse sentido, há uma associação entre as práticas infracionais do menor e outras características da sua vida, representadas por um ciclo marginalizante que se desvia das normas vigentes e que por isso precisa ser controlada através dos meios coercitivos e punitivos, inicialmente a partir do controle e das interferências na família. Essa interferência nas famílias pode ser entendida majoritariamente como controle sobre as práticas relacionadas à maternidade, levando em conta que as mulheres

são responsabilizadas pela educação das crianças e por futuros desvios de conduta e das normas que elas venham a cometer fora do lar.

No contexto da década de 80 também é quando o novo Código de Menores está em ação. Esse novo código era, então, baseado pela doutrina da situação irregular, o que significava que tratava em específico da criança e adolescente em situação irregular, aqueles que eram considerados fora das normas. O código seguia os preceitos da assistência, proteção e vigilância aos menores considerados com desvios de conduta, em situação de vulnerabilidade, carência, em situação de abandono, diferenciando essas crianças pobres das crianças das elites, as quais nem eram tratadas pelo código.

Como é possível perceber, o artigo 2º do código determina que estar em situação irregular seria estar em perigo moral, em local contrário aos bons costumes ou em atividade contrária aos bons costumes. Desse modo, é possível perceber que:

O Código de Menores de 1979 era permeado por valores morais. Atribuía ao menor o papel de réu em função de suas atitudes, assim como das de sua família. O juizado de menores teria então o poder de decidir qual seria o melhor destino para o infante (MACHIESKI, 2013, p. 66).

Assim, com resquícios do governo militar que “comprometeu-se a moralizar, ‘limpar’ o setor público, problematizando particularmente a área da criança e do adolescente” (OLIVEIRA, 2007, p. 138), o Código de Menores de 1979 diferenciava a infância pobre das demais e, além disso, pontuava o que era ser uma criança ou adolescente irregular, em outras palavras, um desvio da norma e do que era considerado correto e ideal para o futuro da nação.

A infância problema a partir do Código de Menores de 1979 com suas diretrizes de assistência e de vigilância, alinhadas às condutas das classes dirigentes, operava políticas de assistência social para amenizar essa problemática, o que segundo a análise de Oliveira (2007) refletia o domínio das elites incomodadas e que buscava excluir retirar dos espaços públicos as classes pobres. Para o autor:

[...] retornando-os à invisibilidade – às prisões, aos manicômios e às instituições correccionais. Estabelecia-se um pacto ideológico favorecendo o cumprimento da profecia que coloca os filhos dos pobres como futuros marginais, desatinados e

sociopatas. Fortaleceram-se as categorias diagnósticas da psicologia, da psiquiatria, da assistência social, da sociologia e das ciências jurídicas, legitimando a intervenção institucional para ‘acolher’, ‘reabilitar’, ‘proteger’ e ‘reinsserir’ socialmente os ‘menores’. Reafirmava-se, ‘legitimamente’, essas crianças e adolescentes como incompetentes, agressivos, intrusos, doentes e criminosos em potencial, estendendo-se este estigma a suas famílias e comunidades de origem, ou seja, às massas empobrecidas. Os pobres e seus filhos representavam contraste nocivo e ameaça aos cidadãos ‘decentes’ e às outras crianças – as das classes econômicas mais abastadas (OLIVEIRA, 2007, p. 140).

Essas bases ideológicas que buscavam criminalizar e segregar a infância pobre aparecem de forma discursiva também nos meios jornalísticos que circulavam por Criciúma no período, reforçando a ideia do menor delinquente e abandonado como um grande incômodo à prosperidade e uma ameaça ao futuro da nação. As questões relativas às infâncias, às crianças e às funções desempenhadas pelas mulheres como mães estavam colocadas como problemas sociais.

Em diferentes espaços da cidade, como os jornais, o discurso do menor infrator ou delinquente constantemente figurava nas páginas dos periódicos como um problema urgente e que manchava a reputação da cidade. Como podemos observar no seguinte recorte jornalístico:

Hoje essas inocentes crianças são ludibriadas para tomarem parte do plano infame, amanhã ou depois poderão ser facilmente aliciadas e treinadas para executar pequenos assaltos em residências, casas comerciais e até mesmo trabalhando no centro da cidade e nos pontos de maior movimentação como trombadinhas. Está na hora de alguém fazer alguma coisa para acabar com essa máfia de aliciadores de menores, caso contrário, consequências piores poderão advir futuramente (Jornal Tribuna Criciumense, 1984, p. 1, apud MACHIESKI, 2013, p. 72).

Também como aponta Cintia Gonçalves Martins (2017), em grande medida tais enunciados sobre as crianças se balizavam em

prédicas moralistas e muitas vezes de ordem religiosa que colocavam como centro do problema o desleixo das famílias e das mães. Podemos observar nessa publicação de jornal:

Após estas considerações, quem poderá deixar de reconhecer que o problema do menor deve ser equacionado a fim de procurar-lhe uma solução adequada. Caso isso não venha a ocorrer, a própria sociedade partilhará da multiplicação dos indisciplinados rebeldes, dos descontentes e insatisfeitos, dos transviados e vagabundos, dos candidatos às drogas e à degeneração, dos futuros povoadores das prisões [...] dos marginais de toda a ordem que entristecem a família humana (Jornal Tribuna Criciumense, 1979, p. 8, apud MACHIESKI, 2013, p. 47).

De acordo com o texto acima destacado, a ideia da existência de crianças abandonadas a sua própria sorte sustentava a existência discursiva de que tais indivíduos, livre de amarras morais, estariam suscetíveis a se transformarem em degenerados, que pouco ou nada contribuiriam para o engrandecimento da pátria. De acordo com Rago (2014), a criança e o adolescente a partir do século XVIII são elevados à condição de uma figura central no interior das famílias e para a sociedade.

Desse modo, “a criança foi percebida pelo olhar disciplinar, atento e intransigente [...]” (RAGO, 2014, p. 157), pois representava o que futuramente se tornaria uma necessidade econômica e um mecanismo produtivo para a nação como um trabalhador saudável. Conforme a autora que analisa o início do século XX:

O interesse pela educação dos operários desde a infância reflete a intenção disciplinadora de formar “cidadãos” adaptados que internalizassem a ética puritana do trabalho comportando-se de modo a não ameaçar a ordem social (RAGO, 2014, p. 159).

Pela análise de Foucault (2014), o poder que se exerce sobre o indivíduo e mais precisamente sobre os corpos nas sociedades capitalistas e do trabalho opera no sentido de se obter um controle social significativo para que esses corpos se tornem disciplinados e produtivos.

Em outras palavras, para que esses corpos trabalhem produtivamente para o capital de uma nação. Esse poder, segundo o teórico, é disseminado por diversas instituições, exercendo poderes em minuciosos detalhes. Assim, o poder e a disciplina impõem uma condição de docilidade e utilidade (FOUCAULT, 2014). Para o autor:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência [...]) digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada (FOUCAULT, 2014, p. 135-136).

Segundo a historiadora Elisangela da Silva Machieski (2013), a infância pobre foi ao longo do século XX alvo de tentativas de controle e normalização de comportamentos a fim de garantir a reprodução da mão de obra trabalhadora. Nesse processo:

“[...] a criança e o/a adolescente pobre se tornaram alvo do discurso médico, pedagógico, psicológico, jurídico e midiático” que de diversas formas convocava a população e as instituições a atuarem de forma enérgica na tentativa de corrigir problemas futuros (MACHIESKI, 2013, p. 25).

Rago (2014) aponta que o papel dos médicos sanitaristas e seus discursos biopolíticos com o menor abandonado e a infância carente refletem os interesses do Estado em formar futuros cidadãos, uma vez que percebe a criança em sua capacidade produtiva e em sua condição de futuro trabalhador sadio (RAGO, 2014). Para a historiadora, os discursos médicos no século XX apontavam as ruas como o principal problema da infância, pois formava futuros delinquentes e, em consequência disso, a desordem e a barbárie na sociedade. Desse modo, reforçando a defesa da permanência das crianças e adolescentes no lar e, em suma, orientando as condutas das mulheres mães, como responsáveis pelo zelo da infância e pela tarefa de criar crianças saudáveis (RAGO, 2014).

Esse contexto de mudanças, marcado pela passagem das preocupações da mortalidade infantil para a questão do menor, marca os

anos de atuação do CEDIP junto às práticas materno-infantis que continuamente estavam sob o olhar atento da sociedade e suas inúmeras instituições. Conjuntamente a cidade de Criciúma sofria seus próprios conflitos internos relacionados à crise do carvão, dos empregos e em grande medida da qualidade de vida das classes trabalhadoras, o que impactava diretamente nas vivências das crianças pobres. Conforme Machieski (2013):

Esta baixa na extração do carvão, na cidade de Criciúma, repercutiu de maneira direta na redução do número de empregos no final da década de 1980. É provável, também, que tenha contribuído para o crescente número de crianças a vagar pelas ruas da cidade, naquela época (MACHIESKI, 2013, p. 69).

Desse modo, as mudanças societárias processadas nas três décadas finais do século XX, sob a égide da ditadura civil-militar, foram marcadas “por um momento intenso de migrações internas e, como consequência, um grande aumento da pobreza e das periferias urbanas” (MARTINS, 2017, p. 37). Isso impactou diretamente nas questões assistenciais da região, principalmente sob a infância e as práticas maternas que foram realocadas no interior das práticas de assistência social desenvolvidas na cidade.

Assim, a questão da infância foi um problema que marcou a cidade de Criciúma ao longo de todo o século XX. No entanto, cabe ressaltar que a preocupação das camadas médias sobre esse período da vida mudava conforme o contexto histórico, estando mais focada na metade do século a mortalidade infantil e posteriormente, alinhado à ditadura civil-militar e ao Código de Menores, a problemática do menor de rua.

No período pós década de 70, o discurso da mortalidade infantil se uniu a outros como o da delinquência, do abandono e da exclusão social, colocando as mulheres no centro de ações assistenciais com o intuito de modificar as práticas maternas consideradas nocivas, fossem elas no campo da moral ou da biologia, pois as mães eram consideradas as principais responsáveis pelos problemas das crianças.

É nesse contexto histórico e sociocultural que o problema da infância e da maternidade passam a ser alvo de inúmeras ações de assistência e controle, e dentre elas destacaremos a atuação do CEDIP, que além de suas atribuições como centro de formação política da classe

trabalhadora também desempenhou atividades de assessoria dirigidas a diferentes entidades, algumas com caráter assistencial, e a grupos populacionais da cidade, dentre elas as mulheres/mães.

3.3 A FORMAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR

O Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular, o CEDIP, desenvolveu suas atividades, na cidade de Criciúma, entre os anos de 1983 e 1998. Considerando o contexto social e histórico em que o CEDIP se instituiu, podemos perceber que tal processo deu-se em constante diálogo com movimentos sociais, órgãos de classe e grupos de reivindicação que se fortaleceram no final da ditadura militar.

Esse contexto de abertura política nos permite compreender como o Centro se articulava com os demais movimentos sociais e grupos que estavam surgindo nessa época. Também é possível compreender seus objetivos, pois estavam ligados a reivindicações por melhorias de direitos e de acesso à cidadania no pós-ditadura. Esse contexto também nos possibilita enxergar quais os grupos que o CEDIP representava e assessorava, uma vez que muitos estavam se fortalecendo em oposição ao governo repressivo representado pelos militares.

Conforme analisa Ricardo Antunes (1991), a década de 80 foi bastante marcada por práticas que ele chamou de *novo sindicalismo*, que de acordo com o autor foi constituído por movimentos que atuaram nas antigas estruturas sindicais e que aos poucos “[...] iniciou um lento processo de mudança e transformação dessa mesma estrutura sindical [...]” (ANTUNES, 1991). Conforme explica o autor:

Ao longo dos anos 1980, por exemplo, nosso país esteve à frente das lutas sociais e sindicais, mesmo quando comparado com outros países avançados dotados de ampla experiência sindical. A criação do PT em 1980, da CUT em 1983, do MST em 1984, a luta pelas eleições diretas em 1985, a eclosão de quatro greves gerais ao longo da década, a campanha pela Constituinte e a promulgação da nova Constituição em 1988 e, finalmente, as eleições diretas de 1989, são exemplos vivos da força das lutas daquela década (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 512).

O surgimento do CEDIP ocorreu no início da década de 80, em que o Brasil passava por um processo complexo de transição e de redemocratização após vinte e um anos de um regime ditatorial civil-militar¹¹ (1964-1985). Essa forma autoritária de governo baseou seus alicerces na retirada de direitos individuais, na restrição das liberdades, na intensa desigualdade social e, acima de tudo, censurou e reprimiu os movimentos sociais e as organizações que faziam qualquer tipo de embate e oposição aos militares.

Para Janete Triches e João Henrique Zanelatto (2015), Criciúma, na década de 60, início do período ditatorial, vivia momentos de intensas mobilizações dos trabalhadores mineiros, que reivindicavam melhores salários, condições de trabalho e moradia, demonstrando que nos anos 60 ainda se faziam presentes problemas de anos anteriores relacionados às péssimas condições de vida e de trabalho, tais como insalubridade das habitações, mortalidade infantil, baixos salários e trabalho insalubre. Esse período também foi marcado por uma grande diversificação econômica da cidade, que ampliou as possibilidades de atuação em diversos setores, deixando de lado a característica principal de capital do carvão que Criciúma carregou por décadas (TRICHES; ZANELATTO, 2015).

Foi diante desse cenário de mudanças econômicas e de lutas dos trabalhadores que Criciúma vivenciou o golpe militar e a instalação novamente, da República, de um regime autoritário imposto pela utilização da força, apoiado pelos grandes empresários nacionais e estrangeiros, por setores conservadores da igreja católica, pelos partidos políticos de direita alinhados à perspectiva do liberalismo econômico e à política norte-americana para a América Latina (TRICHES; ZANELATTO, 2015, p. 104).

¹¹ Utilizamos o termo de ditadura civil-militar a partir da análise do cientista social René Armand Dreifuss em *1964 – a conquista do Estado* (1981). Para o autor, o termo que melhor cabe para se referir à ditadura brasileira que se iniciou em 1964 é de ditadura civil e também empresarial militar, levando em conta que o golpe foi articulado, em grande medida, não só por militares, mas por grupos pertencentes às elites, aos empresários e, em suma, por parte da população civil. O autor se refere também à ditadura como “um movimento de classe” dos grupos civis empresariais que se articulou em torno do golpe visando a interesses políticos, sociais e financeiros.

Conforme afirmam os autores, em Criciúma o golpe também foi apoiado por grupos e entidades alinhados à direita e que estavam em oposição às lutas e às reivindicações dos trabalhadores de diversos setores, mas sobretudo dos trabalhadores mineiros. Essa postura demonstra que as pautas eram bastante diferenciadas entre empresários e trabalhadores, demarcando as divisões sociais e econômicas existentes na cidade.

Ainda segundo Triches e Zanelatto (2015), Criciúma foi provavelmente a cidade da região que mais resistiu ao golpe civil-militar de 1964, principalmente pelo fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores e da forte articulação com os partidos políticos alinhados à esquerda, contando ainda com a resistência de “[...] professores e estudantes, grupos de trabalhadores rurais e parte da Igreja – notadamente a ala que anos depois seria conhecida como simpatizante da Teologia da Libertação” (TRICHES; ZANELATTO, 2015, p. 107).

Com o fim da ditadura civil-militar brasileira, diversos movimentos políticos e sociais se organizaram mais fortemente no Brasil, solidificando o processo de desmonte do governo. Para Maria da Glória Gohn (2011), os movimentos sociais podem ser entendidos como ações coletivas que articulam grupos de indivíduos com interesses comuns que se organizam e reivindicam determinadas demandas e pautas de caráter social, político e cultural. Esses grupos podem, a partir de mobilizações, greves, desobediência civil e outros meios, realizar denúncias, requerer direitos em formas de leis ou políticas públicas e ainda realizar pressão sobre o poder público para conquistar novos direitos e/ou reconhecimento (GOHN, 2011).

Ainda para Gohn (2008), os movimentos sociais com origem nas classes populares representam “movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos, e, mais recentemente, culturais” (GOHN, 2008, p. 439). O que também implica dizer que representam pessoas excluídas dos processos socioeconômicos nacionais (GOHN, 2008).

Foi mergulhado neste cenário político de final da ditadura e efervescência dos movimentos sociais que o Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular surgiu em 1983, mobilizado por integrantes oriundos dos círculos populares, eclesiais e acadêmicos que se organizavam em torno de pautas sociais bastante diversificadas. Sua sede era localizada na cidade de Criciúma, mais especificamente na Avenida Getúlio Vargas, 512, sala 28, onde atuava também o Sindicato

dos Mineiros de Criciúma. Funcionava de segunda a sexta feira, no horário das 14 horas às 18h30.

Composto por integrantes da Pastoral da Juventude, Pastoral Operária e Pastoral Universitária, entre outros, o CEDIP dentre suas atribuições buscava “atuar como centro de formação política, centro de comunicação e pesquisa, centro de articulação e apoio a movimentos populares”¹² Além de “registrar a história que é realizada pelos oprimidos”¹³ prestando assessoria e assistência aos movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e às organizações da sociedade civil organizada.

Dessa maneira, o Centro canalizou suas forças, em um primeiro momento, na coleta e organização de documentos que pudessem ser utilizados pelos movimentos sociais em seus processos formativos e reivindicativos. De acordo com o documento publicado pelo Centro, seus objetivos seriam:

Além de pesquisar e documentar as experiências dos trabalhadores e movimentos populares, o CEDIP promove cursos, seminários e debates, incentiva a participação e a auto-organização popular e a solidariedade dos trabalhadores.

A partir de duas áreas prioritárias (cidade e construção da cidadania; Cultura e Democratização das informações) o CEDIP desenvolve projetos alternativos para contribuir permanentemente com a transformação das nossas cidades.

O CEDIP tem procurado desenvolver suas atividades em parceria com outras ONGs, movimentos pastorais, populares e sindicais, órgãos públicos e comunitários.¹⁴

Essas características demonstram a articulação do CEDIP entre o local e o global, pois ao documentar experiências e práticas de outras partes do país e do mundo demonstrava o interesse de articular a organização das lutas nacionais com as globais, aproximando-se da tão

¹² Informativo do CEDIP: “de boca em boca”, n. 3 - julho de 1985, CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

¹³ Informativo do CEDIP: “de boca em boca”, n. 3 - julho de 1985, CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

¹⁴ Flyer - CEDIP – “O que é”; CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

sonhada internacionalização do movimento operário. Além desses elementos de cunho diretamente formativo, o CEDIP ainda destacava outras atividades:

O CEDIP desenvolve as seguintes atividades programadas e permanentes:
 Videoteca Popular ABVP-CEDIP
 Assessorias e Consultorias
 Núcleo de Estudos da Cidade
 Cursos, Debates e Seminários¹⁵

As atividades acima destacadas oferecem uma ideia da diversificação das ações empreendidas pelo Centro. Para além da mobilização política de classe, também existia um compromisso com a formação popular e cultural, fazendo com que os debates sobre a realidade social das classes, a problemática da economia e os conhecimentos relacionados à política local e nacional chegassem aos grupos assessorados.

Oficialmente o CEDIP se reconhecia e se apresentava como uma Organização Não Governamental (ONG) sem relações diretas com partidos políticos, instituições sociais e com o Estado, demonstrando à população da cidade seu caráter independente, que priorizava a organização civil e popular e sem intervenções de qualquer ordem. Conforme documento do Centro:

O CEDIP é uma organização não-governamental de utilidade pública municipal e sem fins lucrativos, que independente de partidos políticos, igrejas, Estado ou empresas. Desde sua atuação em 1983, vem prestando apoio e assessoria aos movimentos sociais da região sul de Santa Catarina e sua manutenção e funcionamento se dá por meio de uma rede de colaboradores e associados que contribuem mensalmente e voluntariamente com a entidade.¹⁶

De acordo com Silva (2006), podemos identificar três fases na história do Centro, a militante, a de fortes divergências políticas e a acadêmica. A primeira foi aquela caracterizada por uma atuação mais

¹⁵ Flyer - CEDIP – “O que é”; CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

¹⁶ Flyer - CEDIP – “O que é”; CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

militante, que estabeleceu um forte diálogo com os sindicatos, os movimentos de bairros, grupos da Igreja Católica e demais movimentos sociais na cidade de Criciúma. Em um documento de produção interna do CEDIP, intitulado “Projeto de Mudança”, o Centro apresenta a si próprio nesta primeira fase:

[...] entre os anos 1983-1987, o CEDIP desempenhou, basicamente, funções de assessoria e apoio às Oposições Sindicais. Foi o período de fundação da CUT, na região sul (Agosto de 1984). O Cedip, além da documentação escrita e audiovisual dos movimentos, contribuiu decisivamente com a Oposição Sindical Mineira (Criciúma e Rio Maina) assim como na formação da vitoriosa chapa do Sindicato dos Vestuaristas e Calçadistas. Foi o período sindicalista do CEDIP [...]¹⁷

Diante da narrativa acima destacada, é possível identificar na fase militante que o Centro atuou fortemente junto aos movimentos sociais e coletivos de trabalhadores/as que apoiavam determinadas lutas na cidade, tais como melhores salários e condições de trabalho. Esta ação dialógica entre o Centro e as entidades de classes e sociais fortaleciam e expandiam as ideias do movimento de trabalhadores/as em diversos setores da sociedade cricumense.

Já a segunda fase é identificada entre 1988 e 1989, e é quando o CEDIP enfrentou conflitos internos entre os participantes, resultantes de divergências políticas e partidárias, mesmo que o Centro se considerasse apolítico. Ainda de acordo com o documento “Projeto de Mudança”, várias atividades do Centro foram boicotadas pelos próprios participantes, incluindo os cursos, as atividades de formação política e também a Escola Sindical Mineira.

Numa segunda fase, entre os anos de 1988-1989, o Cedip sofre os primeiros problemas resultantes de conflitos partidários e eleitorais. Várias de suas iniciativas são boicotadas, a exemplo da Escola Sindical Mineira, cursos e inúmeras outras atividades de formação e assessoria.¹⁸

¹⁷ Projeto de Mudança do CEDIP. 1993. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

¹⁸ Projeto de Mudança do CEDIP. 1993. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

Podemos perceber no excerto em destaque que nesse período a situação do CEDIP era bastante conturbada, pois a entidade enfrentava problemas e desentendimentos entre os apoiadores. Essa disputa interna foi agravada ainda pelas eleições municipais em Criciúma de 1988, fortalecendo os conflitos partidários e ideológicos. De acordo com Silva (2006), essas disputas ocorriam dentro do partido político do PT, pois havia representantes ligados ao CEDIP e ao Sindicato dos Mineiros dentro do partido. Desse modo, os petistas ligados ao CEDIP, os considerados “intelectuais” e os petistas ligados aos sindicatos dos mineiros tinham pautas bem definidas e que em certos momentos entravam em conflitos (SILVA, 2006).

O CEDIP possuía uma proposta de educação e formação político-sindical, adequando os trabalhadores à sua metodologia de atuação; e o Sindicato dos Mineiros de Criciúma já estava bem estruturado desde a vitória da oposição sindical, em 1986. Essas disputas em torno de um projeto político no PT se consolidaram quando um representante de cada segmento se elegeu para a Câmara Municipal (SILVA, 2006, p. 105).

De acordo com o autor, parte desses conflitos entre petistas representantes do CEDIP e petistas do Sindicato dos Mineiros se explica pelo fato de que os representantes do Centro não serem maioria no partido, que era formado pela maioria pertencente ao sindicato. É nesse sentido e a partir desses conflitos que se pode entender porque o Centro seguiu caminhos diferentes nos próximos anos, entrando na sua última fase.

A terceira, e última fase, pode ser considerada aquela com característica mais acadêmica e profissionalizada, e situou-se a partir da década de 1990, momento em que o Centro se aproximou de forma mais heterogênea da sociedade civil e passou a profissionalizar suas práticas pedagógicas. Também foi nesse momento que passou a se intitular como uma ONG (Organização Não Governamental). Essa reestruturação significou a ampliação e maior circulação dos trabalhos produzidos no CEDIP, que dentre outros formatos priorizou as publicações de artigos, debates livres, textos de opinião em jornais, ou seja, por meio destas práticas o Centro se tornou mais midiático e popularizado:

Neste período foram feitas as oficinas de comunicação, os debates sobre ética e democracia, os seminários sobre alfabetização e Mercosul [...]. O CEDIP também sediou e contribuiu na criação da ACAP – Associação Criciumense de Acompanhamento Parlamentar e esteve representado nos Fóruns da Eco – 92 e na articulação das ONGs – Organizações Não Governamentais.¹⁹

Ao estabelecer este tipo de conexão com a sociedade civil organizada buscou-se uma nova proposta de expandir as ideias do CEDIP, o que foi possível com a ajuda de voluntários. Nesse período, entendendo que esse ainda era o seu papel, o CEDIP produziu publicações como o “Jornal dos Mineiros”, “Movimento Vivo”, “De Boca em Boca” e outras produções e panfletos. Esse era o momento que o Centro visava alcançar a população civil e, nesse sentido, dar ao CEDIP um novo reconhecimento.²⁰

O CEDIP também produzia o jornal *O Carretel*, que funcionava como o jornal do Sindicato dos Vestuaristas. Esse material servia para auxiliar a informação da categoria e assim “através dele, além de informações do interesse da categoria, tratava-se de temas que possibilitavam uma elevação da consciência crítica dos trabalhadores” (SILVA, 2006, p. 81). Como podemos observar na imagem a seguir:

¹⁹ Projeto de Mudança do CEDIP. 1993. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

²⁰ Projeto de Mudança do CEDIP. 1993. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

Figura 2 - O Carretel



Fonte: Acervo CEDIP – CEDOC/UNESC.

O CEDIP produzia o material visando divulgar os interesses do sindicato dos trabalhadores vestuaristas, as questões de luta pelas melhorias de salários e de melhores condições de trabalho. O material, além de ser entregue aos trabalhadores, também servia como material para os cursos e palestras de formação popular.

Segundo Silva (2006), já na metade da década de 90 debates giravam em torno da possibilidade de encerramento das atividades do CEDIP. Alguns elementos foram suficientes para entender que o seu fim estava próximo, como “dificuldades financeiras para manter a estrutura material e pessoal, redefinição de prioridades de vida e refluxo nos movimentos sociais da cidade [...]” (SILVA, 2006, p. 120).

Ainda segundo o autor, as últimas reuniões com os participantes davam conta apenas de discutir o fim do Centro sem possibilidade de continuação dos trabalhos, pois “sem dinheiro em caixa nem para pagar

as contas básicas como o aluguel da sede e as contas de luz, só restava uma alternativa: fechar as portas definitivamente” (SILVA, 2006, p. 120). O CEDIP encerrou suas atividades definitivamente então no ano de 1998. Seu acervo imenso, depois de passar por alguns locais, incluindo a casa de ex-participantes, foi doado para a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), estando atualmente salvaguardado no Centro de Memória e Documentação da Universidade – CEDOC/UNESC e disponível para pesquisadores/as.

No entanto, conforme aponta Silva (2006), nos anos em que esteve em funcionamento o CEDIP atuou como um órgão centralizador dos movimentos sociais que atuavam na região Sul do estado, visando articular as demandas e reivindicações de organizações com características muito diferentes e objetivos bastante heterogêneos. Ao documentar e organizar um conjunto tão plural de publicações e artefatos impressos destinados a sustentar as lutas dos movimentos sociais, o CEDIP se tornava um importante ator político das demandas advindas da sociedade civil organizada. Nesse sentido, o Centro foi o ponto de confluência de muitas demandas sociais, abarcando questões relacionadas a classe, às mulheres, aos estudantes, além de questões relacionadas aos problemas ambientais e de saúde, que persistiam na cidade.

Com essa característica tão peculiar, o CEDIP passou a ser uma organização que gozava de respeitabilidade junto aos movimentos sociais, sendo um ponto de referência que unia muitas possibilidades para o engajamento civil e popular, pois além de organizar as demandas dos grupos organizava também as formações de cunho político e ainda realizava algumas formas de assessoria e consultoria, o que o destacava nesse sentido.

Por estar inserido no contexto de redemocratização e de fins do período ditatorial, o Centro reforçava a importância e a defesa das liberdades individuais para garantia dos direitos da população civil, levando em conta que muitos direitos individuais, como o de se manifestar politicamente, foram perdidos durante a ditadura, impedindo instituições como as semelhantes ao CEDIP de existirem. Essa ação em defesa da participação popular em diferentes espaços da política e a mobilização em busca de direitos e igualdade criou a possibilidade para que o CEDIP se tornasse uma referência de união dos movimentos sociais e das pessoas que compartilhavam objetivos comuns em torno das lutas populares.

Conforme Silva (2006), para fazer parte do Centro seus integrantes deveriam seguir algumas regras, sobretudo garantir total

independência de intervenções ou influências externas ligadas a ideologias partidárias ou religiosas. Desse modo, o CEDIP tentava se mostrar independente e autônomo, o que Silva (2006) vai chamar de uma autonomia aparente, pois a grande maioria dos seus participantes e interessados já eram associados a movimentos políticos, a grupos religiosos e partidos políticos. Eram pessoas que compreendiam como necessário o diálogo entre partidos, Estado e a Igreja no processo de transformação social.

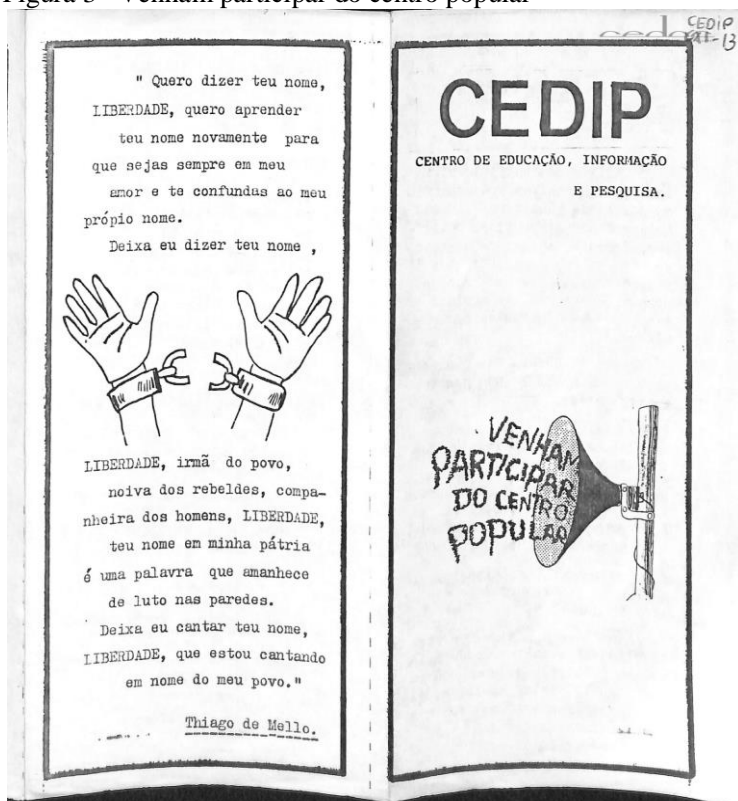
[...] havia critérios para se tornar um membro do Centro: o respeito quanto a consciência, participação, organização e mobilização das classes trabalhadoras e, sob hipótese alguma, atrelar os movimentos sociais e suas entidades ao Estado, partidos políticos ou religiões. Ainda segundo o estatuto, os movimentos sociais deveriam ser autônomos e independentes [...] (SILVA, 2006, p. 49).

Uma das questões centrais tratadas pelo CEDIP, e que permeava a pauta das diferentes organizações sociais, que surgiam e se articulavam na cidade no período, era a questão da liberdade. Inserido no contexto de redemocratização, depois de anos de censura e repressão política, a livre manifestação de ideias e pensamentos, bem como a liberdade, em sua articulação com outras esferas da vida, era pauta recorrente entre os materiais difundidos e distribuídos pelo CEDIP.

Na imagem seguinte, identificamos um *flyer* de produção autônoma do Centro, que traz um poema de autoria de Thiago de Mello²¹, com a chamada intitulada à direita que trazia a seguinte inscrição: “Venham participar do centro popular”.

²¹ Thiago de Mello é um poeta e escritor brasileiro, sendo um dos nomes que foi perseguido e preso pela ditadura civil-militar, passando por um período de exílio. Thiago escreveu seus poemas nos anos da ditadura dedicados à ideia de defesa da vida e da liberdade.

Figura 3– Venham participar do centro popular



Fonte: Acervo CEDIP – CEDOC/UNESC.

A imagem central, localizada entre os trechos do poema, apresenta a figura de mãos se livrando de correntes, talvez uma analogia ao período escravagista, momento em que populações inteiras foram suprimidas de suas liberdades e vontades. Também é possível articular a imagem com o período ditatorial, no qual os cidadãos e cidadãs brasileiros(as) estavam fortemente imobilizados por “algemas” ou “amarras” sociais, políticas ou econômicas impostas pelo regime autoritário.

A ideia de reivindicar a liberdade ia ao encontro de especificidades da década de 80, como restrição de liberdade, de direitos individuais e de censura dos meios midiáticos, além de repressão aos movimentos sociais, que ainda se encontrava muito latente nas memórias da população que havia experimentado violências políticas e

restrições das liberdades individuais resultantes da ditadura civil-militar brasileira.

Conforme analisa Octavio Ianni (1989), é nesses momentos de crises políticas e de tensões sociais, acompanhado ainda de amplo descontentamento popular, que algumas questões sociais se tornam mais evidentes, tornando-se bandeiras de lutas. Nesse sentido, os movimentos sociais, os partidos políticos e os sindicatos se mostraram ainda mais preocupados com os rumos que determinadas questões sociais tomavam, principalmente aquelas voltadas à exclusão social. No caso específico do Centro, tanto o texto quanto a imagem escolhida atentavam para a importância da luta pela liberdade, um direito tão ameaçado nos anos de chumbo da ditadura brasileira. No poema de Thiago de Mello chamamos a atenção que a “figura de linguagem” usada para representar a liberdade é uma mulher.

No trecho apresentado, a figura feminina é representada como “irmã do povo”, “noiva dos rebeldes” e “companheira dos homens” numa ligação direta com sujeitos masculinos. Aqui expressa-se a tutela secular à qual as mulheres estão subordinadas, “filha de”, “irmã de”, “esposa de” e “mãe de”, ou seja, ela só estaria completa na sua total junção com a figura masculina. No poema, a liberdade, sujeito feminino, aparece como irmã, noiva e companheira dos homens, destino entendido como natural a todas as mulheres.

De acordo com Beauvoir (2016), a ligação das mulheres ao sujeito masculino, em posição de complementariedade, é algo latente das sociedades patriarcais, pois tal mecanismo reforça a necessidade feminina de tutela, além de colocá-las na condição do *outro*, do segundo sexo, ou seja, “a mulher é exclusivamente definida em relação ao homem” (BEAUVOIR, 2016, p. 203). A filósofa ainda chama atenção para os próprios mitos cristãos, tão influentes nas sociedades ocidentais, neles as mulheres não existem de maneira própria, mas são originadas dos homens para servir as necessidades deles:

[...] Ela foi tirada do flanco do primeiro macho. Seu nascimento não foi autônomo; Deus não resolveu espontaneamente criá-la com um fim em si e para ser por ela adorado em paga; destinou-a ao homem. Foi para salvar Adão da solidão que ele lha deu, ela tem no esposo sua origem e seu fim; ela é seu complemento no modo do inessencial (BEAUVOIR, 2016, p. 201).

Para Beauvoir, essa representação da mulher sempre relacionada ao sexo masculino, além de constituir simbólica e materialmente a figura feminina como *outro*, ainda a mantém em uma condição de dependência (BEAUVOIR, 2016), assim, a mulher só tem sentido de existência quando desempenha suas atribuições sociais em consonância com as necessidades e os desejos do homem.

Outro elemento que nos chama a atenção tanto nas imagens produzidas quanto nos escritos do Centro é a homogeneização da ideia de trabalhador e trabalho. Baseados na percepção do sujeito universal e na própria tradição marxista sobre a classe, o CEDIP, em grande medida, entendia como classe trabalhadora apenas sujeitos do sexo masculino, desconsiderando principalmente o trabalho realizado por mulheres na esfera doméstica, assim “o sujeito do trabalho – o homem – é apresentado nessa definição como universal: de fato é o masculino que é elevado a universal” (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 252).

As trabalhadoras, principalmente no espaço doméstico, na teoria marxista, não são entendidas como parte de uma classe trabalhadora, mas como uma atribuição que, segundo Hirata e Zarifian (2009), está relacionada à disponibilidade da mulher para o casamento e para a família, ou seja, como parte de suas relações afetivas.

Sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de manutenção do lar e da educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres. Os homens podem legitimamente pretender escapar deles (HIRATA; ZARIFIAN, 2009, p. 253).

Desse modo, o CEDIP, ao representar o trabalhador como homem, que por sua vez é considerado o sujeito universal, apagou as mulheres das suas análises, compactuando com a noção patriarcal do homem trabalhador e produtivo, do trabalho gratuito e por amor das mulheres. Ainda, dentro desta premissa, no *flyer* comemorativo de seis anos de existência do centro, podemos observar:

Figura 4 - CEDIP 6 anos na luta



Fonte: Acervo CEDIP – CEDOC/UNESC.

Na imagem temos dois homens sentados como se estivessem em diálogo, fazendo alusão à parceria e engajamento popular do Centro na luta ao lado dos trabalhadores. Assim como outras publicações do Centro, o *flyer* acompanha a linha editorial de outras produções do CEDIP, resumindo os integrantes da classe trabalhadora a figuras masculinas.

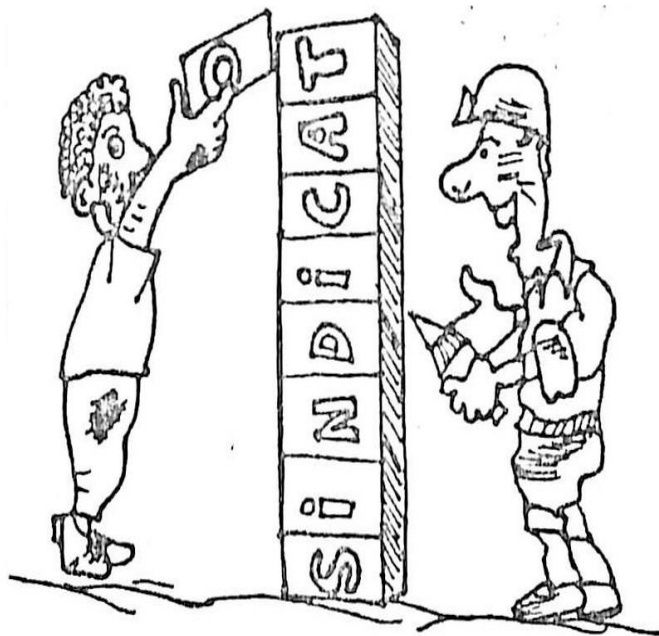
Consideramos de suma relevância dar ênfase na representação do masculino para considerar aquilo que é trabalho produtivo, pois na imagem identificamos que apenas os trabalhadores homens são

representados nesse espaço público, e que por sua vez resulta diretamente em uma relação financeira de troca e de produção de mais-valia.

Assim, a ideia de trabalho e de trabalhadores se atrela a uma tradição hegemônica nas ciências sociais e humanas que em grande medida associa o trabalho produtivo e público aos homens, enquanto o trabalho reprodutivo e não remunerado está associado às mulheres, desconsiderando o trabalho doméstico ou até mesmo a dupla jornada de trabalho das mulheres. Assim, o trabalho, considerado financeiramente e socialmente útil é aquele realizado por homens trabalhadores. Conforme Pujana (2014), as classes trabalhadoras também incorporaram o ideal burguês, naturalizando a mulher como não trabalhadora.

Na imagem a seguir se ilustra a organização dos(as) trabalhadores(as) por meio de entidades de classe, como podemos observar:

Figura 5 - Os impasses do novo sindicalismo



Fonte: Acervo CEDIP – CEDOC/UNESC.

A representação reforça a ideia de luta por direitos e a construção de sindicatos mais democráticos, as figuras que representam o coletivo de trabalhadores(as) também são homogeneizadas pela figura de dois homens, deixando ausente a representação da mulher. Essa construção imagética vai ao encontro da tradicional organização dos sindicatos no qual as mulheres, bem como suas pautas, são consideradas secundárias, em contraposição às reais necessidades dos trabalhadores, materializadas pelas reivindicações masculinas.

Como apontam Rogerat e Hocquard (2009), historicamente os sindicatos eram formados basicamente por trabalhadores de profissões ditas “masculinas”, o que excluía as mulheres de sua participação. Ainda de acordo com as autoras, os homens, até aproximadamente a década de 70, acreditavam que eram as mulheres que deveriam se adaptar aos sindicatos estruturados em concordância com as prioridades dos trabalhadores homens, sem levar em conta as práticas e vivências

experimentadas pelas mulheres nos mundos do trabalho (ROGERAT; HOCQUARD, 2009).

Nesse sentido, a imagem destacada pode servir como um elemento para compreender as concepções de sindicalismo propagadas pelo CEDIP que, de certa forma, corroborava com a ideia de luta por direitos encabeçada pelo trabalhador universal homem, o que todavia não incluía a luta por uma sociedade igualitária nos termos de gênero.

Historicamente, segundo Pinsky e Pedro (2003), dentro dos movimentos revolucionários alinhados à esquerda foram bastante desiguais as condições de acesso das mulheres aos direitos e aos avanços na legislação trabalhista, e um dos motivos foi, justamente, não serem consideradas trabalhadoras. Em seu interior, havia o entendimento de que a condição da mulher na sociedade estava ligada aos deveres do lar, à maternidade e ao matrimônio. Ainda para as autoras, as mulheres trabalhadoras eram interpretadas como trabalhadores incompletos, “alguém que ‘deveria é ficar em casa’” (PINSKY; PEDRO, 2003, p. 283).

Nesse sentido, nos países ocidentais do século XX, e dentro dos movimentos de esquerda, as mulheres aos poucos “conquistaram poder de influência significativo no interior dos sindicatos, na imprensa operária e nos partidos políticos de esquerda” (PINSKY; PEDRO, 2003, p. 284). No entanto, apesar do alargamento de sua participação, recebiam salários menores que os dos homens e não tinham acesso aos cargos mais importantes dentro dos movimentos operários. Ou seja, mesmo dentro dos movimentos ditos revolucionários e contrários às diferentes formas de opressão, no interior da classe trabalhadora prevalecia a ideia de que as mulheres, para além da militância, deveriam se dedicar principalmente às funções de mães e esposas. Conforme as autoras:

[...] nas primeiras décadas do século XX, as mulheres continuavam ganhando bem menos que os homens. Além disso, prevalecia no discurso dominante da época, inclusive entre as classes trabalhadoras, o ideal da esposa e da mãe respeitáveis “restritas ao lar”. Quando podiam se permitir, as mulheres dessas classes, em geral, deixavam o mercado de trabalho. Assim, a trabalhadora continuou, ainda por muito tempo, a ser vista como diferente do trabalhador homem (PINSKY; PEDRO, 2003, p. 284).

Podemos perceber que o CEDIP, assim como os movimentos sociais e políticos que representava e assessorava, entendia o trabalhador como pertencente ao sexo masculino, pois este estaria supostamente ligado ao processo de produção de riquezas fora do ambiente reprodutivo. Corroborando com essa ideia, outra imagem ligada à reivindicação de melhores salários e empregos também reproduz a lógica masculinista de trabalho e produção.

Figura 6 - Os impasses do novo sindicalismo



Fonte: Acervo CEDIP – CEDOC/UNESC.

A imagem acima representa uma manifestação de trabalhadores protestando contra o desemprego e reivindicando melhores salários e é composta inteiramente por trabalhadores homens, ou pela grande

maioria deles. Podemos analisar essa exclusão das mulheres e o entendimento das suas práticas como um não trabalho, a partir de Michelle Perrot (1988), que analisou o caso francês de movimentos operários. A historiadora afirma que no século XX o movimento operário, composto majoritariamente por homens, desconfiava da participação e das intervenções das mulheres.

Os homens que lutavam por mais igualdade de classe, todavia, não de gênero, elogiavam a participação das donas de casa nas lutas por mais direitos, mas ainda assim preferiam que elas ficassem no espaço do lar, realizando atividades consideradas por eles como mais afeitas ao feminino (PERROT, 1988). Tanto os trabalhadores quanto a burguesia distinguiam aquilo que era realizado no espaço público e aquilo que era realizado no espaço privado, atribuindo referência de valor diferente entre eles, colocando o “[...] espaço público como espaço político reservado aos homens” (PERROT, 1988, p. 218), enquanto as mulheres eram incentivadas a ficar no espaço do privado e longe das decisões políticas ou do mundo produtivo.

Para Perrot (1988), historicamente, nas sociedades ocidentais industrializadas, se concebeu possibilidades de existência diferenciadas para mulheres e homens. A mulher, no lar, e o homem, na rua, como chefe de família, fórmula que permitiu a existência daquilo que a historiadora chamou de racionalidade harmoniosa da divisão sexual (PERROT, 1988). Essa maneira de conceber o mundo se balizou no homem como cabeça e na mulher como coração, um é público, o outro é privado; um exerce o poder social, o outro a administração do íntimo; um é razão, o outro é apenas sentimentos.

Essa forma de diferenciar a atuação no mundo impregnou diferentes instâncias sociais, refletindo-se nas mais diversas instituições, grupos e organizações populares. Encharcado desta percepção sobre a sociedade, o CEDIP, apesar de suas posições progressistas em favor de mudanças e de transformações sociais, reproduzia com os estereótipos de masculino e feminino, propagando normas e modelos tradicionais de gênero. Apesar de o CEDIP ter sido uma possibilidade de fortalecimento das lutas sociais, precisamos considerar que as mulheres não ocupavam o mesmo lugar e não tinham a mesma prioridade que a pauta e as reivindicações dos homens.

Assim, de modo muito sutil, e na forma de pedagogia, os participantes do Centro internalizaram aquilo que Badinter (2011) explicou como uma “tentação reforçada pela emergência de um discurso aureolado com o véu da modernidade e da moral, que tem o nome de naturalismo” (BADINTER, 2011, p. 12). Conforme a autora, essa

ideologia que corrobora com o patriarcalismo naturaliza a condição das mulheres e o lugar que elas ocupam, buscando uma volta ao modelo tradicional de mulher mãe e do lar (BADINTER, 2011).

No próximo item, apresentamos e analisamos os diferentes espaços que as mulheres ocuparam no interior das pautas estabelecidas pelo CEDIP, que em grande medida se davam por meio de ações de assessoria e assistência que reproduziam o lugar da mulher como beneficiária de políticas e ações de ajuda a partir de sua posição como mães e esposas.

4 OS DEVERES MATERNOS E A IDEOLOGIA NATURALISTA: DESIGUALDADE DE GÊNERO E A PAUTA SECUNDÁRIA DAS MULHERES

Neste último capítulo da dissertação analisamos as fontes documentais do CEDIP relacionadas exclusivamente às pautas das mulheres dentro do Centro, à maternidade e à amamentação. No primeiro tópico, fizemos uma discussão acerca de como as mulheres estavam sendo retratadas no CEDIP, que lugar ocupavam, se tinham espaço e igualdade. Nesse tópico, também, analisamos os silêncios nas fontes e possíveis ausências da participação das mulheres no CEDIP.

Esse é um tópico em que procuramos debater sobre como historicamente as mulheres ocuparam um lugar desigual não só nas esferas do privado e do trabalho, mas também dentro dos próprios movimentos sociais alinhados à esquerda. Assim, tentamos demonstrar a importância de se discutir sobre a participação feminina e suas pautas que, em grande medida, são consideradas secundárias.

No segundo tópico procuramos analisar como discursos e saberes sobre a maternidade e a infância são produzidos em contextos ocupados por diversos sujeitos e utilizados por instituições como o CEDIP. Também analisamos como ocorriam as políticas de assistência voltadas à maternidade e à infância e como realizavam seus modos de pedagogia materna. Nesse tópico, tentamos compreender práticas de assessoria à maternidade que ocorreram em grande medida de forma hierarquizada e pautadas em desigualdades de gênero, que reforçavam os padrões normativos e colocavam as mulheres no espaço privado e nas funções de mãe e esposa.

No último tópico analisamos um grupo em específico, o Grupo de Incentivo ao Aleitamento Materno. Este objetivava educar as mães e controlar suas práticas de cuidados com as crianças. Nesse sentido, tentamos compreender por fim como em grande medida esse grupo e essas práticas de assistência às mulheres e às crianças funcionavam como um meio de garantir a existência da família nuclear e patriarcal, arquitetando e alinhando papéis de gênero.

4.1 ENTENDENDO O LUGAR DAS MULHERES NO CENTRO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO POPULAR

DIA DA MULHER, DIA DE LUTA: Para nós, a causa da terrível situação da mulher trabalhadora é a mesma dos baixos salários, das péssimas condições de trabalho e de outros males que a classe trabalhadora sofre: a exploração capitalista. O Dia internacional da Mulher deve representar, por isso, para todos os trabalhadores, homens e mulheres, a luta contra toda a forma de opressão e exploração, unindo as reivindicações da mulher trabalhadora as demais reivindicações da classe trabalhadora.²²

A partir do excerto acima destacado, buscamos neste item entender e questionar como as normatividades de gênero são vivenciadas por aqueles grupos que produziram as críticas sociais às desigualdades de classes em uma sociedade capitalista liberal. É, portanto, significativo abordar como as mulheres são representadas em documentos produzidos ou selecionados e arquivados pelo Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular, o CEDIP, a exemplo do texto em destaque. Assim, por meio destes documentos, buscamos analisar as pautas das mulheres, a participação feminina e suas reivindicações, refletindo também sobre o protagonismo ou não delas dentro de instituições e movimentos ligados às esquerdas nos anos 80 e 90.

Alguns apontamentos iniciais talvez se façam necessários no que tange às escolhas das fontes analisadas a seguir. Alguns documentos são de produção própria do Centro e/ou foram produzidos por membros da

²² Dia da mulher - dia de luta – CUT, ano I, n. 7 de 8 a 14 de março de 1985. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

Publicação da Central Única dos Trabalhadores - CUT estadual de São Paulo em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Publicação feita em seu jornal informativo semanal de produção própria. A publicação, assim como outras da CUT, foi reproduzida junto ao CEDIP, que utilizava esse material em seus cursos de formação, principalmente de caráter sindical.

entidade e publicados em jornais locais. Outros documentos, ainda, não foram produzidos ou escritos por membros do CEDIP, todavia foram pesquisados, selecionados e guardados por seus membros.

Tais documentos podem ter sido guardados pelos membros do CEDIP por considerá-los importantes, seja porque compactuavam das mesmas ideias ou porque os utilizavam na realização de seus cursos de formação e palestras. Desse modo, entendemos que todo o acervo preservado, composto por documentos de autoria própria ou não, ajudam a pensar os posicionamentos, as pautas e os grupos que o CEDIP assessorava, levando em consideração ainda que o Centro se baseava em outros similares dentro ou fora do país.

Como observado anteriormente, o CEDIP não atuava independente de instituições, estado e partidos políticos, o que contrariava os discursos presentes em seus documentos, nos quais se sustentava a existência de uma suposta autonomia. O Centro estava diretamente ligado às demais organizações e partidos políticos alinhados à esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). No acervo do CEDIP foram encontrados diversos documentos relacionados a estas duas organizações que eram utilizados nos cursos, tanto em nível local e regional quanto nacional, o que demonstra a estreita articulação entre os membros do Centro e o Partido dos Trabalhadores, que em última instância também comandava as ações da central sindical CUT.

Referente aos anos iniciais de atuação do Centro, foram encontrados muitos documentos relacionados a movimentos socialistas, partidos de esquerda e materiais sobre teoria marxista, talvez oriundos da primeira fase, a militante. Nas palavras de Silva (2006), a fase em que os participantes do CEDIP queriam “mudar o mundo”. A exemplo disso, o trecho inicial desse tópico foi retirado de um jornal informativo da CUT de São Paulo, caracterizando o que seria a pauta das mulheres no interior dos movimentos de esquerda.

Segundo o trecho selecionado, escrito por um homem, a “causa da situação terrível” das mulheres estava explicada no sistema capitalista que explorava o trabalho feminino. Ainda segundo o documento, os males sofridos pelas mulheres seriam os mesmos do restante da classe trabalhadora – aqui entendida pelo sujeito universal masculino –, os baixos salários e a exploração do trabalho produtivo. Para a CUT, a melhor maneira de lutar contra a opressão e exploração, seria, então, unir as reivindicações das mulheres trabalhadoras às dos homens trabalhadores, uma vez que o mal existente na sociedade global estaria relacionado à exploração do capital.

Para Shulamith Firestone (1976), o discurso sobre o capitalismo, a exploração do trabalho e o pertencimento a uma classe social, por si só, não são suficientes para explicar a subordinação das mulheres e as desigualdades entre os sexos, uma vez que, para a autora, essas desigualdades teriam bases biológicas que se sustentam para além desse sistema econômico. Conforme Firestone (1976), as esquerdas organizadas em torno das concepções de luta por igualdade de classe também reproduzem a opressão às mulheres e, em grande medida, compactuam em estabelecer um sistema baseado na dupla opressão entre capitalismo e patriarcado.

Para a autora, as formulações teóricas baseadas nos pensamentos de Karl Marx e do materialismo histórico não seriam suficientes e nem foram pensadas para a situação das mulheres, pois tentaram, em grande medida, fornecer explicações sobre a realidade a partir de um sujeito universal. Conforme Firestone:

Mas a doutrina do materialismo histórico, por mais que tenha representado um avanço significativo em relação à análise histórica anterior, não foi a resposta completa, como os fatos posteriores o confirmaram. Porque, apesar de Marx e Engels fundamentarem sua teoria na realidade, era ela apenas uma realidade *parcial*. [...] Seria um erro tentar explicar a opressão das mulheres a partir dessa interpretação estritamente econômica. [...] Há todo um substrato sexual da dialética histórica que Engels algumas vezes percebe obscuramente. Mas, por ver a sexualidade somente através do filtro econômico, reduzindo tudo a isto, não é capaz de avaliá-la por si mesma (FIRESTONE, 1976, p. 14).

Na análise de Firestone (1976), Marx e Engels compreendiam a realidade a partir de um ponto de vista parcial e, em outras palavras, construíram análises estritamente econômicas que não contemplavam as mulheres. Essa concepção tão utilizada pelos movimentos de esquerda reproduzia a existência de um sujeito universal, totalizante, que não representava as mulheres nas suas interconexões, mas sim o homem ocidental, branco e trabalhador. Nesta perspectiva, as mulheres, no interior da esquerda, foram invisibilizadas e homogeneizadas por teorias e interpretações de mundo baseadas na unidade de classe.

Conforme vimos no trecho destacado inicialmente, as especificidades das mulheres não foram contempladas, tampouco o gênero aparece como um marcador das desigualdades, já que a preocupação era com a classe e suas pautas unicamente econômicas. Assim, podemos afirmar que os grupos de esquerda também reproduziam dicotomias, que antagonizam as posições entre homens e mulheres, colocando as últimas em uma posição subalterna. Dessa forma, não são apenas aqueles em posições sociais privilegiadas do ponto de vista econômico que exploravam as mulheres, mas também são aqueles que faziam críticas à organização social, aos poderes e às desigualdades vigentes, que por sua vez eram escolhidas conforme a necessidade.

Estas posições podem ser percebidas em uma publicação própria do CEDIP, escrita e publicada no Jornal da Manhã de Criciúma. O trecho em questão é um texto de opinião intitulado “As mulheres ainda sofrem com a violência machista”, escrito por um homem, estudante e membro do Centro. Vejamos:

Apesar dos avanços liberatórios da mulher, observamos que a discriminação e os preconceitos machistas estão muito presentes em nossa sociedade. A dificuldade de vencê-los também é grande, pois, junto com a busca pelo espaço na sociedade, através do trabalho e da participação no campo político, a mulher não pode deixar de fazer os serviços do lar e ter a responsabilidade com os filhos [...] Não é uma luta isolada e sim, uma transformação da sociedade como um todo. A libertação da mulher não virá, se não acompanhada da liberdade do negro, do homossexual e da justiça social com a erradicação da miséria. Nossa visão para transformação da sociedade, deve ser do todo, abrangente, pois a luta fragmentada ou o pensamento fragmentado, não consegue chegar ao fim, se perdendo no meio do caminho.²³

²³ Recorte do Jornal da Manhã – 5 e 6 de outubro de 1986 - artigo de Félix Hobold (“As mulheres sofrem da violência machista”). CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

As contribuições de uma análise imbricada ou de consubstancialidade das relações sociais entre classe, gênero e raça, como pontuou Danièle Kergoat (2016), são de suma relevância, pois entendem que os mecanismos de opressão são processos que se constituem entrelaçados nas práticas sociais e, portanto, não devem ser colocados separadamente na análise. Todavia, apontar soluções para a situação da opressão da mulher baseado nas problemáticas econômicas ou ainda pontuar que a luta por reivindicações deve ser única, representada por um sujeito universal (o trabalhador), reforça novamente a inexistência de especificidades das mulheres, além de apagá-las dentro de um sujeito totalizante.

Mesmo que tenha apontado a necessidade de uma luta conjunta, com a participação de negros e homossexuais, o autor chama atenção para a não fragmentação da luta social baseada na classe. É importante destacar que apesar do autor abarcar a importância do debate sobre raça e sexualidade, no fim da escrita, ressalta a não fragmentação das lutas. Desse modo, aponta o reconhecimento das diferenças entre os sujeitos, mas essa diferença não deveria superar a classe, que seria a pauta mais importante de luta.

Nesse contexto, as pautas entendidas “fragmentadas” e organizadas a partir da década de 80 romperam em grande medida com a tradicional esquerda, e representaram uma resistência também aos movimentos considerados revolucionários, que lutavam por um mundo que, na análise de Beauvoir (2016), reafirmava a história da humanidade pela ótica masculina, um “mundo de valores” que pertenciam aos homens. Analisando essa problemática, Beauvoir (2016) teceu críticas aos teóricos do marxismo que insistiram em relacionar a causa da opressão das mulheres à criação da propriedade privada e, mais tarde, do sistema capitalista. Essas teorias influenciaram pensamentos das esquerdas, representando essa ideia do trecho escrito pelo CEDIP, que seria preciso unir as lutas e não fragmentá-las, a partir da ideia de que todos os sujeitos oprimidos tivessem reivindicações únicas.

Para a teórica francesa, o materialismo histórico se equivocou ao relacionar a propriedade privada com a derrota do feminino, pois “[...] é impossível *deduzir* a opressão da mulher a propriedade privada” (BEAUVOIR, 2016, p. 87). Sua argumentação identifica que caso as diferenças de classe fossem abolidas, permaneceria a diferenciação sexual, uma vez que, para os homens, as mulheres não são unicamente uma força produtora, mas no campo da cultura seriam reprodutoras da espécie, objeto sexual e, finalmente, que na ausência de classes ainda seria *o outro* do homem.

María Luisa Femenías (2000) respalda a crítica de Beauvoir ao marxismo e aos escritos de Engels, apontando para o equívoco de pensar que a “libertação da mulher só virá juntamente a erradicação da pobreza”. Nesta crítica, podemos enquadrar também o texto publicado pelo CEDIP no Jornal da Manhã, pois é errôneo relacionar diretamente:

A opressão das mulheres pela noção de propriedade privada, já que no marxismo também existe a opressão das mulheres. De fato, a oposição à questão feminina que encontraram entre suas companheiras já havia sido apontada por muitas mulheres [...]. (FEMENÍAS, 2000, p. 19, tradução nossa).²⁴

Tal opressão sobre as mulheres, ainda para Femenías, seria difundida para além do contexto econômico, abarcando também as esferas políticas e culturais, sendo esses elementos potencializadores da subordinação das mulheres, uma vez que capitalismo e patriarcado seriam sistemas que se retroalimentam continuamente (FEMENÍAS, 2000).

Outra publicação selecionada pelo CEDIP, todavia não de sua autoria, refere-se ao Jornal Movimento, um periódico brasileiro de São Paulo, conhecido por ter sido uma mídia alternativa no período da ditadura civil-militar, com interesses alinhados aos sindicatos e às causas dos movimentos populares. Na página selecionada e arquivada pelo CEDIP, aparece uma publicação escrita por um homem em resposta a uma crítica de uma leitora do jornal:

Mulher: Esposa e mãe, e não mero objeto sexual: [...] O sexo por ser sagrado, exige uma grande responsabilidade no seu uso, no que diz respeito à concepção: hoje em dia a mulher fala muito em ter controle sobre seu próprio corpo, e esta teoria está errada por que nosso corpo pertence somente ao nosso Criador Supremo (...) A mulher de hoje deveria pensar duas vezes antes de fazer uma reivindicação desse tipo, porque se

²⁴“La opreción de las mujeres de La noción de propiedad privada, puesto que em el marxismo también hay opreción de lãs mujeres. Em efecto, La oposición a La cuestión femenina que encontraron entre sus camaradas y a había sido señalada por muchas mujeres.

ela hoje existe é porque não foi abortada e sim fruto de uma união responsável de seus pais. A leitora poderia me dizer que a causa de existir uma grande parte dos marginalizados, principalmente menores, sem pais, é da não legalização do aborto (...) Quando um casal percebe que não tem condições de dar amor e educação para um filho, basta recorrer aos vários métodos de controle da natalidade. A mulher deveria valorizar-se um pouco mais, ocupando o seu lugar de esposa e mãe, e não se deixar usar como objeto sexual dos homens.²⁵

Podemos começar pontuando que o CEDIP ainda não havia iniciado suas atividades no ano de 1980, todavia é possível que o Centro tenha pesquisado publicações de jornais que considerasse como representativo de suas causas e reivindicações, como é o caso dessa publicação salvaguardada. A influência das pastorais católicas e da própria Teologia da Libertação na constituição da nova esquerda, na década de 80, é bastante importante e influenciou em grande medida suas pautas políticas, e esta aproximação pode ser percebida no caráter moral da publicação selecionada.

Conforme a análise de Scott (1995), as instituições sociais, incluindo aqui a mídia, auxiliam amplamente na perpetuação de símbolos culturalmente aceitos sobre o que significa ser homem ou mulher, projetando e estabilizando identidades sociais (SGARBIERE, 2006). Esses discursos produzidos pela instituição midiática corroboram com o processo constitutivo do sujeito e, de forma significativa, as desigualdades de gênero.

No trecho acima destacado, a ideia da mulher, esposa e mãe é aquela que cumpre seu lugar social no processo reprodutivo. Podemos perceber na matéria um esforço que legitima a função das mulheres em seu papel reprodutivo de mães e também de esposas de alguém, estando a mulher novamente na condição do *outro* (BEAUVOIR, 2016). Além disso, mesmo em um jornal alinhado a pautas das esquerdas, o casamento heterossexual é demonstrado como o único lugar legítimo de se ter um filho, estabelecendo uma fronteira de normalidade, “representada pelo par heterossexual, no qual a identidade masculina e a identidade feminina se ajustam as representações hegemônicas de cada

²⁵ Jornal Movimento – 9 a 15 de março de 1980. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

gênero” (LOURO, 2014, p. 84). Outro ponto que podemos observar é a repressão da sexualidade da mulher em favor da procriação e dentro do casamento.

Nesse sentido, há também na publicação uma problemática comum dentro da esquerda, que é a pauta do aborto e do controle dos corpos das mulheres. Conforme Alisa Del Re (2009), a pauta do aborto, mesmo dentro dos partidos de esquerda, foi interpretada como um drama ou uma tragédia, “e era a maternidade que ocupava o centro das preocupações” (DEL RE, 2009, p. 24). Assim, mesmo dentro de movimentos e partidos políticos com pautas supostamente revolucionárias, os posicionamentos sobre o aborto eram tradicionais, limitando a liberdade das mulheres decidirem sobre seus corpos e a escolha ou não da maternidade (DEL RE, 2009).

Historicamente, a situação das mulheres nos primórdios do cristianismo esteve atrelada a uma posição subalterna, onde o homem estava representado como a imagem e semelhança de Deus. O meio cultural e religioso legitimou lugares aceitáveis para as mulheres, justificando as desigualdades e os privilégios que estavam revestidos dos discursos do evangelho. Assim, podemos afirmar que mesmo em um jornal de produção supostamente contrária à opressão de classe, o discurso utilizado possui potentes ancoragens no gênero, reduzindo as mulheres à questão biológica, do casamento, da heterossexualidade compulsória, com a finalidade de salvaguardar a reprodução e o lugar central da mulher mãe.

Diante da análise do documento, podemos afirmar que o binarismo de gênero, a maternidade e o casamento compulsório aparecem no campo da normatividade, buscando regular os corpos das mulheres em favor de um processo reprodutivo dito legítimo e em favor da família baseada na norma burguesa. Além disso, esses efeitos simbólicos que delineiam os comportamentos revelam uma assimetria que idealiza comportamentos para as mulheres (PORTO, 2011).

Corroborando com esse simbolismo sexista, a imagem abaixo é uma charge selecionada e utilizada pelo Centro em seus cursos de fiscais de eleições sindicais e fazia parte do livreto intitulado *De Olho na Urna* (SILVA, 2006). Esse curso tinha como objetivo treinar os fiscais eleitorais que trabalhariam nas eleições sindicais para que ficassem atentos sobre possíveis fraudes. O livreto utilizado foi produzido por outro centro semelhante ao CEDIP, e “o fato de esses Centros estarem em constante diálogo, possibilitava uma grande circulação de materiais, de publicações de caráter popular” (SILVA, 2006, p. 60). A charge aponta que os fiscais deveriam ter total atenção nas urnas, e

independente do que acontecesse ao seu redor deveriam permanecer focados e em estado de viglância.

Figura 7 - De Olho na Urna



Fonte: SILVA, 2006, p. 63.

Na charge podemos identificar diversos homens em diferentes situações que poderiam desviar o foco do fiscal, como uma confusão envolvendo policiais militares, uma confusão generalizada entre os trabalhadores, uma situação atípica como um disco voador e, ainda, uma mulher nua. Na imagem, as mulheres são representadas uma única vez, no entanto, tal representação é acompanhada da nudez e da sexualização do feminino. A charge apontava que, qualquer que fosse a situação durante as eleições sindicais, nada disso poderia tirar a atenção do fiscal da urna.

Os homens, na charge, estão representados em situações de disputas corporais, como trabalhadores e como policiais, no entanto a mulher está representada apenas em sua nudez, um corpo sexualizado, capaz de seduzir os homens e distraí-los de sua função, quase uma Eva que tentou Adão no paraíso. Na imagem, a mulher não aparece como trabalhadora, mas é representada apenas como um corpo despido, com capacidade em potencial de desvirtuar os homens de sua missão civilizatória:

Com essa compreensão, desvelamos o lugar da mulher em sociedade como sendo pautado, ainda, por seu corpo, enquanto que o homem é baseado por seu trabalho. Tal espaço caracteriza-se como o lugar em que a mulher se resume à sua individualidade e sexualidade; já o homem, por sua criatividade e construção da sociedade (CAMPAGNARO, 2019, p. 30).

Por meio da análise de Perrot (1988), podemos perceber que historicamente, no ocidente contemporâneo, as mulheres foram representadas como aquelas que não operam na razão lúcida, mas são aquelas consideradas perigosas, que agem nas “sombras”, na “cama”, que levam os homens a tomarem decisões erradas a partir de sua capacidade manipuladora. Essa representação faz uma analogia a Eva do cristianismo, que, como pontuou Scott (1995), representa um símbolo culturalmente disponível sobre o que é ser mulher, em oposição a Maria, a mãe. Conforme Perrot:

Essas representações são numerosas e antigas, mas muitas vezes recorrentes. Elas modulam a aula inaugural do Gênesis, que apresenta a potência sedutora da Eva. A mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das

sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno, da ordem e da razão lúcida [...] (PERROT, 1988, p. 177-178).

As mulheres nessas representações são consideradas uma ameaça para a ordem pública dos homens, pois “[...] as mulheres puxam os fiozinhos dos bastidores enquanto os pobres homens, como marionetes mexem-se na cena pública” (PERROT, 1988, p. 178). Nesse sentido, Marcela Lagarde y de los Ríos (2005) analisa o que ela denomina de cativéis das mulheres latino-americanas. A autora constrói a ideia de cativél como uma categoria epistemológica para explicar a situação das mulheres no interior de uma sociedade patriarcal e sexista. Para Lagarde, as mulheres estão socialmente presas em possibilidades limitadas, chamadas de cativéis, não conseguindo se desvencilhar de uma de suas representações que são, nas palavras da autora, as de mães e esposas, religiosas, putas, presas ou loucas. Conforme a autora:

Essa dificuldade de as mulheres se tornarem sujeitos constitui um desamparo aprendido. Eu chamei de expressão político-cultural da condição da mulher cativa. As mulheres são cativas de seu status de mulheres. As mulheres são cativas de sua condição genérica no mundo patriarcal (LAGARDE, 2005, p. 36, tradução nossa)²⁶.

Para Lagarde (2005), o corpo da mulher é onde culturalmente se materializa esses cativéis, que são “a expressão político cultural da condição histórica de gênero da mulher, e se caracterizam pela opressão e privação da liberdade da mulher nos espaços sociais” (RODRIGUES, 2016, p. 30). Nesse sentido, as mulheres estariam aprisionadas em vidas estereotipadas, marcadas pelo sexismo e sem chances de fuga (LAGARDE, 2005). A partir dessa análise, podemos afirmar que a charge escolhida pelo CEDIP, para fins pedagógicos, reproduzia a mulher no interior destes cativéis, pois ela não está representada como uma trabalhadora, mas como um corpo sexualizado que está ali para servir e distrair os homens de seu processo emancipatório.

²⁶ “Esta dificultad de las mujeres para constituirse em sujetos constituye la impotencia aprendida. He llamado cautiverio a la expresión político-cultural de la condición de la mujer. Las mujeres están cautivas de su condición genérica en el mundo patriarcal.”

Conforme debatido anteriormente, o Centro se autodefinia como um lugar que visava assessorar “na luta dos movimentos e entidades populares, pastorais e sindicais”, promovendo cursos, debates e seminários, além de “incentivar a participação, organização e solidariedade dos trabalhadores”.²⁷ Nesse sentido, o CEDIP assessorou donas de casa e esposas de mineiros durante as greves e também em outros protestos, como no boicote da carne, organizado em relação aos altos preços deste gênero alimentício praticados em Criciúma no ano de 1985. Sobre estas ações, encontramos um documento convocatório destinado às mulheres que chamava para a discussão de temáticas relacionadas à suposta condição feminina:

Nos últimos anos muitos grupos de mulheres vêm se organizando em Clubes de Mães, em Grupos de Mulheres, na luta por creche, etc... As mulheres enfrentam problemas específicos, isto é, problemas que as atingem pelo fato de serem mulheres, mulheres da classe trabalhadora. Estes problemas atingem a mulher enquanto dona de casa, enquanto mãe, enquanto mulher. Por isso estamos convidando você para começar a discutir esses problemas pois não podemos continuar a parte desta situação. Queremos conversar de perto sobre nós mulheres, nosso dia-a-dia e nossa participação na comunidade.²⁸

O panfleto informativo ainda trazia as pautas que seriam discutidas nos encontros, sendo elas: histórico do Dia da Mulher, condição da mulher popular na família, trabalho, saúde e sexualidade. O recado termina dizendo que é muito importante que as esposas dos mineiros participassem das reuniões. No texto destacado se percebe a essencialização do feminino a partir dos cativeiros apontados por Lagarde (2006), em que as mulheres aparecem exclusivamente como esposas e mães, presas a essa essência, sendo consideradas as responsáveis pelos cuidados da família e, no caso do panfleto, também pela reivindicação de creches.

Os homens, nesse discurso, estão isentos dos cuidados e liberados das preocupações com a creche dos filhos. Conforme Lagarde (2006),

²⁷ Flyer - CEDIP – “O que é o CEDIP?” 1990. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

²⁸ Boicote da Carne – 1985/1986. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

esse cativo de *madresposa* é construído em torno de definições essencialistas e positivadas, ressaltando “[...] sua sexualidade procriadora e sua relação de dependência vital com os outros através da maternidade, filiação e conjugalidade” (LAGARDE, 2006, p. 38, tradução nossa)²⁹. Nesse sentido, cativo com os cuidados com as crianças é “sintetizado como uma função natural, derivada de processos fisiológicos e hormonais [...]” (LAGARDE, 2006, p. 120, tradução nossa)³⁰.

Outro panfleto, também direcionado às mulheres donas de casa, traz o movimento organizado do “boicote da carne”, junto com várias receitas para que as mulheres substituíssem a carne na alimentação da família:

MULHERES: Todas juntas no boicote a carne: do dia 08 ao dia 18 nada de carne.
 Juntas somos fortes
 -Carne para todos
 -Pela diminuição do preço da carne
 -Pelo fim da fiscalização federal que onera o preço da carne ao consumidor
 -Pela implantação do DECOM em nossa cidade
 -Por melhores condições de vida para todo o povo
 -Por um salário justo e digno
-Dona de casa: venha lutar por seus direitos e assumir suas obrigações.³¹ (grifo nosso)

Não sabemos ao certo em que medida o CEDIP assessorou esses grupos de mulheres em suas reivindicações, mas é possível que tais discussões fossem mediadas por seus membros, principalmente, no que diz respeito às discussões sobre saúde, sexualidade e trabalho. O mais relevante, no entanto, é identificar aqui como as classes trabalhadoras e populares também são “capturadas” por discursos normativos de gênero, naturalizando a condição das mulheres como mães, esposas e responsáveis pelas famílias, inclusive por sua alimentação.

Assim, no trecho destacado se percebe a mulher como a maior, se não única, responsável pela alimentação da família, naturalizando o

²⁹ “[...] su sexualidade procreadora, y su relación de dependencia vital de los otros por medio de la maternidad, la filiatidad y la conyugalidad.”

³⁰ Sintetizado como función natural, derivada de procesos fisiológicos y hormonales.

³¹ Boicote da Carne – 1985/1986. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

trabalho de cuidados. Conforme Lagarde (2006), há uma naturalização do trabalho das mulheres com satisfação das necessidades humanas, reiterando a necessidade constante de executar o “trabalho doméstico, afazeres domésticos, puericultura, cuidado do marido, procriação” (LAGARDE, 2006, p. 120, 121, tradução nossa)³², ou seja, todo aquele trabalho que reproduz a vida no espaço privado.

Conforme Sara Campagnaro (2019), há uma constante naturalização da existência de uma mãe e uma esposa no interior de cada mulher, normatizando seu lugar na esfera de cuidados onde “aprendem a servir voluntariamente pelo investimento de sua energia vital em prol de outras pessoas, mesmo sem receber reconhecimento por esse trabalho” (CAMPAGNARO, 2019, p. 08). Nesse sentido, Perrot (1988) em sua análise sobre as mulheres donas de casa demonstrou como elas acumulam o poder de fiscalizar e vigiar os preços da alimentação da família, garantindo a reprodução de futuros trabalhadores saudáveis, bem alimentados e aptos ao trabalho. Assim:

[...] Elas vigiam os preços, atentas à menor variação, aceitando apenas as altas sazonais, ligadas à fatalidade da natureza. Em caso de preços excessivos, elas se revoltam. Os motins por alimentos, grande forma de motim popular ainda no século XIX, são quase sempre desencadeados e animados pelas mulheres [...] Sua vigilância se exerce nos mercados, grande local das mulheres. Aí fiscalizam permanentemente as qualidades e quantidades, a regularidade dos abastecimentos e o nível dos preços. (PERROT, 1988, p. 204-205).

A partir das discussões da autora, podemos identificar que esse papel também era desempenhado pelas mulheres do movimento do “boicote da carne” em Criciúma, enquadrandoas mulheres em sua função de cuidados com a família, com os filhos e com o marido, em outras palavras, com o futuro da nação. Enquanto os homens permaneciam na função do trabalho produtivo, valorizado e remunerado socialmente, as mulheres estariam condicionadas à servidão doméstica e ao trabalho relacionado à reprodução da família, um “trabalho não contabilizado, não remunerado da dona de casa” (PERROT, 1988, p. 230).

³² “Trabajo doméstico, que haceres domésticos, cuidado de niños, cuidado del marido, procreación.”

Assim, as mulheres até poderiam estar no espaço público e lutando nas reivindicações populares, desde que isso fosse apenas uma extensão de suas atividades no privado, não rompendo com sua condição de mulher/mãe e esposa de alguém. Em suma, “apesar das conquistas [das classes populares] no campo do trabalho, ainda se espera das mulheres o papel de esposa e mãe, ou seja, o papel de cuidadora e reprodutora” (CAMPAGNARO, 2019, p. 33). Similarmente, para Lagarde (2005), em nossa sociedade patriarcal e sexista, as mulheres precisam existir dentro de normas limitadas, fazendo parte de suas experiências cotidianas a opressão masculina e a aceitação de sua condição de mãe e esposa.

Outro elemento que pautou a atuação do CEDIP com relação às mulheres foi sua articulação com o espaço da saúde. Segundo Silva (2006), o CEDIP pretendia articular movimentos populares, pastorais e outros setores que tivessem interesse nas lutas dos trabalhadores, incluindo membros da comissão de saúde dos bairros. Para Silva (2006), as atividades e cursos promovidos pelo CEDIP se fortaleceram a partir de 1985, utilizando muitas cartilhas da CUT como material didático. Para o autor:

As vitórias das oposições sindicais do Sindicato dos Vestuaristas, em 1985, dos mineiros de Criciúma, em 1986, e do Rio Maina, em 1988, impulsionaram muito as atividades de assessoria e formação realizadas pela equipe do Centro [...] (SILVA, 2006, p. 68).

Um dos documentos encontrados no acervo do CEDIP se refere a essa assessoria à comissão de saúde do Rio Maina. O material traz a importância dos movimentos populares dentro da comunidade, das problemáticas de saúde e, por fim, apresenta para as mulheres o “Grupo de Gestante”:

Você é nossa convidada para participar do grupo de gestante, na unidade regional de saúde do Rio Maina. O objetivo deste grupo é discutirmos sobre os problemas que ocorrem na gravidez, como ocorre a concepção, a amamentação, o parto e outros [...] Compareça.³³

³³ Voz do povo do Rio Maina – comissão de Saúde, n. 1 – agosto de 1985. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

As pautas discutidas nas reuniões quinzenais com as mulheres gestantes seriam “Corpo humano, homem e mulher”, “concepção”, “desenvolvimento da criança”, “desconfortos na gravidez”, “amamentação”, “alimentação da grávida”, “anticoncepção”, “parto e puerpério”, “alimentação da criança até o 6º mês” e “exercícios preparatórios para o parto”. Enquanto os homens aparecem representados na capa do folheto informativo sobre o “movimento comunitário”, se preocupando com os problemas da comunidade, as mulheres aparecem relacionadas a sua condição naturalizada de mãe, responsáveis pelas crianças. Assim, no documento, para além da gestação, elas ainda seriam convocadas a aprender sobre alimentação da criança, seu desenvolvimento e como prevenir futuras gestações, recaindo sobre elas os problemas dos cuidados, da concepção e da contracepção.

Para Tronto (1997), esse trabalho de cuidados com crianças é de modo compulsório atrelado às mulheres, sendo ele entendido como diretamente relacionado à capacidade reprodutiva das mulheres. Assim, de acordo com sua análise, todo o trabalho de cuidar das crianças fica atrelado às mulheres no espaço privado que está em oposição ao trabalho dos homens, produtivo e no espaço público.

Nesse sentido, ações que visam prestar uma assistência às mulheres se constroem baseadas no entendimento primeiro da mulher como mãe, que, além de tutelar, entende que os cuidados com os filhos devem estar circunscritos à esfera privada. Ainda para Tronto (1997), o ato de cuidar de alguém é muito demarcado às mulheres, que assumem as responsabilidades das necessidades básicas de outra pessoa, dando sentido às relações hierárquicas de gênero e alinhando funções dentro das famílias.

Para Badinter (2011), a ideologia maternalista constrói uma naturalização da vocação materna, pontuando que as necessidades da criança estão no centro da vida da mulher, reforçando a suposta essência feminina para os cuidados. Esse ideal da maternidade também não questiona o porquê de apenas as mulheres serem convocadas a aprender tudo o que está relacionado aos cuidados com as crianças e com a prevenção da gestação, recaindo sobre elas também a responsabilidade da contracepção.

Por fim, podemos compreender que os discursos que invisibilizam as mulheres, produzidos por sujeitos e instituições sociais, são utilizados também pelos movimentos populares alinhados à esquerda, como o CEDIP. Apesar de algumas tentativas de seus membros, principalmente nos anos 90, com a fase mais acadêmica do CEDIP, de incluir temáticas relacionadas às mulheres, elas ainda são o “rodapé” dessa história, como “o Dia da Mulher”. A maternidade ainda é o cativo das mulheres, como revelou Lagarde (2005), e é desse cativo que falaremos adiante.

4.2 CONCEBENDO A MISSÃO DAS MULHERES ATRAVÉS DA MATERNIDADE E DA AMAMENTAÇÃO

Em diversos textos políticos a ação do CEDIP, diante das camadas populares, sustentava uma aproximação positiva com homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras. No entanto, ao analisarmos alguns documentos, especialmente aqueles que discutiam a questão da mulher, encontramos certas contradições que incidem sobre essa atuação. O Centro salvaguardou diversos documentos referentes à maternidade, que tecem sobre um ideal de mulher e mãe baseado na norma e na forma de vida burguesa.

As cartilhas selecionadas pelo Centro refletem, de certa forma, sua atuação de assessoria à classe trabalhadora, principalmente o serviço assistencial prestado às mulheres. A partir desta constatação, buscamos entender, neste tópico, uma dicotomia existente em discursos utilizados pelas classes populares e movimentos sociais, que ao mesmo tempo em que defendem a emancipação da classe trabalhadora e, portanto, das mulheres, incorporaram um ideal burguês quando se referiam às questões da maternidade e da infância.

É importante pontuar que a abordagem realizada adiante, diante dos documentos sobre as construções de maternidade, não objetiva questionar estudos e pesquisas científicas sobre amamentação, tampouco os benefícios ou não do aleitamento materno para mãe e para o bebê. Todavia, buscamos problematizar a ideologia maternalista que se constituiu a partir de uma medicina masculinista e que corroborou no processo de confinamento das mulheres no espaço doméstico e nas atividades de cuidados, enquanto os homens ficaram livres para circular no espaço público, mais valorizado. Para tal, discutimos a maternidade a partir de sua historicidade, questionando aspectos considerados supostamente naturais e que foram ensinados às mulheres como parte de suas atribuições de gênero no interior das famílias.

Assim, para pensar a questão materno-infantil nos discursos para as classes trabalhadoras, apresentamos um texto sobre a maternidade que foca a atuação da mãe na questão do aleitamento. De acordo com o referido trecho:

Saúde da criança – ALEITAMENTO MATERNO: **Toda mãe deve saber com certeza que o leite materno é o mais completo alimento para o bebê** durante os primeiros quatro ou seis meses de vida. Ele dá resistência e imunidade protegendo o bebê contra diarreia, tosses, resfriados e outras doenças comuns, além de suprir todas as necessidades alimentares. Ou seja, o leite materno tem tudo o que o recém-nascido precisa em termos de nutrientes nos primeiros meses de vida e ainda evita muitas doenças. Em situações normais o aleitamento materno não precisa de nenhum tipo de complemento como chás açucarados ou outras misturas.³⁴ (grifo nosso)

O trecho acima destacado, sobre aleitamento materno, foi escrito por um médico homem³⁵ e circulou no pequeno jornal do Órgão Informativo dos Trabalhadores da Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (CBCA). Esse jornaleco trazia informações aos trabalhadores mineiros sobre trabalho, prevenção de doenças, condições de vida e problemáticas do setor carbonífero. Constantemente recebia também publicações de membros do CEDIP que contribuía com as temáticas políticas e outras consideradas de interesse da classe trabalhadora.

No excerto que abre esta seção, intitulado “saúde das crianças”, o médico dirige sua discussão sobre a maternagem exclusivamente às mulheres, pois elas eram consideradas as principais responsáveis pelas crianças e por maternar. Nesse sentido, os pais, homens, eram liberados pelo médico do trabalho de cuidados com o bem-estar e saúde de seus filhos, pois entendia que só a mulher era capaz de cuidar. Com objetivo pedagógico, o médico buscou instruir as mães sobre como deveria ser o

³⁴ Jornal CBCA Hoje, ano I – n° 4, abril/maio/junho – 1992. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

³⁵ O médico Diogo Silva é um pediatra que trabalhou como médico na prefeitura de Criciúma, atuando na CBCA e atendendo os trabalhadores mineiros e suas famílias.

processo de amamentação, a partir de uma total dedicação das mulheres à criança recém-nascida.

Ao dedicar tal texto às mulheres, o médico desconsiderava as condições objetivas das mulheres das camadas populares, que desde sempre precisaram trabalhar para contribuir no orçamento doméstico. Também naturalizou a ideia de que as mães “com certeza” sabiam o que era melhor para suas crianças, no caso, o leite materno. Essa era uma visão familiarista, pois entendia que uma mulher, casada e com filhos, teria suas necessidades, bem como a de seus filhos, supridas pelo salário do homem trabalhador. Ou seja, havia uma interpretação de que a mãe, por esse motivo, pudesse oferecer total atenção e tempo na criação de sua prole.

Na continuação da mesma publicação e diante da realidade das mulheres trabalhadoras, que não era considerada, o médico ainda acrescenta dicas e orientações sobre como amamentar:

ORIENTAÇÕES DE COMO AMAMENTAR SEU FILHO: O bebê deve começar a mamar imediatamente após o nascimento. Praticamente todas as mães podem amamentar seus bebês. O bebê deve pegar o seio de maneira correta. A mãe deve estar em posição confortável e em ambiente tranquilo, cuidando sempre para que o seio não prejudique a respiração do bebê, que deve estar com o nariz sempre limpo. O bebê deve mamar com a frequência que desejar, tanto durante o dia como à noite. O choro não significa que o bebê necessita de outro tipo de alimentação (misturas com leite de vaca, leite em pó e outros). Geralmente o bebê está reivindicando colo e carinho. Em caso de dúvidas, consulte um médico ou pessoa experiente. Baseando-se nestas orientações, **as mães devem estar sempre prontas para amamentar os seus bebês, pois com isso eles serão crianças fortes e saudáveis.**³⁶(grifo nosso)

Nota-se uma ambivalência na afirmação de que o bebê deve mamar na frequência que desejar, pois essa possibilidade só seria viável para uma mulher livre do trabalho remunerado e que poderia, se

³⁶ Jornal CBCA Hoje, ano I – n° 4, abril/maio/junho – 1992. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

quisesse, atender a esses horários flexíveis da criança. A publicação foi escrita em um jornal da classe trabalhadora e, todavia, não levou em consideração o cotidiano laboral e/ou doméstico das mulheres a quem se dirigia, idealizando amamentação a partir de um modelo que entendia a mulher exclusivamente como dona de casa.

Na análise de Tronto (1997), no ocidente contemporâneo as noções de cuidados são profundamente demarcadas pela desigualdade de gênero. Esse roteiro tradicional propagado, em grande medida, pela medicina masculinista e arquitetada por homens, pressupõe que as mulheres “cuidem de”, cuidem de seus filhos, enquanto os homens “cuidam com”, o cuidado com questões que não envolvem um sujeito específico, mas sim questões mais importantes, como política, trabalho, economia. No caso analisado, estão tendo cuidado com questões como o trabalho realizado no espaço público, por exemplo. Assim, as mulheres devem “[...] responder as necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais dos outros” (TRONTO, 1997, p. 188).

O cuidado com as crianças está para além da amamentação e mesmo assim ele é naturalizado às mulheres. Mesmo quando os bebês querem apenas “colo e carinho”, como aponta o médico, são as mulheres as convocadas a realizar tal missão. Esse direcionamento das mulheres aos cuidados parte do pressuposto que elas “devem estar sempre prontas” a cuidar, naturalizando a divisão social entre o que seriam os mundos masculinos e femininos, no qual um é público e outro é privado. Como afirma Arend (2013):

A mãe/dona de casa torna-se responsável pela maternagem e educação das crianças, assim como pelo gerenciamento e/ou execução das atividades que se sucedem no âmbito do espaço doméstico [...] Aos homens, por sua vez, foi atribuída a função de provedor do lar [...] Estas relações sociais configuram uma esfera pública associada ao masculino e outra, privada, relacionada ao feminino (ARENDA, 2013, p. 151)

Por fim, discursos, como os acima proferidos pelo médico, atribuem às mulheres a maternagem e o gerenciamento da família no espaço doméstico, responsabilizando-as também pelo futuro da nação, que por sua vez seria materializado pelos sujeitos adultos que um dia seriam trabalhadores. Cabia a elas a missão e a dedicação total de criar

as crianças para que se desenvolvessem fortes e saudáveis, de acordo com os parâmetros da medicina.

Conforme ressalta Foucault (2018), os sujeitos são disciplinados desde a infância para atender a demanda nacional por futuros trabalhadores que, saudáveis, produziram as riquezas necessárias para o desenvolvimento nacional. No discurso produzido pelo médico, ainda, é possível identificar a total anulação da mulher como sujeito, pois ela deveria se dedicar integralmente ao cuidar.

Em frases como “a mãe deve estar em posição confortável e em ambiente tranquilo, cuidando sempre para que o seio não prejudique a respiração do bebê”, percebemos que o elemento central da amamentação é a criança, pois em nenhum momento o médico debate que este ato pode ser desconfortável e doloroso para as mulheres. Amamentar, em seu entendimento, é algo natural, do qual a mulher não pode se eximir ou contestar, devendo se entregar totalmente à criança, mesmo que isso seja algo incômodo.

Outros documentos utilizados e arquivados pelo CEDIP³⁷, e que provavelmente foram usados em parcerias com instituições de saúde, se referem ao Departamento Autônomo de Saúde Pública (DASP)³⁸, por meio do Programa de Saúde Materno-Infantil de Santa Catarina de 1983. O Programa se alinhava ao objetivo de outros programas de assistência, como o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança (PAISMC). Em um de seus documentos, de caráter pedagógico, o programa reproduz estereótipos relacionados às mulheres mães e a responsabilização delas com relação aos cuidados.

COLOSTRO é o nome que se dá ao primeiro leite, Transparente e de cor amarelada, ele protege o recém-nascido contra infecções.

³⁷ Essas cartilhas foram encontradas em maior quantidade, de forma repetida nos documentos do CEDIP e em caixas diferentes, o que pode demonstrar a importância dada a esses documentos sobre a maternidade.

³⁸ O Departamento Autônomo de Saúde Pública (DASP) surgiu como parte de um esquema voltado à saúde pública no governo de Nereu Ramos (1935-1945) em Santa Catarina e funcionou por aproximadamente cinquenta anos. Nereu Ramos alinhou sua conduta política ao governo federal e buscou priorizar a saúde pública em um período de muitas crises na saúde devido ao aparecimento de muitas doenças que se propagavam entre a população. Em Florianópolis, o DASP funcionou em uma estrutura para atendimentos à saúde, realização de exames e serviços de saúde. Atualmente o prédio em que funcionou o DASP foi tombado e é considerado um patrimônio histórico.

1. Uma criança amamentada pela mãe cresce mais forte, mais sadia, pois está protegida de doenças como diarreia, desidratação, desnutrição, etc.
2. O leite materno está sempre prontinho, na temperatura e gosto ideais para o bebê. Possui todas as vitaminas necessárias e não custa nada.
3. Não deixe de amamentar por muito tempo, pois os seios ficam cheios, doloridos, e o leite pode empedrar. Quanto mais você amamentar, mais leite terá.
4. O bebê não entende de horário, por isso deixe-o mamar quando quiser. E não esqueça: o desmame **nunca** deve ser feito antes da criança completar **seis meses**.³⁹

O escrito acima destacado, mais uma vez, revela um ideal tradicional de maternidade no qual a mãe é apresentada em um estado de contemplação e satisfação ao fornecer o alimento considerado tão indispensável para o filho, evocando “uma maternidade social que a mulher é ensinada a desenvolver” (TAVARES; DELGADO, 2012, p. 80). Podemos identificar que a noção de maternidade presente no texto é conflituosa se comparada com o público a qual se destina, há nele uma maternidade ideal *versus* a situação real da mulher trabalhadora.

Segundo o trecho destacado, a responsabilidade da saúde das crianças é da mãe e depende, em grande medida, nos primeiros meses, da amamentação. Caso isso não ocorra, ela se tornava a responsável direta pelas possíveis doenças que o filho viesse a desenvolver, mesmo que já na fase adulta, pois esta seria um reflexo do desleixo dos cuidados na infância. Outra contradição/idealização é o discurso que afirma que a amamentação “não custa nada”. Ela até pode “não custar nada” para uma mulher pertencente a uma classe social mais abastada, que não necessite que ela trabalhe fora, já para a mulher trabalhadora ela custa uma dedicação e tempo de trabalho, já que estar à disposição da criança significa colocar em segundo plano a vida laboral, por exemplo.

Da mesma forma, ao afirmar que as mulheres não podem deixar de amamentar antes dos seis meses, o médico desconsiderava que a licença maternidade entre as trabalhadoras formais era de apenas quatro meses, enquanto para as informais, como domésticas, lavadeiras,

³⁹ Programa de Saúde Materno-infantil, 1983. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

cozinheiras, passadeiras, etc., o ato de não trabalhar implica não receber remuneração, em seu mundo laboral não há segurança alguma em torno da maternidade.

Além desses elementos, outro ainda pode ser mobilizado na análise, o processo de frustração e culpabilização que as mães podem desenvolver ao não alcançar as práticas ditadas pelo Programa. Assim, muitas mulheres que não conseguem se dedicar integralmente à maternidade, por vários motivos, sentem-se culpadas por não conseguirem amamentar até os seis meses, supostamente negando a eles afeto e atenção.

Essa regulação da maternidade, idealizada por um padrão burguês e ratificada pela ciência, é constantemente propagada em discursos e ações de caráter educativo e assistencial, que dificultam seu entendimento como construção social e portanto não naturalizada (MEYER, 2000). Desse modo, tais áreas podem potencializar as desigualdades de gênero por meio de suas ações políticas, pois entendem tanto as mulheres mães como suas famílias a partir de um modelo homogeneizado e naturalizado.

Para Anne Cova (2005), historicamente, os diversos discursos médicos, construídos sobre as mulheres, incluindo os de ordem sanitária, utilizaram a anatomia do corpo para impor uma maternidade compulsória, politizando “os seios, as ancas generosas para receber o feto, não deixam pairar nenhuma dúvida: a mulher é concebida para ser mãe” (COVA, 2005, p. 168). O corpo das mulheres, desse modo, é entendido e representado como algo perfeitamente elaborado pela “natureza” para sua missão “natural” que seria se dedicar inteiramente à função de mães e cuidadoras (COVA, 2005).

Ademais, as cartilhas também evidenciavam as precauções que as mulheres deveriam ter com o preparo dos seios antes mesmo do bebê chegar, como pontuado no trecho a seguir:

Os cuidados com os seios começam antes do bebê chegar

Os seios devem ser preparados para amamentar ainda durante a gestação. As instruções, que damos a seguir, deverão ser feitas a partir do 7º mês de gravidez. Dessa forma você terá uma amamentação mais fácil e muito menos dolorida. Massageie os seios, fazendo pressão para os lados, com ou sem qualquer tipo de óleo. Use sempre sutias confortáveis. E, uma vez por dia, puxe o bico dos seios para fora (sem causar dor) de 10 a

20 vezes seguidas. Procure maiores informações nos Centros de Saúde. Você e seu bebê são importantes para nós.⁴⁰

Aqui as diretrizes apontadas pelo Programa são científicistas e instrumentais. Em outras palavras, a mulher representa um corpo que precisa ser preparado e treinado para satisfazer os desejos de outro ser. Por meio de treinamento e da repetição, ela deveria preparar seu corpo para o bem-estar da criança, sua função é instrumental, pois ela é entendida como o veículo capaz de suprir as necessidades biológicas do recém-nascido, não devendo se furtar de cumprir tal papel.

De acordo com Maria Martha de Luna Freire (2008), a medicina, desde o final do século XIX, difundiu entre a população o processo científico de cuidar de crianças, e para isso diversos materiais de caráter pedagógico ganhavam espaço no intuito de ensinar as mulheres a serem mães. Mais do que discutir uma fisiologia infantil e questões de amamentação, esses materiais objetivavam construir um ideal de maternidade saudável e, em suma, controlar os comportamentos das mulheres mães, delegando a elas todas as funções do cuidar, isentando os homens do “honrado” trabalho de cuidados que as mulheres deveriam realizar (FREIRE, 2008).

Nesse modelo há uma interpretação da inegociável conduta que as mulheres precisam seguir, “as responsabilidades maternas começam, assim, desde a concepção da criança” (BADINTER, 2011, p. 82) e as mulheres são alçadas à condição de únicas responsáveis por toda a saúde desse bebê que está para chegar.

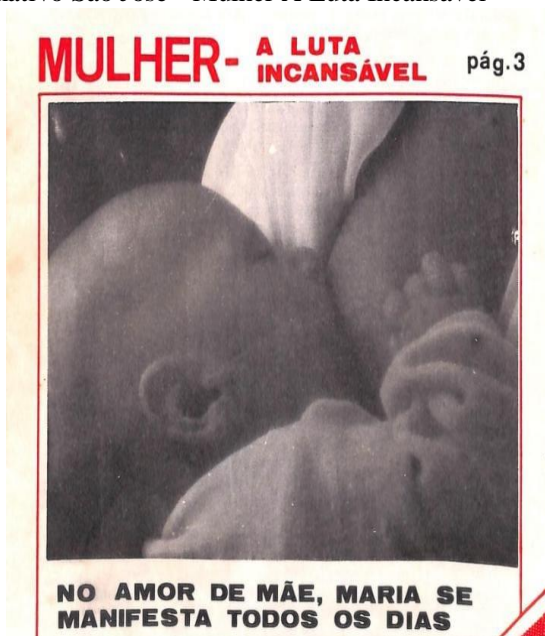
Outro documento encontrado no arquivo do CEDIP, mas não de sua autoria, refere-se ao Informativo São José, da Pastoral Católica. Segundo Silva (2006), a relação dos membros do CEDIP era alinhada a diversas pastorais católicas, como a operária, de jovens e de bairros, pois muitos de seus integrantes pertenciam ao movimento pastoral. Assim, constantemente se realizavam atos em conjunto entre membros do Centro e das pastorais, como grupos de reflexão e até manifestações que objetivavam lutar por salários mais justos, estabilidade e melhores condições de trabalho (SILVA, 2006).

A cartilha selecionada e publicada em maio de 1989 apresenta em sua capa a ilustração da amamentação. O objetivo da pastoral católica naquele mês seria “trazer claramente a realidade da mulher brasileira.

⁴⁰ Programa de Saúde Materno-infantil, 1983. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

Não só a mulher dona de casa, mas a trabalhadora, lutadora e acima de tudo, mãe [...]”.⁴¹ Podemos analisar a capa seguida da legenda que remete ao ideal cristão de mulher e mãe.

Figura 8 - Informativo São José - Mulher A Luta Incansável



Fonte: Informativo São José (Acervo CEDIP – CEDOC/UNESC)

Nesta representação, a mulher aparece em uma analogia à Virgem Maria, o que significa uma santificação da maternidade. A mulher é entendida como aquela que precisa amar incondicionalmente e que pode “padecer no paraíso” por sua condição de mãe dedicada e zelosa. Essa condição também entra em contradição com a mulher trabalhadora que não pode oferecer os cuidados de modo incondicional.

Assim, por meio da positivação da imagem de mãe e de amor incondicional, no discurso cristão ocidental, a mulher vai sendo sacralizada no arquétipo da Virgem Maria (ALMEIDA, 2007). Nessa significação, os preceitos religiosos e cristãos associaram à figura da

⁴¹ Informativo São José (Órgão de divulgação da Paróquia São José – Criciúma), ano I – n° 2, maio/junho de 1989. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

mulher e da mãe a noção de pureza, de santidade, tal qual a imagem da Virgem Maria, que por sua vez deveria ser seguida (ALMEIDA, 2007).

Em uma tentativa de tornar homogênea a conduta da mulher, no ideal cristão, era preciso tornar seu gênero “[...] dócil, delicado, maternal, submisso, doce, puro e suave, fortalecendo as supostas virtudes femininas” (AMARAL, 2008, p. 928). Na análise de Fabrícia Machado Fernandes (2014), a comparação das mulheres a esses elementos místicos e religiosos para pautar uma “natureza feminina” reforçaram e cristalizaram uma sociedade hegemonicamente masculina, em uma relação na qual os homens são os responsáveis pela economia da família e as mulheres pela procriação e pelos cuidados com os filhos (FERNANDES, 2014).

Ainda na cartilha anterior intitulada “Mulher - A luta Incansável”, problematiza-se que o trabalho das mulheres realizado no lar é um trabalho desvalorizado e não reconhecido socialmente. Destacamos os seguintes trechos:

Neste mês, o Informativo São José traz claramente a realidade da mulher brasileira. Não só a mulher dona de casa, mas a trabalhadora, lutadora e acima de tudo, mãe; mas como aquela que acompanhou seu filho até a morte na cruz [...] Sabendo também da situação crítica dos mineiros e professores, devemos lembrar das mulheres, que aflitas, ficam em casa torcendo por seus maridos e fazendo quase que um milagre para alimentar seus filhos. (Informativo São José, 1989)

Maio – Maria, Mãe, Mulher, Trabalho Maio, um mês tão sugestivo que nos lembra tanto Maria. Maria, imagem de mãe que representa a força da mulher. Mulher que representa movimento, trabalho. Trabalho por ela exercido e tão pouco reconhecido. Maria – Mãe-mulher. Não podemos esquecer que elas são hoje, à frente de tudo o que lembra luta, esperança, coragem, desempenho [...] (Informativo São José, 1989).

É chegada a hora de todas as Mulheres – Mãe – Marias, fazerem valer seu movimento de vida. O trabalho por ela exercido, deve ser visto como fruto de sua dignidade...⁴²

⁴² Informativo São José (Órgão de divulgação da Paróquia São José – Criciúma), ano I – n° 2, maio/junho de 1989. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

A ideia de “acima de tudo MÃE”, difundida no informativo, reforça o papel das mulheres como aqueles sujeitos que apenas ficam no lar torcendo pelos maridos e alimentando os filhos. Propaga, ainda, que esses seriam atos suficientes para o alcance da felicidade das mulheres. Outra problemática que podemos analisar é a ideia de que as mulheres se realizam pelo sucesso de outrem, nesse caso, ficam em casa “torcendo pelos maridos” e se realizariam por meio das conquistas deles.

De acordo com Lagarde (2005), nesse contexto de realização cruzada, a felicidade das mulheres seria construída na base no cativo da maternidade e do casamento, pois ambas as instituições formariam o lugar ideal da feminilidade, naturalizando a atuação das mulheres nas relações sociais, por meio dos cuidados despendidos a alguém (LAGARDE, 2005). Para a autora:

A mulher se reproduz sendo mulher, isto é; mãe-esposa, como ser –dos – outros, dando vida aos outros – cuidando, alimentando, amamentando, sendo testemunha e vigilante de suas vidas. Dessa forma, ela obtém a atenção econômica, social, emocional e erótica do outro, que se relaciona com ela a partir de sua capacidade de gratificar suas necessidades, como consolo, como espaço de cuidado (LAGARDE, 2005, p. 124, tradução nossa)⁴³.

Assim, o cativo da maternidade é normalizado por meio da ideia de “luta, esperança, coragem e desempenho” realizado pelo trinômio da Mulher – Mãe – Maria. Essa percepção vem acompanhada da ideia de que as mulheres operam verdadeiros “milagres” em casa, diante do baixo orçamento e das parcas condições de vida, uma espécie de romantização da pobreza e das jornadas de trabalho exaustivas.

Ademais, focaliza a noção da “Maria, imagem de mãe que representa a força da mulher”, ou seja, aquela que encara sem questionamentos o destino que um homem escolheu para ela,

⁴³ “La mujer se reproduce siendo mujer, es decir; madre-esposa, como ser - de - otros, al dar vida a los otros - al cuidar, alimentar, amamentar, al ser la testigo y la vigia de sus vidas. Así obtiene la atención económica, social, emocional, erótica, del otro. quien se relaciona con ella a partir de su capacidad gratificadora de sus necesidades, como consuelo, como espacio de cuidados.”

permanecendo santa, abnegada e virgem. Ao romantizar tal cotidiano exaustivo das mulheres, discursos como os elaborados pela pastoral camuflariam o cativo de mãe e esposa (LAGARDE, 2005). Ao associar o trabalho de mãe com a trajetória da Virgem Maria, o discurso pastoral deixa explícito que esse trabalho é realizado com base no amor e que por meio dele se alcançaria o paraíso.

A valorização da maternidade como condição fundamental na vida das mulheres também estava presente em um material de objetivo pedagógico utilizado com a população das cidades de Urussanga/SC e Cocal/SC de 1989. O documento é intitulado “Aleitamento Materno – A preciosidade de um ato de amor”, e foi escrito por quatro homens e três mulheres.

O documento de caráter pedagógico explica sobre a importância de a mãe amamentar a criança, associando o aleitamento a um ato de amor, comparando a relação das mulheres com as crianças a partir de referências do mundo animal:

Cada espécie produz o alimento adequado para sua cria. A abelha produz mel, os pássaros põem na boca dos filhotes o alimento mastigado, os mamíferos produzem o leite. Cada mamífero produz um tipo de leite que é o bom para seu filhote. Assim, o leite de égua para o potro, o da cadela para o cachorrinho, o da vaca para o bezerro, o da mulher para o seu bebê. O homem primitivo não conhecia outro tipo de leite: o bebê era sempre amamentado pela mãe. A sociedade moderna tentou adaptar o leite de vaca às necessidades do filho do homem [...] As consequências desta tentativa foram um aumento generalizado do número de mortes de crianças e também um aumento do número de doenças tanto das crianças como dos adultos [...] No leite materno está armazenado as defesas contra infecções que você juntou durante a vida. O bebê amamentado no seio quando não sofre de diarreia [...] Tão importante como a proteção contra as doenças é a parte psicológica da amamentação. Amamentar é também um ato de amor; dar leite é dar amor. O calor do seu corpo e do seu leite substitui o calor de dentro da barriga. O bico do seio antes o cordão umbilical, também a ligação mãe/filho, que teve início no seu útero. Crianças

criadas ao seio são mais inteligentes, mais tranquilas, mais felizes e mais seguras de si mesmas.(sic)⁴⁴

No trecho em destaque, os autores e autoras do texto estabelecem uma explícita comparação entre mulheres e as demais espécies do reino animal, desconsiderando o fator cultural característico das comunidades humanas. O texto iguala natureza e cultura, entendendo que a amamentação aproxima as mulheres das espécies animais e que isso faria parte de uma natureza. Assim, não se questiona o peso das questões culturais que influenciariam as relações humanas, questões essas inexistentes entre outras nas espécies de animais.

Uma contrariedade nessa análise é que o trecho entende que todas as espécies, assim como todas as mulheres, amamentariam de forma automática, desconsiderando que muitas mulheres mães, por exemplo, não produzem leite e por isso não conseguem amamentar seus filhos, precisando recorrer às mamadeiras. A ideia de que “o bebê sempre foi amamentado pela mãe” pode ser considerada uma informação a-histórica, uma vez que nem sempre as mulheres amamentaram, nem sempre elas quiseram amamentar seus filhos, e que em muitos casos recorriam a outras mulheres para realizarem tal função, como bem observou Badinter (1980).

Para a autora, na cultura há o peso das problemáticas econômicas, sociais e demográficas, que resultariam em diferentes formas de se construir a ideia de mãe e de amor materno. A total indiferença materna, a seletividade no amor e a escolha pela não amamentação identificados por Badinter (1980) nas sociedades modernas européias demonstram que tais questões não ocorriam em todos os lugares e tempos de forma linear, demonstrando a existência de uma construção social no caráter da maternidade e do próprio amor materno, entendido quase sempre como universal e natural.

O texto analisado sugere ainda uma certa culpabilização das mães, ao entender que a não amamentação acarretaria doenças, mortes e problemas psíquicos, responsabilizando novamente as mulheres por qualquer problema de saúde biopsicossocial que afligisse as crianças. O excerto destacado ainda responsabiliza as mães, caso as crianças não

⁴⁴Colégio Estadual Professor padre Schuller (Cocal e Urussanga), Disciplina: Biologia. Assunto: Aleitamento Materno, 09/08/1989 – 15 pgs. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

crescessem “inteligentes, tranquilas, felizes e seguras de si mesmas”. Outro elemento que chama a atenção no discurso proferido é a ideia de que o bico do seio e o cordão umbilical mantém a ligação mãe/filho, que teve início no seu útero. Esse vínculo social mãe/filho associado ao cordão umbilical é equivocadamente, uma vez que o cordão tem uma função diferente da apresentada no trecho, que tenta manipular o discurso científico para aquilo que é de caráter social.

Na análise de Philippe Ariès (2019) sobre as novas configurações da infância na família europeia moderna, o sentimento de infância e o entendimento da criança como um sujeito de cuidados não é natural na relação mãe e filho. Para o autor, o cuidado e o amor pelas crianças também foram construídos e se fortaleceram a partir do século XVIII com a ascensão do modelo de família burguesa.

Conforme Silvia Maria Fávero Arend, isso demonstra que o modelo de família que concebemos hoje “[...] como normais, naturais, sagrados ou ainda arrolados como se ‘tivessem existido desde sempre’, foram construídos historicamente” (ARENDA, 2013, p. 145). Percebe-se, então, que as camadas populares e trabalhadoras se apropriaram também desse modelo de família, impondo sua reprodução às mulheres. Juntamente a esse novo modelo de família burguesa, novas ciências passaram a defender os vínculos familiares, principalmente o das mães com as crianças.

Nesse contexto, podemos destacar a pediatria e a psicologia que “[...] consagram-se aos problemas da infância e suas descobertas são transmitidas aos pais através de uma vasta literatura de vulgarização” (ARIÈS, 2019, p. 194). Assim, no processo de difusão de conhecimentos às camadas populares, podemos afirmar que essas práticas ocuparam papel relevante na região carbonífera, pois através de cursos pedagógicos se fazia chegar a diferentes camadas da população um ideal de maternidade e infância baseados na medicina e na norma familiar burguesa. Em suma, por meio dessas ações, as mães passam a ser cobradas, a partir da necessidade de estabelecer vínculos e de amamentar sua prole como um ato de amor pautado de cientificidade.

Na continuação do documento, podemos identificar uma tentativa incisiva de ensinar as mães:

A ARTE DE AMAMENTAR – Bem-aventurado
o ventre que te trouxe e os peitos em que mamaste
(Lucas 11 versículo 27).

Toda mulher que é suficientemente normal para ter filhos, é também capaz de dar-lhe o leite necessário.

QUANDO INICIAR A AMAMENTAÇÃO? O ideal é que a mamada ocorra dentro da primeira hora depois do parto. Na primeira hora de vida o bebê está desperto e atento a mãe ansiosa para segurá-lo nos braços; se levado ao peito o bebê agarra-se imediatamente ao bico, o que aumentará a felicidade da mãe [...] Detalhe muito importante: A mãe não deve se apressar, deve-se deixar o bebê sentir o contato da pele [...]

QUANDO AMAMENTAR: Quando o bebê chorar, não existe horário fixo, quem faz o horário é o bebê e não o seu relógio. Cada criança tem uma natureza que deve ser respeitada [...] Coloque o bebê ao seio toda vez que ele chorar e deixe-o sugar quanto tempo ele quiser [...] Um pouco de paciência nos primeiros dias pode resultar em saúde para o resto da vida.

ATÉ QUANDO AMAMENTAR: Até quando isso causar prazer tanto à mãe quanto ao bebê. É bom que, o bebê seja amamentado até o seu aniversário, se quiser continuar depois, tudo bem.⁴⁵

O documento, apesar de ser produzido por profissionais do campo social, apresentava uma visão moralista e religiosa da maternagem, demonstrando que esse período da vida é muito mais ligado a questões permeadas por justificativas culturais do que biológicas. Podemos observar que o trecho se refere a “mulheres suficientemente normais para engravidar”, deixando explícito que a normalidade entre as mulheres é a gravidez, e que aquelas que por algum motivo não conseguissem engravidar ou levar adiante uma gestação se enquadrariam então na anormalidade. Em seguida, ao

⁴⁵ Colégio Estadual Professor padre Schuller (Cocal e Urussanga), Disciplina: Biologia. Assunto: Aleitamento Materno, 09/08/1989 – 15 pgs. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

analisar o período logo após a concepção, sugere que as mulheres mães logo após o parto já estariam ansiosas para segurar seu bebê.

Desse modo, o pós-parto é romantizado sem considerar a condição de exaustão em que muitas mulheres ficam após um trabalho de parto, uma vez que tal processo é considerado por muitas vezes cansativo e bastante doloroso. A felicidade das mulheres aparece também diretamente ligada à maternidade e à amamentação, entendendo que ela se realiza nesse ato. Assim, fornecendo o leite em qualquer horário e sempre que a criança desejar, por quanto tempo desejar. Para Badinter (2011), essa ideologia busca argumentar que exista uma autoridade moral da natureza, assim, “é preciso revincular a mãe ao filho e despertar seu instinto maternal [...]” (BADINTER, 2011, p. 89).

Todas as determinações representadas no trecho destacado anteriormente, como seguir os horários do bebê, respeitar seu tempo de amamentação, não se apressar no ato e amamentar até determinada idade da criança, complementam um projeto cultural e médico na “construção e legitimação do imaginário moderno da diferença radical entre homens e mulheres, ou mais exatamente, da alteridade feminina radicada inexoravelmente em seu corpo” (BONAN, 2005, p. 660).

Essas determinações novamente desconsideram que para uma mãe da classe trabalhadora se torna inviável “não se apressar”, com o filho durante o aleitamento, ou então ter que ficar à disposição da criança, em um cotidiano no qual a execução de tarefas laborais é um imperativo no processo de provisão da vida. Mais uma vez, o modelo apresentado contemplaria, se fosse o caso de aceite, mulheres em condição econômica favorável, capazes de criar uma rotina em função apenas do trabalho de cuidados.

A ausência de paciência da mãe é vista, por essa análise, como responsável pelo aparecimento de doenças na criança. Evidentemente, neste discurso, elas são consideradas as eternas responsáveis pela saúde dos filhos e culpadas pelas doenças que eles possam desenvolver. Por fim, a idealização de uma maternidade mais próxima da realidade burguesa se materializaria na expressão “amamentar até um ano de idade”.

Para as camadas populares, intimamente ligadas ao trabalho fora dito produtivo, desprender atenção total até um ano seria algo quase impossível. No cotidiano destes indivíduos, tempo equivale a dinheiro, portanto, amamentar até um ano de idade seria algo quase que irreal para uma mulher que precisa trabalhar fora de casa e pagar a contas do lar. Além disso, a própria licença maternidade, como dito anteriormente,

era de apenas quatro meses e, quando iniciada antes do nascimento da criança, significa ainda menos tempo dedicado ao trabalho de cuidados.

Por fim, essa mesma cartilha ainda discorre sobre a ideia de “manutenção da máquina”, referindo-se às mulheres como um objeto mecânico que reproduz funções conforma programada. Esse último trecho, de caráter pedagógico, ensina as mães a identificar quem são esses/as inimigos/as da criança e a evitar as possíveis tentações de abandonar a amamentação.

CUIDADOS COM A MANUTENÇÃO DA MÁQUINA: A mãe que está amamentando merece todos os cuidados de manutenção como toda boa máquina.

Muitas mães principalmente quando é o primeiro filho, se preocupam em encontrar uma babá ou enfermeira, ou recorrem à avó que tem mais experiência. Na verdade, a babá é desnecessária e, às vezes pode até prejudicar. Deve-se arranjar gente que ajude nos cuidados da casa, para que a mãe possa cuidar do bebê [...]

OS INIMIGOS DO LEITE MATERNO

“Deus me livre dos falsos amigos, que dos inimigos me livro eu”

Como todo “mocinho” que se preza, o leite materno tem que enfrentar os vilões da vida, e são muitos os inimigos do leite materno [...] Saiba reconhecer os inimigos do leite materno e enfrentá-los com coragem [...] Procure apoio em quem amamentou, pois quem deu mamadeira para o filho vai querer convencer você a dar mamadeira também [...] Quando a criança chorar, as tias, as avós, as comadres quase sempre culpam o leite materno e logo falam em “ajudar” com mamadeira. Não aceite conselhos de leigos bem intencionados mas mal orientados.

A MAMADEIRA É A GRANDE INIMIGA DO LEITE MATERNO

[...] Fuja da mamadeira. Na amamentação ao seio, mamadeira é palavrão. A amiga que diz: “eu

nunca amamentaria meu filho” também pode prejudicá-la.⁴⁶

Ao comparar as mães com máquinas de produção de leite, apagando sua condição de sujeito, o discurso propaga a ideia de uma maternidade produzida em série, capaz de ser repetida invariavelmente por todas as mulheres. De acordo com Donzelot, discursos como estes fazem parte de um processo de aculturação em que as mães passam a ser vistas a partir de sua utilidade educativa, controlando a maternidade a partir da intensa vigilância da ordem médica (DONZELOT, 1980).

Esse discurso desumaniza as mulheres, pois as equipara ao mecânico, ao tecnológico e à reprodutibilidade, elementos tão característicos do sistema capitalista. As máquinas, neste contexto, são construídas para serem facilmente manipuláveis e podem ser controladas por qualquer trabalhador, sua função é responder a estímulos sem contestar.

Outro ponto a ser questionado, no trecho acima, é a crítica médica à rede de cuidados informal que as mulheres das camadas populares recorrem para poder conciliar trabalho remunerado com os cuidados com a família. Neste discurso médico, sujeitos como babás, tias, amigas, avós e comadres deveriam ser evitados em favor de vínculos mais individualizados entre mãe e criança. Esse posicionamento demonstra uma certa reorganização dos conhecimentos considerados legítimos e ilegítimos no que tange à saúde das crianças.

Anteriormente, os conhecimentos relevantes para as mães eram aqueles provenientes das mulheres mais velhas da família e que adquiriam alguma experiência a partir de seu próprio cotidiano, assim “o parto, as doenças das parturientes, as doenças infantis eram coisas de ‘comadres’, corporação assimilável às domésticas e às nutrizas que compartilhavam seu saber” (DONZELOT, 1980, p. 24). Essa conquista de espaço dentro das famílias pela medicina significava o fim do império de conhecimentos das mulheres sobre a vida, a empiria relacionada à prática cotidiana passou a ser vista como inútil e prejudicial à vida das crianças (DONZELOT, 1980).

Paralelamente, se identifica uma total ausência de responsabilidade dos homens em relação aos cuidados, seja com o bebê, seja com a casa, uma vez que se entende que os homens se preocupam

⁴⁶ Colégio Estadual Professor padre Schuller (Cocal e Urussanga), Disciplina: Biologia. Assunto: Aleitamento Materno, 09/08/1989 – 15 pgs. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

“com”, têm cuidado “com” questões mais importantes, aquilo que está acontecendo no público (TRONTO, 1997). O argumento utilizado pela cartilha para que a mãe possa cuidar do bebê é que se precisa encontrar outra pessoa, mais especificamente outras mulheres para cuidar da casa enquanto a mãe se dedicaria ao bebê.

É preciso considerar que caso a mãe “encontre” uma pessoa para cuidar da casa, em grande medida, esse trabalho seria feito por mulheres como as tias, avós, vizinhas, ou seja, um trabalho não remunerado. No entanto, contratar alguém de modo remunerado para esse cuidado com a casa só seria possível para uma mulher burguesa que poderia pagar alguém.

A crítica ao uso da mamadeira, no final do trecho, demonstra a falta de conexão com as mulheres da classe trabalhadora, uma vez que a mamadeira é a principal solução que muitas encontram para conciliar os trabalhos de cuidados com o trabalho considerado produtivo. Desse modo, a cartilha que deveria ser direcionada à classe trabalhadora traz um paradigma de difícil solução para uma mulher e mãe pobre, pois ela precisa trabalhar e ao mesmo tempo estar inteiramente dedicada aos cuidados com os filhos, algo impossível para ela.

Por fim, nos arquivos do CEDIP, no que tange à conciliação do trabalho de cuidados encontramos as cartilhas da Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN)⁴⁷. Os objetivos dessa rede seriam proteger o aleitamento materno e discutir informações sobre aleitamento e os malefícios da alimentação artificial no primeiro ano de vida. No excerto abaixo, podemos identificar os discursos da IBFAN sobre amamentação e sua crítica ao aleitamento artificial:

Atualidades em amamentação

Eles nunca vão conseguir

A meta das companhias de leites infantis é reproduzir o leite humano artificialmente[...] A amamentação deveria continuar além de 6 meses, época em que a indústria diz que os bebês necessitam desses leites. Para que as crianças

⁴⁷A IBFAN surgiu em 1983, mesmo ano em que foi fundado o CEDIP, e realizou suas atividades em diferentes cidades, contando com a ajuda de pessoas voluntárias e da assistência social local. Entre essas atividades realizadas em Criciúma estavam os grupos de amamentação na praça para incentivar outras mulheres a amamentarem seus filhos. Os documentos encontrados da IBFAN nos arquivos do CEDIP são tanto os de Criciúma como os documentos em nível nacional.

recebam os benefícios da amamentação a longo prazo, como a proteção contra o câncer e o diabetes, elas deveriam ser amamentadas pelo menos por um ano [...] O efeito das fórmulas infantis facilmente disponíveis na escolha da alimentação infantil é visto claramente num estudo feito entre imigrantes da Indochina nos Estados Unidos [...] Esta resposta parece indicar que as mães não sabem dos benefícios da amamentação sobre o uso da mamadeira.⁴⁸

A guerra contra o aleitamento artificial é bastante presente nos discursos da IBFAN, que buscava ensinar as mulheres, considerando que não soubessem cuidar dos filhos. A defesa do aleitamento exclusivo no peito até os seis meses ou em uma combinação com outros alimentos depois disso levanta uma problemática na vida das mulheres trabalhadoras. Essa defesa não estima novamente o tempo da licença-maternidade, que não chega aos seis meses, não contemplando mulheres que precisam trabalhar fora de casa. Também ignora a condição de muitas mulheres que não podem por vários motivos amamentar e precisam recorrer às mamadeiras e aos cuidados de outras pessoas.

Assim, as mulheres trabalhadoras, por não conseguirem amamentar até os seis meses, tampouco até um ano, são responsabilizadas pelas doenças que poderiam ser evitadas pela amamentação, como “câncer e diabetes”, como aponta o escrito. A mamadeira, tão criminalizada nesse discurso, é um dos principais recursos para as mães pobres que necessitam trabalhar fora da esfera privado. Essas mulheres em grande medida pouco conseguem suprir suas próprias necessidades físicas e alimentares, não tendo condições de se responsabilizar totalmente pela vida e a saúde dos filhos.

De acordo com Badinter (2011), discursos como esse recriminam a escolha (ou não) inventiva das mulheres para conciliar cuidados e trabalho, impondo uma ideologia naturalista que não considera a privação das mulheres, tornando todos os seus outros desejos secundários por no mínimo seis meses, mas podem ultrapassar até três anos.

Assim, despejaram as mulheres no cativeiro da maternidade alegando a natureza e o biológico, mas precisam constantemente ensiná-

⁴⁸ IBFAN – Atualidades em amamentação, n° 6, outubro de 1990. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

las a exercer seu papel de mãe ideal (LAGARDE 2005). Utilizando-se da produção de materiais encharcados de discursos médicos masculinistas e considerados neutros ideologicamente, as mulheres eram entendidas como ignorantes e sua natureza precisava de uma pedagogia no intuito de transformá-las em boas mães.

Assim, diante dos documentos apresentados, temos duas fortes ambivalências relacionadas à maternidade. Em primeiro lugar, existe o discurso de uma suposta natureza da mulher/mãe que a prepara para os cuidados com o bebê, porém tal “natureza” carece ser ensinada nos mínimos detalhes, transformando mulheres leigas em boas mães.

A segunda repousa na própria contradição discursiva do CEDIP, que na defesa das classes trabalhadoras incorporou em suas ações o ideal civilizatório e normativo das ciências médicas atrelado a uma noção de mulher, mãe e esposa baseada na norma burguesa. Assim, a partir de tais premissas, no próximo item analisamos as ações médico-assistenciais produzidas pelo Grupo de Incentivo ao Aleitamento Materno.

4.3 EDUCANDO AS MÃES: O GRUPO DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO (GIAM)

Nos tópicos anteriores apresentamos e discutimos alguns formatos da pedagogia materna, direcionadas a ensinar, educar e promover assistência às mulheres mães. Essas pedagogias eram produzidas por diversos sujeitos e instituições sociais e nesse contexto eram utilizadas pelas classes populares, instituições e movimentos sociais, incluindo o CEDIP.

Nossa reflexão, agora, se deterá na análise de uma concepção de pedagogia materna que se materializou em um Grupo de Incentivo ao Aleitamento Materno de Criciúma. Tal grupo, durante sua existência, recebeu a assessoria e apoio de membros do CEDIP para a realização das suas atividades na Região Carbonífera, especialmente na cidade de Criciúma.

O GIAM Criciúma surgiu em 1987 e nos arquivos do CEDIP foram encontrados documentos referentes ao grupo até o ano de 1990. Localizava-se no Centro de Criciúma, Rua Henrique Lage, nº 1554, local onde ocorriam as reuniões do grupo. O GIAM era coordenado por um homem e médico chamado Marco Aurélio Búrigo Escouto. O grupo realizava palestras sobre a importância do aleitamento materno nos bairros de Criciúma, buscando instruir as mulheres das camadas populares nas artes do bem cuidar das crianças.

Em uma de suas cartas, comunicando sobre uma reunião destinada a organizar um seminário de pediatria, o grupo convocava as participantes com a seguinte frase: “Sem a participação ativa de todos, não conseguiremos as transformações que desejamos”⁴⁹. Esta frase pontuava a importância de uma participação ativa das mulheres no movimento pró-amamentação, visando a uma suposta transformação social. No entanto, podemos entender que essa transformação defendida não se tratava de uma transformação na vida das mulheres, tampouco nas bases tradicionais de gênero, mas sim uma tentativa de fomentar a amamentação exclusiva entre as trabalhadoras.

Em defesa da amamentação, o grupo utilizava também uma logo, em formato de coração, que identificava o amor materno presente no ato do aleitamento. Na composição da imagem, no interior do coração, pode-se ver a forma de uma mulher que amamenta e acalenta o filho.

⁴⁹Carta convite, data 23/05/1990. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

Figura 9 - Logo do Grupo de Incentivo ao Aleitamento Materno



Fonte: Acervo CEDIP – CEDOC/UNESC.

A imagem de uma mãe segurando amorosamente uma criança e oferecendo seu seio busca construir sentidos a quem observa, associando a figura a sentimentos maternos, como o coração ao amor e o ato de amamentar com a proteção e carinho. Destacada de um fundo preto, mãe seria aquela que ama incondicionalmente e que, por esse motivo, fornece proteção e saúde por meio do ato de amamentar. A amamentação se confunde com a própria ideia de acalantar e envolver afetuosamente outro indivíduo.

Os objetivos do grupo estavam alinhados às demais pautas de assessoria e assistência às mulheres que ocorriam na região carbonífera, ou seja, “o problema sério encontrado nessa região em relação ao grande número de recém-nascidos e lactantes privados da prática natural,

saudável e sobretudo humana do aleitamento materno”⁵⁰. Como analisamos anteriormente, o problema da infância era na metade do século XX, na Região Carbonífera, a mortalidade infantil. Posteriormente, nas décadas de 80 e 90, o problema se torna o da infância pobre e marginalizada, que eram alvos centrais de políticas de assistência.

Diante de ambas as problemáticas, as mães das camadas populares foram consideradas responsáveis pelas crianças e, por esse motivo, estavam no centro de atividades pedagógicas e assistenciais. Assim como em outros momentos, as mulheres foram convocadas pelo CEDIP e pelo GIAM a assumirem o aleitamento como elemento central de suas funções maternas, transformando a amamentação em uma das principais pautas políticas e assistenciais do CEDIP.

Entre as atividades realizadas pelo grupo, podemos destacar algumas como:

Palestras, pedágio para venda de adesivos, mostra fotográfica, grupos de mães amamentando na praça e outras, que por mais simples que sejam, sempre despertam a atenção da comunidade sobre a importância desta prática.⁵¹

O grupo, para além do médico coordenador, também era formado por pessoas ligadas à área da saúde e voluntárias dispostas a “estimular o AM⁵² prolongado, sendo que até 6 meses, sem chás, águas ou sucos” (GIAM, 1989). Essas pessoas também deveriam trabalhar fornecendo informações sobre as vantagens do aleitamento materno, pontuando as consequentes desvantagens para as mulheres que não amantassem seus filhos. Assim, para o grupo de profissionais que constituíam o GIAM seus objetivos eram:

[...] Desmistificar e derrubar os tabus que ainda hoje recaem sobre o AM; estimular ao máximo a aproximação mãe e filho, sendo a base da estruturação bio-psico-social e representando o alicerce seguro para o equilíbrio do adulto; trabalhar junto à direção e médicos do Hospital

⁵⁰ Carta do GIAM – Pedido de apoio. 1989. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

⁵¹ Carta para a IBFAN – Saúde Materna e da Criança – 29/05/1990. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

⁵² Aleitamento Materno.

São João Batista para que se forme na sua maternidade um Alojamento Conjunto; promover campanhas de incentivo ao AM; distribuir textos básicos sobre o Aleitamento Materno e uma Cartilha de informações à comunidade. Esse grupo é formado por voluntários que trabalham empenhados nesses ideais e sobretudo no que acreditamos ser realmente “saúde”.⁵³

A crença de que as mulheres são, desde muito cedo, as únicas responsáveis pela estrutura “bio-psico-social” da família pautou em grande medida a trajetória do GIAM. Nessa concepção, independentemente da forma de cuidados paterna, são as condutas das mães a pré-condição para a boa saúde física e mental das crianças. Isso suscita os esforços do grupo em estimular “ao máximo” a boa relação entre mães e crianças através de suas campanhas de incentivo ao aleitamento.

Essa forma de encarar a maternidade também se refletiu nas tentativas do grupo de adentrar nas políticas de assistência e saúde buscando instituir uma participação ativa junto à comunidade, aos hospitais e até mesmo se aproximando dos Conselhos Municipais de Saúde, como podemos identificar na correspondência enviada pelo GIAM ao Secretário de Saúde de Criciúma:

Conhecendo o trabalho que esta Secretaria vem realizando e sua preocupação em relação aos cuidados primários de saúde, vimos solicitar a participação efetiva da mesma para que:

- Possamos integral e ampliar nosso trabalho;
- Haja uma maior divulgação e campanhas de incentivo ao AM;
- Obtenhamos auxílio em relação a impressos, xerox e material de divulgação;
- Que se crie na Secretaria de Saúde um grupo ligado ao AM;
- Que o GIAM Criciúma tenha representação no Conselho Municipal de Saúde.

Sabemos que estamos falando em ações básicas de saúde pública e que não precisamos citar aqui todas as vantagens em relação ao Aleitamento

⁵³ Carta do GIAM – Pedido de apoio. 1989. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

Materno, principalmente nos dias de hoje, em termos de economia que representa para as famílias e o potencial de saúde para as nossas crianças. Defendemos, ainda, o AM prolongado, cujo desmame deve ser resolvido pela mãe e seu filho, sem idade fixa.⁵⁴

No que diz respeito ao aleitamento materno como uma economia para as famílias, é preciso considerar também que esse aleitamento exclusivo impede as mulheres trabalhadoras, uma vez que aquelas que precisam economizar também são as que mais precisam trabalhar. Nisso, a amamentação se torna um obstáculo para a economia da família, tanto pelo tempo da licença-maternidade como pelos trabalhos formais/informais de muitas mulheres que não têm acesso a essa condição. Uma dicotomia também persiste no último argumento do GIAM, no qual alega que o tempo de amamentação deve ser decidido entre mãe e filho, mas que impõe o aleitamento prolongado, colocando em xeque a ideia de escolha das mães.

Neste mesmo trecho, fica evidente, também, o interesse do GIAM de intervir na política pública, adentrando no Conselho de Saúde, quando solicita apoio financeiro para seu material de campanha e divulgação e representação dentro do mesmo. Aqui, é relevante salientar a importância de uma agenda política que pense mais direitos para as mulheres, principalmente no contexto da década de 90, quando os movimentos neoliberais ganhavam fôlego, e isso se refletia em perdas de direitos.

No entanto, com demasiada frequência, a construção dessas políticas com intervenção de instituições paraestatais dirigidas às mulheres acabou fortalecendo e alinhando desigualdades de gênero, reforçando “a mulher como responsável exclusiva da educação dos filhos, confina a mulher ao papel de cuidadora, restringindo-a ao papel de mãe” (SILVEIRA, 2004, p. 67).

Importante pontuar que essa tentativa do GIAM de adentrar na política pública, a partir da sua representação no Conselho de Saúde, está associada, em grande medida, à visibilidade que o terceiro setor ganhou no contexto dos anos 80 e 90. Segundo Silva (2006), o CEDIP passou a se considerar como ONG na sua fase acadêmica, a partir do

⁵⁴Carta para Dr. Edivaldo machado (MD. Secretário de Saúde do Município), mar./1989. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

início dos anos 90, incluindo a busca pela cidadania como um de seus objetivos e se aproximando assim da sociedade civil.

Nesse caso, o GIAM também buscou essa aproximação através de sua tentativa de adentrar no Conselho. Os conselhos municipais nesse período recebiam a influência do setor da sociedade civil, com as ONGs, formulando políticas e, em grande medida, controlando as ações desses conselhos (OLIVEIRA; HADDAD, 2001).

No caso do GIAM, a tentativa de se aproximar do sistema público municipal se dava por meio das políticas de saúde, pois isso permitiria colocar na agenda municipal a defesa da amamentação prolongada. Em grande medida, as ações como as defendidas pelo GIAM, junto às políticas públicas, entendem a mulher como principal responsável pela saúde da família e por isso ela se torna a maior beneficiária de certas políticas. No entanto, tais práticas reforçam as desigualdades, já que há uma clara distinção entre políticas destinadas às mulheres e políticas para uma maior equidade de gênero, levando em conta que algumas políticas para as mulheres não contemplam uma abordagem transformadora da sociedade (MARCONDES; DINIZ; FARAH, 2018).

Conforme aponta Marta Ferreira Santos Farah (2004), há duas vertentes em constante tensão na agenda das políticas sociais para mulheres, uma primeira que se alinha às pautas dos movimentos feministas e de mulheres, buscando mais equidade de gênero e a construção de uma política com foco verdadeiramente transformador. Há também uma segunda, representada pelo caso do GIAM, que apesar de requerer direitos para as mulheres converge para uma maior desigualdade de gênero, uma vez que reafirma “uma posição tutelada e subordinada da mulher tanto no espaço público como no privado” (FARAH, 2004, p. 65). Essa última constrói políticas para mulheres dentro de uma concepção de sujeito universal, com base em uma mulher heteronormativa e em uma família nuclear, na qual a mãe é responsável pelos cuidados familiares.

Em muitos programas voltados à saúde e assistência, as mulheres são incorporadas por sua condição naturalizada de possível gestante e mãe, como ocorre nos programas de informação à nutrição infantil e amamentação (FARAH, 2004). Desse modo, o entendimento direto “da mulher como mãe não apenas indica a focalização de um grupo de risco, mas também assinala uma incorporação baseada em sua ‘função’ na família” (FARAH, 2004, p. 60).

Assim, podemos perceber que o GIAM buscava, por meio de sua representação nas políticas públicas, instituir um modelo de assistência à saúde que priorizava a mulher mãe. Todavia, apesar de buscar construir

políticas para as mulheres, e conseqüentemente para as crianças, o Grupo tinha como objetivo final atribuir às mulheres a função de mães e esposas dedicadas ao lar, defendendo a amamentação como parte das atividades definidoras de boa mãe.

Nos planos do GIAM de adentrar as políticas também havia objetivos de defesa da integração entre os sistemas públicos e privados para promover políticas de assistência às mulheres trabalhadoras e crianças. O grupo defendia a existência das creches dentro das empresas privadas, o que, segundo o GIAM, facilitaria a vida das mães e das crianças, principalmente daquelas mães que ainda amamentavam e que precisavam voltar a trabalhar, como podemos ver a seguir:

Quem cuida das crianças quando os pais trabalham fora? Esse problema, que causa preocupação nas sociedades modernas, vem recebendo criativas soluções por parte de empresas norte-americanas, que com isso, têm conseguido elevar sua produtividade. Sabendo que grande maioria dos casais trabalham fora, e sem ter apoio do governo na criação de creches, a iniciativa privada dos Estados Unidos concluiu que oferecer creches aos filhos dos funcionários traz muitas vantagens. Os trabalhadores não conseguem conciliar as exigências do trabalho e da família, afetando assim a eficiência e produtividade no trabalho. Assim, muitas empresas iniciaram um trabalho de assistência que varia de creches completas no local de trabalho e convênios com serviços particulares, ajuda financeira, etc. Em firmas com a creche no local, observou-se que as crianças estão sempre tranquilas, e os pais também. Podem almoçar juntos se quiserem. Houve uma formidável diminuição nas faltas, atrasos e demissões. As crianças que mamam não precisam ficar longe das mães, pois a elas é permitido o direito de amamentar tranquilamente. Sendo o retorno da mulher ao trabalho uma das maiores causas do desmame precoce e tendo em vista a importância do aleitamento materno para o binômio mãe-filho e ainda considerando o elevado número de internações hospitalares na faixa de zero a dois anos em Criciúma, defendemos o direito da criança de estar perto de sua mãe e o direito da

comunidade exigir das empresas a criação de creches no local de trabalho como prioridade na melhoria da qualidade de vida das crianças e das mães que trabalham.⁵⁵

Vale aqui atentar para um questionamento pertinente no campo das políticas sociais: quais delas “são capazes de romper este círculo vicioso no qual a estrutura das posições de gênero no mercado de trabalho e na família colabora para a manutenção da subordinação de gênero?” (SORJ, 2004, p. 146). A discussão sobre a necessidade de creches para atender os/as trabalhadores/as dentro das empresas, em primeiro lugar, não pode estar dissociada de uma forte tendência do capital de manter o sistema neoliberal funcionando sem maiores implicações.

Como o próprio GIAM pontua em sua análise sobre o caso norte-americano, essa política de assistência é desenvolvida como estratégia pelo setor privado que objetiva diminuir a presença do Estado nas políticas públicas, ao mesmo tempo que visa aumentar a produtividade de suas funcionárias, evitando possíveis faltas, atrasos e demissões. Leia-se aqui evitar as faltas, atrasos e demissões das mulheres trabalhadoras, uma vez que são elas que deixam de ir ao trabalho por conta dos filhos e dos demais familiares, já que, culturalmente, são consideradas as principais responsáveis pelos cuidados dos outros.

Em segundo lugar, o GIAM inicia o trecho falando sobre a dificuldade dos casais que trabalham fora e têm filhos, pontuando a necessidade das creches no local de trabalho. Todavia, o trecho vai se encaminhando para o desfecho novamente da responsabilização imperiosa das mulheres mães. Na medida em que afirma a importância do binômio mãe-filho, o que já é bastante questionável, e explica que é a volta das mulheres ao trabalho a principal causa do desmame precoce, o GIAM indica que as crianças devem estar nas creches ligadas ao trabalho das mães, sob os cuidados e responsabilidade delas.

No trecho em destaque, ainda se afirma que a creche no trabalho das mães é prioridade na qualidade de vida das crianças e das mulheres, no entanto, aqui se faz necessário questionar em que medida é saudável para as mulheres se colocarem na condição de dupla presença – no posto de trabalho e nos cuidados. Uma presença que precisa ser produtiva na

⁵⁵ A contribuição das creches à produtividade. 1990. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

execução da função laboral e ao mesmo tempo que necessita de atenção no cuidado com os filhos.

Diante deste elemento, retornamos ao questionamento de Bila Sorj (2004) anteriormente levantado. Associando com o caso analisado, podemos compreender que a política social de implementação da creche no local de trabalho das mães não rompe com o círculo da desigualdade estrutural de gênero, tanto nas famílias como no mercado de trabalho. Essa política reforça uma sobrecarga às mulheres que duplamente precisam se fazer presentes.

Essa dupla presença, tão cara às mulheres, segundo Pilar Carrasquer (2009), representa a realidade de muitas mulheres que entram no mercado de trabalho e que, no entanto, continuam sendo as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados. Assim, essa análise considera que “a presença da mulher no emprego (campo produtivo) ocorre sempre junto com a sua presença no campo doméstico-familiar (campo reprodutivo)” (CARRASQUER, 2009, p. 30)⁵⁶. Nessa perspectiva, as mulheres enfrentam cotidianamente uma carga dupla de trabalho. Essa dupla carga exige “intensidade redobrada, vivida sincronicamente em um mesmo espaço e tempo” (GOMES, 2015, p. 03).

Conforme a sugestão do GIAM para melhorar a qualidade de vida das mães e crianças, seria preciso incorporar creches no local de trabalho das mulheres como uma política social, exaltando os supostos benefícios. No entanto, é preciso considerar os efeitos negativos e cansativos dessa dupla presença. As mulheres precisariam desenvolver simultaneamente um duplo comparecimento, sendo “meia presença no trabalho, meia presença na família, o que quase esgota para as mulheres qualquer possibilidade de outra dedicação a si mesmas [...]” (GOMES, 2015, p. 03). Além disso, caberia à mulher conciliar um equilíbrio do tempo e atenção para sua dupla presença, com uma dupla preocupação, tanto com o trabalho quanto com os filhos no mesmo ambiente.

Há outra implicação pertinente que aflora ainda mais as desigualdades de gênero. Enquanto os homens estão cuidando das questões consideradas mais importantes, como a vida profissional, e não estão cuidando de alguém específico, como os próprios filhos, eles progredem na carreira e alcançam melhores cargos e posições sociais (TRONTO, 1997). Nesse sentido, são as mulheres que precisam fazer a

⁵⁶ “La presencia de las mujeres en el empleo (âmbito productivo) se da siempre junto a su presencia en el âmbito doméstico-familiar (âmbito reproductivo)”.

conciliação de dupla presença, como no caso analisado das creches no ambiente do trabalho.

Consequentemente, também são elas que precisam abdicar dos seus objetivos profissionais e planos de carreira, por estarem sobrecarregadas na conciliação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo. Assim, nos mundos do trabalho, as mulheres pouco avançam em suas carreiras, enquanto os homens, dedicados apenas ao trabalho na esfera pública, conseguem ser mais produtivos e são considerados mais dedicados à sua função laboral.

Outro local que o GIAM buscou se fazer presente foi nas alas materno-infantis dos hospitais. Um de seus objetivos, na cidade de Criciúma, como apresentado anteriormente, era atuar junto à direção do Hospital São João Batista. Primeiramente, a atuação do Grupo se daria em garantir a amamentação sem interferências já nas primeiras horas de vida dos bebês. Em segundo lugar, era objetivo do GIAM a defesa de alojamentos conjuntos, nos quais mães e bebês não fossem separados. Em uma de suas publicações, o grupo pontua sua defesa por essa prática nos hospitais:

ALOJAMENTO CONJUNTO NA MATERNIDADE

Você sabe o que é Alojamento Conjunto?

É o sistema mais moderno e curiosamente mais antigo: o recém-nascido fica com a mãe desde o nascimento e não é levado para um berçário longe da mãe. Este sistema é recomendado pela Organização-Mundial de Saúde e por todos os melhores especialistas do mundo.

Quais são as vantagens do Alojamento Conjunto?

1. Estabelece forte ligação mãe-filho-pai; 2. Permite estabelecer o aleitamento materno de acordo com as necessidades próprias de cada criança. 3. Permite que a mãe perca o medo de lidar com o bebê. A mãe (e também o pai) aprende como cuidar do bebê [...]

O principal objetivo é facilitar a amamentação ao seio como ela deve ser feita, isto é, em horário livre você dá de mamar na hora que o bebê tem fome e não na hora determinada pela rotina do hospital [...] Hoje se sabe que o contato direto da criança com a mãe é fundamental, e assim o bebê já pode receber o colostro [...] A enfermeira que

cuida do bebê nas 1^{as} vezes e vai ensinando a mãe até ela fazer sozinha [...]”⁵⁷

Junto a essa defesa da relação próxima mãe e filho, o GIAM também pontua os benefícios de a mãe amamentar sem restrições como princípio de saúde:

[...] Favorece o desenvolvimento físico e mental do bebê e estabelece uma relação ímpar entre mãe e filho [...] Toda mãe tem leite e não existe leite fraco mas sim o leite adequado para cada bebê. O bebê não entende de horário e sim da fome. Deixe-o mamar pelo tempo que quiser e quantas vezes solicitar [...] Até os 6 meses, a criança deve ser alimentada exclusivamente com leite materno [...] mantendo o aleitamento prolongado e deixando o desmame para ser decidido entre mãe e filho. Não considere “conselhos” de pessoas mal-informadas, parentes, médicos que não tem conhecimento da importância ao aleitamento materno e logo sugerem a mamadeira. Use seu bom senso. Lembre-se que amamentando você estará fazendo o melhor para seu filho, garantindo-lhe saúde, proteção e segurança no começo da vida. “O alojamento conjunto é um direito da mãe e seu filho e representa um dos maiores estímulos para uma amamentação bem sucedida.”⁵⁸

Na tentativa de prestar assistência às mulheres mães nos hospitais, o GIAM, juntamente com a ordem médica, masculinista, buscou apontar o que considerava o melhor para as mulheres e crianças desde o nascimento. Para seus membros, o alojamento conjunto seria o sistema mais moderno, mas também o mais antigo, como se todas as mães fizessem isso de modo natural e universal. Segundo a análise de Badinter (1980), já vista anteriormente, nem todas as mães ficavam com os bebês após o nascimento, pois muitas enviavam seus filhos e filhas para amas de leite, pois consideravam a maternagem e a proximidade com as crianças algo irrelevante em suas vidas.

⁵⁷ Alojamento conjunto na maternidade. 1990. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

⁵⁸ Orientações para amamentação. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

Diante do argumento do GIAM, podemos nos questionar se seria verdadeiramente saudável e positivo para a mãe, após um parto ou cesárea, ficar o tempo todo junto ao bebê, apesar do cansaço e exaustão provocados pelo parto. Poderia ser proposto que o pai também se responsabilizasse pelos cuidados do bebê em outro espaço, mas essa possibilidade não é considerada, uma vez que, nesse discurso, é a mãe, mesmo cansada ou indisposta, a responsável pelos cuidados. Nesse caso, as necessidades da mãe não são levadas em consideração, apenas o bem-estar dos bebês.

Nessa forma de assistência, pensada apenas para as crianças, podemos identificar indícios de que essas “ações públicas destinadas às mulheres com a finalidade de assegurar-lhes proteção social, foram construídas sobre estruturas de gênero que visavam alicerçar a dominação masculina” (ALVES, 2014, p. 70). Nesse sentido, tais políticas podem ser consideradas familiaristas, já que não pensam direitos para as mães, entendendo-as como sujeitos políticos e sociais, em grande medida, as políticas materno-infantis são construídas exclusivamente para as crianças (ALVES, 2014).

As mães são alçadas como beneficiárias a partir de uma concepção de maternidade normativa, entendendo que elas só agem no privado, no campo reprodutivo e são as responsáveis pela saúde das crianças. Assim, para garantir o bem-estar das crianças, essas políticas veem como necessário proteger as mães em nome das crianças (ALVES, 2014).

Voltando ao trecho anteriormente destacado, o argumento defendido pelo GIAM é o de estabelecer o vínculo mãe, filho e pai. A palavra “pai” ao aparecer no mesmo trecho em que se discute a amamentação representa um importante avanço nos debates do Grupo. No entanto, o desfecho também se encaminha para apontar que é a relação do bebê com a mãe que deve ser prioritária. Essa relação deveria permitir que a mãe, e não o pai, precisasse aprender a lidar com o bebê, fomentando o contato direto com a criança a fim de amamentar de modo bem sucedido.

Na ausência da mãe, debilitada ou enferma, quem deveria cuidar seria uma enfermeira, até que a mãe pudesse exercer seu “ofício” sozinha. O discurso tenta, de certa forma, contemplar o pai nesse processo, mas deixa explícito que a responsabilidade central é das mulheres, que de forma geral são responsáveis pelo ato de cuidar. Neste caso, tanto a enfermeira quanto a mãe cuidam de, de alguém específico, como analisou Tronto (1997).

No segundo trecho defende-se o aleitamento, justificando que estabelece uma relação ímpar entre mãe e filho, que traz benefícios físicos e mentais. Há também uma romantização de que todas as mães podem amamentar, devendo ser feita no mínimo até os seis meses, nos momentos e pelo tempo que a criança assim desejasse. Esse ato, como já mencionado anteriormente, custa caro às mães, principalmente as trabalhadoras. O GIAM ainda pontua que as mães precisam ter bom senso, discernindo os bons dos maus conselhos. O tom de julgamento indica que elas devem priorizar sempre o bebê e o aleitamento, independente da situação em que se encontre.

Para Badinter (2011), a defesa do aleitamento até os seis meses e sem mamadeira preconiza algo extremamente funcional ao alinhamento dos papéis de gênero dentro das famílias. Significa a volta das mulheres ao privado, ao lar, amamentando conforme a suposta natureza da criança. Essa solução ainda aparece relacionada à satisfação da mãe, ao seu bom senso, entendendo que ela está fazendo o melhor para os filhos, garantindo “saúde, proteção e segurança no começo da vida”. Assim, supostamente, “a mãe que amamenta e fica em casa tem um considerável papel social a representar. Graças a ela, a criança conhecerá um desenvolvimento harmônico que será proveitoso para a sociedade” (BADINTER, 2011, p. 97).

A construção desse imaginário da mulher mãe ideal evoca uma inferioridade feminina e defende uma vocação à maternidade, contribuindo para excluí-las de vez do público (BONAN, 2005). Utilizando-se do corpo como local privilegiado para a produção das discursividades médicas e da defesa de uma suposta natureza, as mulheres são colocadas em uma situação sem saída.

Essa situação apela para a responsabilização das mães pela “saúde física e psíquica, determinante para o bem-estar do adulto e da harmonia social” (BADINTER, 2011, p. 79). A grande problemática é que essa concepção materna e de amamentação está associada a uma verdade universal e científica absoluta, como uma norma concebida pela natureza, que não pode ser transformada (SANTOS; RESEGUE; PUCCINI, 2012).

O questionamento de Badinter (2011) se faz pertinente aqui sobre as escolhas das mulheres, uma vez que “qual a mãe que não sentirá, no mínimo, uma pitada de culpa se não se conformar às leis da natureza?” (BADINTER, 2011, p. 79). Essa cultura maternalista não deixa outra possibilidade de escolha para as mulheres sem carregar junto um enorme sentimento de culpa.

Em suma, pensada a partir de uma concepção de maternidade, essa atenção bastante específica à saúde das crianças está, em parte, associada ao contexto sociocultural criado a partir da década de 90. Nesse período se priorizava uma atenção diferenciada às crianças, acompanhando seu desenvolvimento desde o nascimento e intervindo nas práticas de aleitamento materno.

Essa concepção de valorização da infância, como importante o bastante para ser controlada desde antes do nascimento, ensinando as mães para tal, também se encontra explícita no documento intitulado “Manifesto do Bebê”, que representa a ideia de um bebê comunicando seus desejos e exercendo seus direitos:

Manifesto do Bebê: para meus parentes e amigos

Eu gostaria de manifestar alguns detalhes que são muito importantes para mim. Sabendo que todos vocês me amam e querem meu bem estar, tenho certeza que os meus desejos serão respeitados:

1 – Assim que eu nascer, por favor, não me coloquem num berçário longe da minha mãe. Ficar pertinho dela é fundamental para minha adaptação nesta nova fase da minha vida.

2 – Eu gosto muito de receber visitas, mas detesto que elas façam barulho e não aceito passar pelo colo de todos. O que eu gosto mesmo é de ficar no colinho da mamãe. Na hora das mamadas, prefiro ficar sozinho(a) com a minha mãe, sem barulho por perto. Depois, aí sim vocês podem voltar e conversar com ela.

3 – Eu preciso mamar algumas vezes por dia, mas não necessito “encher” a barriga. O leite da mamãe é tão bom, que uma hora após a mamada a digestão está quase completa.

4 – Não fiquem pensando que o leite da mamãe é fraco, porque eu choro muitas vezes por dia. Posso estar com dor de barriga, com as fraldinhas sujas, mas o que eu adoro mesmo é ficar sentindo o cheirinho da mamãe e estar em contato com ela.

5 – Não sugira, por favor, que eu preciso tomar mamadeira (leite de vaca ou em pó) para crescer e

engordar mais rápido. O leite da mamãe faz tudo isso com calma e amor, sem me obrigar a seguir horários rígidos ou me magoar com um frio bico de borracha.

6 – Quando estou com sede, gosto de saciá-la com o leite da mamãe. Ele tem toda a água que necessito. Se for obrigado a beber outro líquido, posso acabar vomitando.

7 – Por favor, não me obriguem a tomar sucos, papas ou sopas antes dos 6 meses. Sei que até esta idade o leite da mamãe deve ser o alimento exclusivo e imprescindível ao meu desenvolvimento. Também peço que não me deem chupeta, pois além de anti-higiênica ela me atrapalha no mecanismo de sucção que ainda estou aprendendo.

8 – Não se preocupem se faço “cocô” toda vez que mamo. Isto é tão normal quanto eu passar uma semana sem evacuar, se estou recebendo somente o leite da mamãe.

9 – Não me obriguem a usar faixa no umbigo [...] Se algo errado estiver acontecendo com meu umbigo, chamem o pediatra.

10 – Eu gosto de vestir roupas leves e confortáveis. Não me vistam casacos de lã ou excessos de roupa desnecessárias. O meu cheirinho também é gostoso, não necessito de perfumes, colônias ou talco.

Fico muito feliz com a sua compreensão.

O BEBÊ⁵⁹

O Manifesto do Bebê é bastante significativo para podermos analisar a importância direcionada à infância no contexto da década de 90. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei N° 8.069, é de 13 de julho de 1990. No mesmo ano em que foi criado o ECA, o GIAM

⁵⁹ Manifesto do bebê. 1990. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

atuava na proteção à infância, defendendo a amamentação. O ECA teceu uma nova concepção de infância e representou a construção de novas discursividades no imaginário social.

Assim, representou uma “legislação pautada na afirmação de direitos sociais, e contrariamente às legislações anteriores enuncia seus direitos e prevê os meios necessários para sua efetivação” (KAMINSKI, 2012, p. 82). O ECA assinalou a doutrina da proteção integral às crianças e adolescentes, ressaltando a condição da criança como sujeito de direitos, como podemos observar no Art. 3º do Estatuto:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

A criança como sujeito de direitos faria mudar a concepção de infância, já que agora entende que ela precisa ser protegida, resguardada em sua integralidade, desde a gestação. Conforme citado, a criança teria o direito ao seu desenvolvimento pleno. Para isso, os deveres sociais deveriam ser redirecionados para construir uma infância saudável de modo integral. Podemos observar no Art. 4º a quem caberia resguardar a infância:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Entendendo a proteção à infância como não dissociada das práticas da sociedade, o documento pontua a relevância tanto da família como também da comunidade e do poder público para que os direitos da criança sejam protegidos. Proteger a criança também significava proteger as mulheres, uma vez que são elas que geram e são consideradas as responsáveis pelos cuidados infantis.

Nisso o documento continua pontuando a importância das políticas de saúde às mulheres e assegura o atendimento delas no Sistema Único de Saúde (SUS). Esse atendimento deveria ser humanizado e garantir todo o atendimento para as gestantes, além de instruí-las para os cuidados de proteção à infância, como mostra o Art. 8º § 7º:

A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança (BRASIL, 1990).

Mais do que proteger a infância, também era preciso proteger a maternidade e, em síntese, conduzir as mães para esse novo caminho em que as crianças têm voz. Ao que parece, o GIAM estava guiado por esse novo entendimento de proteção à criança e à maternidade e isso fica declamado no manifesto do bebê, que já em seu início apresenta uma devoção geral às crianças, entendendo que seus desejos serão respeitados e atendidos.

A forma de cuidar das crianças, citada no manifesto, como controlar as visitas, o barulho, não deixar a criança passar pelo colo de todos/as, respeitar os horários das mamadas, não dar mamadeira e nem chupeta, por exemplo, faz parte dessa nova forma de cuidar, com respaldo da medicina e da lei. Essa ação vai de encontro às formas de cuidar de épocas anteriores, demonstrando que existe uma forma correta de cuidar que deve ser seguida em todas as famílias pelas mães.

Podemos identificar no manifesto do bebê uma apropriação do discurso maternalista, em tom naturalizado e universal sobre a amamentação. Além de buscar confinar as mulheres no lar, o discurso associa diretamente o aleitamento exclusivo com o direito fundamental da integridade da criança. Contrário a qualquer resistência das mães para a amamentação, o manifesto do bebê só deixa duas possibilidades. De um lado, o leite materno associado a “calma e amor”, o contato com a mãe identificado como algo fundamental para o bebê, além das preferências do bebê que “adora” sentir o cheiro e estar junto da mãe.

Do outro lado, a escolha da não amamentação e o bebê magoado com a mamadeira, triste por não estar sempre em contato direto com a mãe, sofrendo com riscos de vômitos, má digestão e desenvolvimento

prejudicado. O caráter moral da amamentação e de todos os detalhes que envolvem o cuidado com a criança determinam as condutas das mulheres.

Martins (2008) observou essas modificações sociais no ato de cuidar. A autora analisa como o cuidar de crianças ganhou um novo enfoque no final do século XX, trazendo mais insegurança e dúvidas a quem cuida. Como aparece no manifesto do bebê, cuidar se torna complexo e é carregado de detalhes. Os objetos dados ao bebê podem ser anti-higiênicos, ele pode vomitar dependendo do alimento, não deve tomar leite em pó, nem sopas até os seis meses. Além disso, é preciso ter cuidado com as faixas, com as roupas e com os cheiros. Tudo precisa ser analisado com cuidado para não prejudicar o bebê. Conforme aponta a autora, com essas novas mudanças que adentram o espaço privado das famílias:

[...] um primeiro aspecto a notar é a crescente insegurança dos pais em relação a como melhor agir com seus filhos, procurando nos especialistas respostas para as temíveis crises de choro, teimosias incontornáveis, exigências de consumo e as tais ‘personalidades fortes’ dos pequenos, alguns ainda de fraldas. “Que fazer?”, perguntam pais e mães. Como agir sem comprometer o desenvolvimento psicológico, sem causar traumas e problemas para os filhos? Outra pergunta que as avós e bisavós nem imaginavam fazer: “Como ser mãe e ser pai?” (MARTINS, 2008, p. 136).

Para a autora, o cuidado com as crianças tornou-se uma grande responsabilidade acompanhada de uma enxurrada de dúvidas e incertezas que recaem exclusivamente sobre as mães. A puericultura, que é a área que visa proteger a saúde das crianças por meio dos aconselhamentos de profissionais da saúde, objetiva educar e disciplinar as mães, mostrando para elas que existe um jeito correto de cuidar de crianças que elas precisam seguir para garantir a proteção da criança.

As mulheres elitizadas foram as primeiras a receber essas instruções, no entanto, as mães das classes populares também foram atingidas pelas discursividades médicas sobre os cuidados complexos com as crianças (MARTINS, 2008). Como podemos observar nos discursos do GIAM, as mulheres trabalhadoras das classes populares também necessitavam seguir as ordens de cuidados considerados

corretos por essa pedagogia materna que se consolidou no século XX advindo da norma burguesa e que:

[...] contribuiu muito para a ansiedade e a insegurança feminina em relação à maternidade ao produzir o mito da mãe perfeita, além da solidão, pois se aparentemente a mãe podia contar com o pediatra e depois com outros especialistas para orientá-la, na realidade a pedagogia materna as isolou na díade mãe-filho (MARTINS, 2008, p. 153).

Essa mudança nas famílias, com foco na criança, para Arend (2013), é um processo associado a muitos fatores, incluindo “práticas advindas dos movimentos sociais, avanços da medicina, instituição de legislação com valores mais igualitários e difusão do ideário individualista” (ARENDA, 2013, p. 163-164). Mais do que isso, essa pedagogia da maternidade e da infância naturalizou uma mãe ideal, capaz de lidar com todas as exigências da infância perfeita (MARTINS, 2008).

Em meio a novas legislações, pautas por direitos dos movimentos sociais, incluindo aqui o próprio CEDIP, e avanços na área da medicina, essa pedagogia materna e da infância alargou ainda mais as desigualdades de gênero dentro das famílias. Podemos analisar que o GIAM Criciúma, baseado na defesa do aleitamento materno, buscou intervir nas políticas públicas. Essa intervenção objetivava, em suma, disciplinar as mães para a maternidade e a amamentação no campo reprodutivo.

Desse modo, apesar de requerer direitos para mães e crianças, seus discursos se alinhavam à reprodução das normas de gênero nas famílias. Discursos esses baseados na ideia de que as mulheres deveriam se dedicar ao lar, cuidando das crianças, enquanto os homens deveriam desempenhar a função de provedores, no espaço público.

Por fim, apesar das tentativas do GIAM de proteger a infância e a maternidade, este reproduzia o discurso em defesa da família nuclear e normativa. Além disso, foi exclusivamente sobre as mulheres que recaiu todas as responsabilidades pela garantia dos direitos da criança e, conseqüentemente, do futuro da nação.

5 CONCLUSÃO

Durante a pesquisa e escrita desta dissertação, buscamos analisar o Centro de Estudos, Documentação e Informação Popular de Criciúma a partir do seu acervo. Analisamos tanto os documentos produzidos por seus membros como aqueles que foram salvaguardados, por serem considerados documentos importantes para as causas do Centro. Por meio destas análises, buscamos compreender os discursos e a ação de assessoria e assistência, voltados à maternidade e à infância, realizados por uma organização não governamental alinhada às pautas da nova esquerda, o CEDIP.

Entre os discursos sobre a maternidade identificados, ressaltamos aqueles relacionados exclusivamente a uma tentativa de educar as mulheres para serem mães, boas mães. A estratégia discursiva encontrada nos documentos operava em naturalizar o amor materno e os cuidados das mulheres com as crianças. Essa naturalização entendia que todas as mulheres deveriam ser mães, deveriam amar, amamentar e cuidar, permanecendo no espaço privado, enquanto aos homens caberiam as funções do trabalho no espaço público.

As formas de pedagogia materna adotadas por essa ideologia maternalista eram ainda elitizadas, mesmo por um grupo com pautas populares, pois não consideravam uma mãe trabalhadora, com outras ocupações. Assim, nessa forma de assessoria às mães e a grupos que faziam assistência a elas, foi possível identificar discursos alinhados às normas de gênero, que entendem as mulheres como essencialmente reprodutoras, devendo elas abdicar de outras funções para permanecer no privado.

Importante pontuar que essa compreensão discursiva operava na desigualdade, na medida em que diferenciava de forma hierárquica homens e mulheres a partir de uma suposta biologia. Portanto, as desigualdades de gênero foram ainda mais reforçadas, delegando a elas de forma naturalizada e com um discurso positivado funções desvalorizadas socialmente, circunscritas ao privado e possibilidades restritas de existência, como a de mãe e esposa.

Ao longo da pesquisa, através do acervo do CEDIP, pudemos compreender melhor os discursos produzidos sobre as mulheres, que foram adotados e utilizados por grupos e instituições, como o Centro. Uma instituição não governamental que funcionou de 1983 a 1998 em Criciúma, alinhada às causas populares que, como tantas outras, ganhou fôlego pós-ditadura, junto aos movimentos sociais. Penso que perderíamos a dimensão dos propósitos do CEDIP se o descolássemos

do seu contexto bastante singular, de um momento tão importante de redemocratização e de esperança para aqueles/as que acompanharam um período opressivo e lutavam por mais direitos e mais igualdade entre as pessoas.

Percebemos que o CEDIP objetivava, em síntese, ser um núcleo para todas as causas populares e dos movimentos sociais. Em suas palavras, “representar a causa dos oprimidos contra os opressores”. Para isso, assessorou as classes populares, incluindo os movimentos sociais, os sindicatos, grupos de jovens, partidos políticos e demais associações consideradas em oposição às desigualdades, principalmente de classe.

Em muitos documentos do acervo analisados, produzidos por grupos e instituições sociais e utilizados pelo CEDIP, é possível perceber discursos em que as mulheres eram representadas na condição primordial de mãe, esposa e dona de casa. Nessa representação, as mulheres estavam entendidas como exclusivamente reprodutoras, enquanto os homens estavam representados como operários e provedores da família. Mães, abnegadas e reservadas ao lar é o estereótipo que em grande medida identificava as mulheres nesses documentos.

As ações circunscritas às mulheres, assessoradas pelo CEDIP, eram, em suma, em defesa da maternidade e da infância. Mais ainda, em defesa da criança e do seu desenvolvimento a partir das condutas das mães. Assim, diversas ações que se alinhavam aos discursos médicos e sanitários buscaram educar as mães a como criar, alimentar e cuidar dos filhos para que crescessem saudáveis e produtivos à nação.

O CEDIP assessorou grupos que atuavam em prol da amamentação, como o Grupo de Incentivo ao Aleitamento Materno. Esses grupos promoviam um ideal de maternidade e de feminilidade. A amamentação era colocada como essencial e inegociável na vida das mulheres, naturalizando-a como um ato de amor materno e de felicidade feminina.

Essa defesa pela maternidade e da amamentação era empreendida através de estereótipos de gênero, socialmente construídos sobre o que são aptidões próprias das mulheres, que acirravam as desigualdades de gênero. A contínua responsabilização das mulheres pela maternidade e pelos cuidados com crianças ocorria justamente porque o CEDIP entendia que elas eram naturalmente responsáveis por tudo que estava delimitado ao privado.

Em suma, questionar e transformar as desigualdades de gênero encontra muitas barreiras pelo caminho. Essas barreiras existem em diferentes grupos e se estendem ao longo do tempo. Essas concepções

estavam e estão presentes na sociedade. Podemos compreender que existem várias resistências às mudanças e elas são encontradas entre as pessoas que estão em uma situação social privilegiada, de classe, por exemplo, e que não almejam mudanças sociais. Porém, essas resistências também são encontradas naquelas pessoas que estão em condições menos privilegiadas e que almejam mudanças, todavia, não de gênero.

Encontramos essas resistências nos discursos produzidos pelos homens, membros do CEDIP que queriam um mundo com mais igualdade de classe, mas que não reconheceram seus privilégios de gênero e por isso não almejavam que as mulheres tivessem os mesmos direitos. Assim, apesar das tentativas do Centro de contemplar discussões sobre as condições das mulheres, como percebemos na sua fase mais acadêmica, as pautas de lutas das mulheres eram secundárias, circunscritas a sua função de mãe na sociedade.

Tentamos problematizar as práticas e discursos produzidos por grupos e instituições, incluindo o CEDIP, ligados às classes populares, dessacralizando e atribuindo historicidade a esses discursos, práticas e vivências. Todavia, a problematização não buscou se esgotar no CEDIP e sim ser estendida aos demais grupos de articulação social, movimentos sociais e a projetos alinhados à esquerda que têm como objetivo lutar por uma sociedade mais equânime e igualitária.

Ao fazermos essas discussões, além de responder a questionamentos específicos, buscamos contribuir com os estudos de gênero e, mais especificamente, com os estudos sobre maternidade, contemplando ainda mais o entendimento desta como um processo histórico, construído socialmente e passível de mudanças. Esperamos ainda suscitar novos problemas de análise para os estudos de gênero e da história das mulheres. Também esperamos trazer novas abordagens para pensar a maternidade em uma sociedade sexista, em que ela se torna uma potencializadora das desigualdades.

Por fim, ressaltamos a importância e também a dificuldade que foi analisar um centro em que seus membros faziam oposição a governos ditatoriais, à desigualdade e que, sim, lutavam por um mundo melhor e mais democrático. Assim, fazer a crítica a quem também faz a crítica, a quem também busca transformações sociais é difícil, por vezes é potencialmente incômodo. No entanto, para quem luta por uma sociedade verdadeiramente igualitária entre os gêneros, ela é necessária.

REFERÊNCIAS

Fontes:

BOICOTE DA CARNE. Criciúma: [198-]. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

CBCA Hoje [jornal] – Órgão Informativo dos Trabalhadores da MFCBCA., ano I – n° 4, Criciúma, abril/maio/junho – 1992. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

CENTRO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA. “O que é” [Folder]. Criciúma, [198-]. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

CENTRO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA. Projeto de Mudança do CEDIP. Criciúma. Mar. 1993. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

CENTRO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E PESQUISA. “O que é o CEDIP?” [Folder]. Criciúma, [199-]. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

CENTRO DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÃO E POPULAR. Informativo do CEDIP: “de boca em boca”, n. 3. Criciúma, julho de 1985, CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

CUNHA, Maria Carneiro. A mais longa das lutas. **Jornal Movimento**. 9 a 15 de março de 1981. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

ESCOUTO, Marco Aurélio Búrigo (GRUPO DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO DE CRICIÚMA). Destinatário: IBFAN – Saúde Materna e da Criança. Criciúma: 29 mai. 1990. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

GRUPO DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO DE CRICIÚMA. A contribuição das creches à produtividade. Criciúma: [199-]. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

GRUPO DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO DE CRICIÚMA. Alojamento conjunto na maternidade. Criciúma: [199-]. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

GRUPO DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO DE CRICIÚMA. Destinatário: Dr. Edivaldo machado (MD. Secretário de Saúde do Município). Criciúma: mar. 1989. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

GRUPO DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO DE CRICIÚMA. Manifesto do bebê. Criciúma, [199-]. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

GRUPO DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO DE CRICIÚMA. Orientações para amamentação. Criciúma, [199-]. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

GRUPO DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO DE CRICIÚMA. Pedido de apoio. Criciúma: [198-]. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

HOBOLD, Félix. As mulheres sofrem da violência machista. Jornal da Manhã. Criciúma, 5 e 6 de outubro de 1986. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

LIVRAMENTO, Angela Maria do et al. Aleitamento Materno. Colégio Estadual Professor Padre Schuller. Disciplina: Biologia. Cocal/Urussanga, 09 ago. 1989 – 15 pgs. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

MENDES, Aquilas Silveira. A influência do Exemplo dos pais na formação do caráter de seus filhos. Folha do Povo 14 de maio de 1951.

PARÓQUIA SÃO JOSÉ. Informativo São José, ano I – nº 2. Criciúma, maio/junho de 1989. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

PIMENTA, Rui Costa (CUT). Dia da mulher - dia de luta, ano I, n. 7. São Paulo, 8 a 14 de março de 1985. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

Programa de Saúde Materno-infantil, 1983. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

REDE INTERNACIONAL E DEFESA DO DIREITO DE AMAMENTAR – IBFAN. Atualidades em amamentação, n° 6, São Paulo, outubro de 1990. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

RODRIGUES, Tita Flores (GRUPO DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO DE CRICIÚMA). Carta. Criciúma: 23 mai 1990. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

VOZ DO POVO DO RIO MAINA – comissão de Saúde, n. 1, Criciúma, agosto de 1985. CEDOC/UNESC, Acervo CEDIP.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Jane Soares de. Imagem feminina e maternidade: o concurso de robustez infantil em São Paulo (1928). In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Vol 88, n218. Brasília: INEP, 2007. p. 157-170.

ALVES, Ana Elizabeth S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trabalho, Educação e Saúde**, vol. 11, núm. 2, agosto, 2013, pp. 271-298 Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro, Brasil.

ALVES, Ismael Gonçalves. Divisão sexual dos espaços: práticas e sociabilidades femininas e masculinas nas vilas operárias do sul de Santa Catarina (BRASIL 1930-1960). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Débats**, mis en ligne le 27 octobre 2010.

_____. Faces da assistência social do setor carbonífero catarinense. (Criciúma 1930-1960). 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. Infância e morte na Região Carbonífera: os discursos médicos sanitários sobre a mortalidade infantil no sul de Santa Catarina. **História: Questões & Debates**, Curitiba, volume 65, n.1, p. 119-143, jan./jun. 2017.

_____. **Re(construindo) a maternidade: as políticas públicas materno-infantis brasileiras e suas implicações na região Carbonífera Catarinense (1920-1960)**. Curitiba, 2014.

AMARAL, Marivaldo Cruz do. Imprensa e higienização: a medicalização do parto na Bahia (1910-1927). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, p.927-944 2008.

ANJOS, Gabriele dos. Maternidade, cuidados do corpo e “civilização” na Pastoral da Criança. In. **Revista Estudos Feministas**. 2007.

ANTUNES, R. O novo sindicalismo. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

ANTUNES, R; SILVA, J.B. **PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial**. *Cad. CRH* [online]. 2015, vol.28, n.75, pp.511-527. ISSN 1983-8239.

ARAUJO, Anna B. Da Ética do Cuidado à Interseccionalidade: Caminhos e Desafios para a Compreensão do Trabalho de Cuidado. In: **Dossiê Gênero Cuidado e Famílias**. Mediações, Londrina, V. 23 N. 3, P.43-69, DEZ. 2018.

AREND, S.M.F. Ainda vivemos como nossos pais? Notas sobre mudanças nas famílias brasileiras das classes médias urbanas (1980 – 2000). In. **Fronteiras: Revista Catarinense de História** [on-line], Florianópolis, n.21, p.144-164, 2013.

_____. **Relações de Gênero e Desigualdade em Um Programa Social para Infância e Juventude Pobre (Florianópolis Brasil década de 1930)**. *Otras Miradas*, vol. 7, núm. 1, enero-junio, 2007, pp. 97-113 Universidad de los Andes Mérida, Venezuela.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksmann. – 2.ed. – [Reimpr.]. – Rio de Janeiro : LTC, 2019.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

_____. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BRASIL. CPI do Carvão. In: Diários do Congresso Nacional. 31 de Janeiro de 1959. p. 946-954.

BRASIL. Decreto Nº 20.089, 9 de junho de 1931. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20089-9-junho-1931-519084-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 20.jun.2020.

BEAUVOIR, Simone de. Os dados da biologia. In: BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. v.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENGOA, Cristina C. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**, Campinas, 26, (52): 31-68, ago./dez. 2018.

BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. Problemas médico-sanitários da indústria carvoeira. Ministério da Agricultura: DNPM, 1953.

BONAN, Claudia. VISÕES DO FEMININO: A MEDICINA DA MULHER NOS SÉCULOS XIX E XX. Ana Paula Vosne Martins. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. 288 pp. IN Cad. Saúde Pública vol.21 no.2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2005.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMPAGNARO, Sara. **Mulheres e a madressosa que há em nós : a educação para o amor romântico** / Sara Campagnaro, - 2019. 146f. Dissertação (mestrado).

CAROLA, Carlos R. **Assistência médica, saúde pública e o processo modernizador da região carbonífera de Santa Catarina (1930-1964)**. São Paulo: FLCH/USP, Tese de Doutorado, 2004, p. 235.

_____. **Dos Subterrâneos da História: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Ufsc, 1997.

_____. Modernização, Cultura e Ideologia do Carvão em Santa Catarina. In. GOULARTI FILHO, A., **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis. Ed. Cidade Futura. 2004.

CAROLA, Carlos R; FELIPE, Giovani. A “banalidade do mal” socioambiental na literatura e na história da indústria carbonífera catarinense: acidentes, sofrimentos e mortes na segunda metade do século XX. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 14, 2015, p. 99. 123.<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2015v7n14p99/32006>.

CARRASQUER OTO, Pilar. **La doble presencia. El trabajo y el empleo femenino en las sociedades contemporáneas**. 2009.

CASTRO, P.R.A. **A construção social do delinquente menor de idade na esfera jurídica** / Paulo Roberto de Andrade Castro, UFF/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói, 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Universidade Federal Fluminense, 2006.

COVA, Anne. História da Maternidade: em que ponto estamos? **Clio: Histoire, Femmes, Sociétés**, Toulouse, n. 21, p.189-211, 2005.

CYFER, Ingrid. **Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista**. *Lua Nova* [online]. 2015, n.94, pp.41-77. ISSN 0102-6445. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-64452015009400003>.

DEL RE, Alisa. Aborto e Contracepção. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 342p.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DREIFUSS, René Armand. **1964 – a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

EMIDIO, Thassia Souza. **Diálogos entre feminilidade e maternidade:** um estudo sob o olhar da mitologia e da psicanálise / Thassia Souza Emidio. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>.

FEMENIAS, María Luisa. **Sobre sujeto y género:** lecturas femenistas de Beauvoir a Butler. Buenos Aires: Catálogos, 2000. p.13-95.

FERNANDES, Fabricia Machado. **Jornal O Albor e a produção/disseminação de feminilidades na imprensa lagunense: (1901-1930)**, 2014.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo:** um estudo da revolução feminista. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/Michel Foucault; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. **Microfísica do Poder/** Michel Foucault; 8ª ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018. 432pp.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 42. Ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

FREIRE, Maria Martha de Luna. ‘Ser mãe é uma ciência’: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. In: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos.** v.15, suplemento. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. p.153-171.

GOHN, Maria da Glória. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

_____. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In **Revista Brasileira de Educação.** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

GOMES, Fernanda Sucupira. Dupla presença feminina: efeitos da divisão sexual do trabalho sobre o tempo cotidiano das mulheres urbanas de baixa renda. In: **GT15 Família e trabalho: Configurações, gerações e articulações em contexto de desigualdades**. 2015.

GÓMEZ, Teresa O. Maternidad voluntaria: anticoncepción, ciência y feminismo em el siglo XX. In **Debates sobre la maternidade desde una perspectiva histórica** (siglos XVI – XX). 2010.

GRADVOHL; OSIS; MAKUCH. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. In. **Pensando famílias**. Jun. 2014.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad. Pesqui.** São Paulo , v. 37, n. 132, dez. 2007.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (o conceito de). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 342p.

HOBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: **Sobre história**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. P. 82-105.

IANNI, Octavio. Questão Social. In **Revista USP**. Disponível em: <http://www.usp.br/revistausp/03/17-octavio.pdf>. Acesso em: 08.08.2014. 1989.

KAMINSKI, J. Menores e crianças: uma breve análise da história da infância e adolescência no Brasil. **Akrópolis** Umuarama, v. 20, n. 2, p. 81-92, abr./jun. 2012.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de P.; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KLEIN, C; MEYER, DEE. Pedagogias da maternidade no âmbito da política primeira infância melhor/rs. In **Revista Teias** v. 19 • n. 55 • Out./Dez. 2018.

KUAMOTO, F.; LOSNAK, C.J. A mulher retratada pelo Jornal Folha da Manhã – 1925-30. In **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Rio de Janeiro, 2015.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas**. 4ª ed. México: UNAM, 2005.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1992.

LIS, Irene Palacio. **Mujeres ignorantes: madres culpables, adoctrinamiento y divulgación materno-infantil en la primera mitad del siglo XX**. Valencia: Universidad de Valencia, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 5ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014. Disponível em: <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guaciralopes-louro.pdf>.

_____. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. In. **Estudos Feministas**. 2001. vol.9, n.2, pp.541-553.

MACHIESKI, Elisângela da Silva. **Crianças e adolescentes nas páginas do jornal: uma infância perigosa ou uma infância em perigo?** (Criciúma, 1970 -1990) / Elisângela da Silva Machieski . – 2013. 169 p. : il. ; 21 cm

MARCONDES, Mariana Mazzini; DINIZ, Ana Paula Rodrigues; FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero: uma análise sobre os significados mobilizados na estruturação da política para mulheres no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 2, p. 36-62, 29 jun. 2018. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/2297>.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Gênero e Assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **História**,

Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.18, supl.1, dez. 2011, p.15-34.

_____. "Vamos criar seu filho": os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, Mar. 2008. p. 135-154.

MARTINS, Cintia Gonçalves. **As representações de mulher, mãe e maternidade à luz de Simone de Beauvoir no jornal escolar O Estudante Orleanense (1949 – 1973)** / Cintia Gonçalves Martins. – 2017. 265 p. : il. ; 21 cm.

MEYER, Dagmar. As mamas como constituintes da maternidade: uma história do passado? In. **Educação e Realidade**. 2000.

_____. Corpo, gênero e maternidade: algumas relações e implicações com o cuidado em saúde. In. **Enfermagem em Foco**. 2010.

MIRANDA, A.L; SELAU, M. **Bairro da Juventude: 50 anos de história**: a filantropia na poeira do carvão. Criciúma. Ed. Unesc. 2003.

NASCIMENTO, D.T; BURSZTYN, M.A.A. Análise de Conflitos Socioambientais: atividades minerárias em comunidades rurais e Áreas de Proteção Ambiental (APA). In. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.2, p.65-82. 2010. Editora UFPR.

NASCIMENTO, Dorval do. A produção histórica e cultural da região carbonífera de Santa Catarina, 1880-1930. In. GOULARTI FILHO, A., **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis. Ed. Cidade Futura. 2004.

NASH, Mary. Maternidad, maternología y reforma eugénica en España, 1900-1939 In: Georges Duby; Michelle Perrot (Orgs). **Historia de las mujeres en Occidente**: el siglo XX. Vol. 5. Tauros Ediciones: Madrid, 1996.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, CFH/CCE/UFSC, v.8. nº. 2, p.09-41, 2000.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista de Estudos Feministas**. Ano 16. Vol. 02. Florianópolis: UFSC, 2008.

OLIVEIRA, A.C; HADDAD, S. As organizações da sociedade civil e as ONGS de educação. **Cadernos de Pesquisa**, nº 112, março/ 2001
Cadernos de Pesquisa, nº 112, p. 61-83, março/ 2001.

OLIVEIRA, Walter F. de. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, p.135-158, jan.-mar. 2007.

PATERNA, C; MARTÍNEZ, C. **La maternidade hoy**: claves y encrucijada. Minerva ed, S.L., Madrid, 2005.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História [online]. 2005, vol.24, n.1, pp.77-98. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Mulheres: igualdade e especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 265- 309.

PORTO, Dora. O significado da maternidade na construção do feminino: uma crítica bioética à desigualdade de gênero. In. **Revista Redbioética/UNESCO, Ano 2, v.1, n.3, p 55-66, Enero-junio**. 2011.

PUJANA, Irati F. **Feminismo y maternidad: ¿una relación incómoda? Conciencia y estrategias emocionales de mujeres feministas en sus experiencias de maternidad**?. EDITA: Emakunde/Instituto Vasco de la Mujer. 2014.

PULEO, Alicia H. Perfis Filosóficos de la maternidade. In CONCHA, A; OSBORNE, R (coords.). **Las mujeres y los niños primero**: discursos de la maternidade. 2004.

RABELO, Giani. **Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX**. Tese de doutorado, UFRGS, 2007.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In. Pedro, Joana, Grossi, Miriam (orgs) – **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

_____. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930** / Margareth Rago. – 4. Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RODRIGUES, Laís Modelli. **Blogs coletivos feministas: um estudo sobre o feminismo brasileiro na era das redes sociais na internet**. (Dissertação de mestrado). Bauru: UNESP, 2016.

ROGERAT, Chantal; HOCQUARD, Marie H.Z. Sindicatos. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 342p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. “Não há revolução sem teoria”. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p.95-139.

SANTOS; RESEGUE; PUCCINI. Puericultura e a atenção à saúde da criança: aspectos históricos e desafios. In. **Journal of Human Growth and Development** 2012; 22(2): 160-165.

SCAVONE, Lucila. **Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero**. **Interface**. 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 20, 2, p. 71-99, jul/dez, 1995.

_____. História das mulheres. In. BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95.

SECO, Monica M; ABAD, Alicia M. Maternidades y madres: um enfoque historiográfico. In BIZZINI, Silva C (coord). **Discursos teóricos em torno a la(s) maternidade(es)**.2005.

SGARBIERI, Astrid Nilsson. Representações do gênero feminino na mídia impressa. In: **Estudos Linguísticos XXXV**. p.386-371, 2006.

SILVA, MAD. Discutindo gênero através do trabalho artesanal. **Conferências IX Anped Sul**. 2012.

SILVA, Rafael Pereira da. **A AUTONOMIA APARENTE: Formação, trajetória e relações políticas de um Centro de educação popular em Criciúma (CEDIP)1983-1998**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. 144p. Florianópolis, 2006.

SILVEIRA, M.L.S. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 65.75.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2007, vol.27, n.54, pp.281-300. ISSN 0102-0188. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>.

SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p.143-148. Disponível em: <https://library.fes.de/pdffiles/bueros/brasilien/05630.pdf>.

TAVARES, Márcia Santana; DELGADO, Josimara Aparecida. (Trans)versalidades de gênero e geração nas políticas sociais: o lugar das mulheres e idosos. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia-MG - v. 25, n. 2 - Jul./Dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/17694>.

TRICHES, Janete; ZANELATTO, J.H. **História política de Criciúma no século XX** / Janete Triches, João Henrique Zanelatto. – Criciúma, SC : UNESC, 2015. 388 p. : il. ; 22 cm

TRONTO, Joan. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Ed.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. p. 186-203.

VOLPATO, Terezinha. **A piritita humana**: os mineiros de Criciúma. Florianópolis: Alesc, 1982.

ZACHARIAS, Manif. Mortalidade infantil em Criciúma. In: Tribuna Criciumense. Criciúma, 20 de maio de 1957. p. 01 e 03 [a].

ZACHARIAS, Manif. Mortalidade infantil em Criciúma. In: Tribuna Criciumense. Criciúma, 27 de maio de 1957. p. 07. [b].

